

FLÁVIA RAFAELA LÔBO E SILVA

**Análise discursiva de
provas de português elaboradas
para concursos públicos**

UFMG

BELO HORIZONTE

2009

FLÁVIA RAFAELA LÔBO E SILVA

Análise discursiva de provas de português elaboradas para concursos públicos

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Linguísticos, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Linguística.

Área de concentração: Linguística do texto e do discurso.

Linha de pesquisa: Análise do Discurso.

Orientador: Prof. Dr. Renato de Mello.

UFMG
BELO HORIZONTE
2009

S586a Silva, Flávia Rafaela Lôbo e.
Análise discursiva de provas de português elaboradas para concursos públicos [manuscrito] / Flávia Rafaela Lôbo e Silva. – 2009.
163 f., enc. : il. color., fots., grafs.

Orientador: Renato de Mello.

Área de concentração: Lingüística.

Linha de Pesquisa: Análise do discurso.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 117-122.

Anexos: f. 123-163.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Língua portuguesa – Exames, questões, etc. – Teses. 3. Profissões de nível médio – Concursos – Teses. 4. Serviço público – Concursos – Teses. 5. Exames – História – Teses. 6. Ideologia – Teses. 7. Enunciação – Teses. Estratégia discursiva – Teses. I. Mello, Renato de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD : 418

Dissertação apresentada em 26 de junho de 2009 à banca examinadora
constituída pelos seguintes professores:

Prof^a. Dra. Glauca Muniz Proença Lara
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Edson Nascimento Campos
Universidade Estadual de Minas Gerais

Orientador: Prof. Dr. Renato de Mello
Universidade Federal de Minas Gerais

Coordenador do Poslin
Prof. Dr. Luiz Francisco Dias
Universidade Federal de Minas Gerais

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, por me darem coragem para enfrentar esse novo desafio.

Especialmente, ao meu orientador, Prof. Dr. Renato de Mello, por me permitir aprender mais do que vim buscar, ensinando-me não só linguística, mas também ensinando-me o significado da palavra altruísmo, tornando-me um ser humano melhor.

Ao coordenador do Meritus Concursos Públicos, Edwardo Benevides, por me oferecer a oportunidade de trabalhar na área de preparação para provas de concursos e pelas muitas contribuições para a pesquisa.

Ao meu marido, que assumiu as funções de pai e mãe, além de tarefas socialmente femininas para que eu pudesse estudar.

Aos meus filhos, por suportarem a ausência, principalmente ao Valter que, por muito tempo, chamou-me de pai devido ao pouco contato.

Aos professores Rosemeire Fascina e Ricardo Pântano Rodrigues que, na Escola Americana e Colégio Mackenzie, foram fundamentais para que eu fizesse o curso de Letras, e ao professor Edson Nascimento Campos que, durante a graduação na Faculdade de Letras da UFMG, deu-me a oportunidade de descobrir um grande amor pelo ato de ensinar.

Agradeço também às professoras Maria da Graça Costa Val e Glaucia Muniz Proença Lara, pela importante contribuição para minha formação acadêmica.

“As provas são meios para fins e não fins em si mesmas.”
Ethel Bauzer Medeiros

RESUMO

Esta dissertação visa a analisar a composição de cinco provas de Português elaboradas para concursos públicos, sob a ótica da Análise do Discurso. Pretende-se desvelar as características desse gênero específico, identificar e refletir sobre as instâncias enunciativas nele envolvidas (suas múltiplas vozes), os contratos subjacentes, a estruturação dessas provas, as ideologias nelas presentes, além das estratégias discursivas utilizadas.

RESUME

Cette dissertation vise à analyser la composition de cinq examens de portugais élaborés pour des concours publics, sous l'optique de l'Analyse du Discours. On a comme but dévoiler les caractéristiques de ce genre spécifique, identifier et réfléchir sur les instances énonciatives engagées (leurs multiples voix), les contrats sous-jacents, la structuration de ces examens, les idéologies y présentes, outre les stratégies discursives utilisées.

SUMÁRIO

RESUMO	07
RÉSUMÉ	08
INTRODUÇÃO	11
I. CAPÍTULO I	
1. CONTEXTUALIZAÇÃO E HISTÓRIA	25
1.1. História das Provas	25
1.2. Avaliação e Prova	28
1.3. Breve História do Concurso Público no Brasil	36
II. CAPÍTULO II	
2. DESCRIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	39
2.1. Fundação Carlos Chagas (FCC)	40
2.1.1. Descrição da Prova Elaborada pela FCC	41
2.1.1.1. Considerações sobre o Edital	41
2.1.1.2. Considerações sobre a Prova	42
2.2. Escola de Administração Fazendária (ESAF)	44
2.2.1. Descrição da Prova Elaborada pela ESAF	44
2.2.1.1. Considerações sobre o Edital	45
2.2.1.2. Considerações sobre a Prova	45
2.3. Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE)	49
2.3.1. Descrição da Prova Elaborada pelo CESPE	50
2.3.1.1. Considerações sobre o Edital	50
2.3.1.2. Considerações sobre a Prova	50
2.4. Fundação Mariana Resende Costa (FUMARC)	53
2.4.1. Descrição da Prova Elaborada pela FUMARC	54
2.4.1.1. Considerações sobre o Edital	55
2.4.1.2. Considerações sobre a Prova	56
2.5. Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP)	61
2.5.1. Descrição da Prova Elaborada pela FUNDEP	62

2.5.1.1. Considerações sobre o Edital	63
2.5.1.2. Considerações sobre a Prova	64
2.6. Conclusões Iniciais da Descrição	70
III. CAPÍTULO III	
3. A QUESTÃO DO SUJEITO	72
3.1. O Complexo Processo Enunciativo em Provas	87
3.2. Ideologia Presente nas PCPs	96
3.3. Contrato e Ideologia	101
3.4. O “Discurso de Outrem” em Provas de Interpretação Textual	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	117
ANEXOS	123

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O ano de 2009 começou trazendo uma série de notícias desanimadoras sobre a crise mundial que afeta, a princípio, a vida de todos. “*O ritmo de crescimento mundial cairá a 0,5% em 2009, o índice mais baixo registrado desde a Segunda Guerra Mundial*”, explica o informe *World Economic Outlook* (apud Folha Online)¹. O Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu significativamente a previsão de crescimento para o Brasil. O Produto Interno Bruto (PIB) do país deve crescer apenas 1,8%, segundo o órgão.

Palavras como *recessão, desaceleração, contenção, retração* passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas nos quatro cantos do mundo. A imprensa exhibe, diariamente, índices e estatísticas ruins sobre as economias no mundo inteiro e divulga as medidas anunciadas pelos governos, quase todas elas tomadas em decorrência de um cenário aterrorizante. Em todos os países capitalistas veem-se empresas multinacionais falindo, bancos privados quebrando, fábricas propondo aos funcionários férias coletivas e licenças (remuneradas ou não) ou programando demissões em massa, aumentando ainda mais o universo de insegurança e incertezas. E, como consequência dessa conjuntura, o número de pessoas desempregadas é cada vez maior e mais assustador.

Manchete veiculada pelo jornal *O Globo*, em 27 de janeiro de 2009, por exemplo, alerta: “*OIT prevê até 2,4 milhões de novos desempregados na América Latina e Caribe em 2009*”. Ainda segundo esta mesma matéria²,

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) projeta um aumento entre 1,5 milhão e 2,4 milhões de desempregados em 2009 na América Latina e no Caribe por conta da crise financeira internacional. O contingente se somaria ao universo de 15,7 milhões de desocupados na região. Esse aumento do desemprego corresponde a uma elevação da taxa regional de 7,4% em 2008 para um intervalo entre 7,9% e 8,3% em 2009, retornando aos mesmos patamares de 2007, quando se registrou o índice de 8,3%.

É comum escutarmos que a crise começou nos Estados Unidos e se alastra pelo resto do mundo. E, como não poderia deixar de ser, os efeitos dessa fase difícil chegam ao

¹ Acessado em 30 de janeiro de 2009, <http://noticias.uol.com.br/ultnot/economia/2009/01/28/ult35u66728.jhtm>.

² Acessado em 27 de janeiro de 2009, <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/01/27/oit-preve-ate-2-4-milhoes-de-novos-desempregados-em-america-latina-caribe-em-2009-754161558.asp>.

mercado de trabalho também em Minas Gerais, onde, segundo estatísticas, está havendo mais demissões do que contratações. Em matéria veiculada pelo jornal Estado de Minas, datada de 01 de janeiro de 2009³, lemos:

Ao todo, 59 municípios do relatório do Ministério do Trabalho mostraram queda na criação de empregos, movimento atribuído, pelo menos em parte, aos efeitos da crise de crédito, que prejudicou as exportações brasileiras de minério de ferro, a produção de aço e de automóveis, avalia o economista Mário Rodarte. Ele coordena a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de BH pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), feita em parceria com a Fundação João Pinheiro e a Secretaria de Desenvolvimento Social de Minas.

Todas essas circunstâncias acabam por levar muitas pessoas, tanto aquelas que ainda conseguem manter seus cargos nas instituições privadas quanto as desempregadas, a buscarem alternativas de sobrevivência, de emprego, e a tentarem, por exemplo, ingressar no quadro de funcionários de empresas públicas, visto que estas oferecem o que mais tem faltado no mercado de trabalho: a estabilidade no emprego.

No Brasil, tanto o governo federal quanto o estadual e o municipal têm anunciado um grande número de concursos públicos. Como dizem alguns repórteres e comentaristas econômicos, o governo brasileiro parece estar na “contramão” da crise, visto que, enquanto muitos estão demitindo seus funcionários, ele está abrindo vagas, a grande maioria delas por meio de concursos públicos. O fato de o Presidente Lula dizer, desde o início da crise mundial, que o Brasil não será afetado por ela (ou será minimamente afetado, como agora tem afirmado) e o fato de estar firme no propósito de manter todos os concursos aprovados para 2009 têm chamado a atenção da mídia e recebido muitas críticas.

A título de ilustração do que estamos aqui afirmando, citamos, na sequência, quatro notícias sobre o assunto. Três delas foram veiculadas por três diferentes jornais *on-line* e acessadas em 27 de janeiro de 2009. A quarta, do dia 03 de março de 2009, foi retirada de um jornal popular de grande tiragem em Minas Gerais.

³ Acessado em 27 de janeiro de 2009,

http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao_4/2009/01/01/em_noticia_interna.id_sessao=4&id_noticia=93952/em_noticia_interna.shtml

NOTÍCIA 1⁴

Concursos públicos vão abrir 64.540 vagas Paula Takahashi - *Estado de Minas*



Diante dos anúncios de demissões e incertezas sobre a economia, carreira pública desperta interesse de mais pessoas, que lotam as salas de aula.

O ano promete oferecer grandes oportunidades para os concurseiros que estão lutando por uma vaga na tão concorrida carreira do funcionalismo público. Diferentemente do que se esperava, o mercado de concursos públicos não foi afetado pela crise econômica e o orçamento da União prevê a criação de nada menos que 33.667 cargos e a abertura de 64.540 vagas em âmbito federal em 2009, número 14% superior ao previsto em 2008. Somente para o primeiro semestre, a Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos (Anpac) calcula a oferta de 47.116 postos de trabalho de seleções federais já autorizadas.

Para Maria Thereza Sombra, diretora executiva da Anpac, a reposição de aposentadorias e a substituição dos contratos temporários e de terceirizados por profissionais concursados serão responsáveis pelo grande crescimento do setor. “No Banco Central, 60% dos funcionários se aposentam nos próximos dois anos. A máquina não pode parar”, ressalta. Para o diretor-presidente do Grupo Obscursos, Wilson Granjeiro, o governo está repondo cargos que foram degradados e ampliando as oportunidades em setores estratégicos. “Segurança, administração e fiscalização são prioridades para garantir as metas de arrecadação e continuidade do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)”, avalia.

No Judiciário, são esperadas 18.411 vagas, destinadas ao Superior Tribunal de Justiça (320), Justiça Federal (8.548), Justiça Militar da União (171), Justiça Eleitoral (174), Justiça do Trabalho (8.022), Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (1.176). Mais 15.076 serão direcionadas ao Poder Executivo, divididas entre auditoria e fiscalização (500), gestão e diplomacia (400), jurídica (600), defesa e segurança pública (400), cultura, meio ambiente e ciência e tecnologia (2.076), seguridade social, educação e esportes (9,4 mil), regulação do mercado, dos serviços públicos e do sistema financeiro (1,5 mil) e indústria e comércio, infraestrutura, agricultura e reforma agrária (200). Todas

⁴ Acessado em 27 de janeiro de 2009,
http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao_4/2009/01/26/em_noticia_interna.id_sessao=4&id_noticia=96700/em_noticia_interna.shtml

as 180 oportunidades no Legislativo devem ser destinadas ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Segundo Granjeiro, a grande novidade deste ano é o cargo de gestor governamental, que será aberto em todos os estados. “Esses profissionais elaboram as políticas públicas, tornando-se um gestor governamental”, explica. A maior vantagem é que os candidatos podem ter qualquer formação profissional para concorrer ao cargo, sendo os aprovados alocados de acordo com sua área de interesse.

Se a oferta é grande, a procura de pessoas interessadas em garantir a estabilidade e vantagens da carreira pública cresce na mesma proporção. “A concorrência vai ser ainda maior porque a iniciativa privada não está contratando, ao contrário, está demitindo”, enfatiza Maria Thereza. A estudante Carla Marques Barbosa se prepara desde o início de 2008 para as seleções, esperando pela abertura dos concursos federais deste ano. “Eu estava sempre sem a certeza de um trabalho e acabei largando o emprego para me dedicar aos estudos e garantir a estabilidade e qualidade de vida que os cargos públicos trazem”, afirma Carla.

Para absorver a crescente demanda pelas vagas de emprego, os cursos preparatórios estão investindo em modernização e ampliação. “Em época de crise econômica, a procura por concurso se acentua e os cursos preparatórios estão investindo em ampliação e novas tecnologias, como é o caso de ensino a distância”, afirma José Vânio. É o que a parceria entre os cursos Orville Carneiro e Maurício Trigueiro pretende. Em fevereiro, 22 cidades mineiras já começam a receber, ao vivo, a transmissão de aulas realizadas em Belo Horizonte.

NOTÍCIA 2⁵

Ministro sinaliza que governo poderá rever a realização de concursos públicos
Renata Giraldi - *Folha Online*

O ministro Paulo Bernardo (Planejamento) sinalizou nesta terça-feira que o governo federal poderá rever a decisão de realizar concursos públicos e cerca de 65 mil contratações ainda neste ano. Segundo ele, a decisão só será definida em março após a avaliação completa sobre o contingenciamento que será feito no Orçamento Geral da União para 2009.

"Nós não temos avaliação [completa]", afirmou Bernardo. "Mas acho que vamos ter de conversar depois e rever os programas", disse ele.

Mas afirmou que para a área de educação deverão ser realizados concursos para a contratação de cerca de 15 mil pessoas entre professores e funções técnicas. A educação é uma das áreas que o governo tentará preservar de cortes.

Nesta terça-feira, o ministro anunciou uma contenção prévia de R\$ 37,2 bilhões no Orçamento Geral da União destinado a 2009. Com isso serão contingenciados R\$ 22,6 bilhões referentes a custeio e R\$ 14,6 bilhões relativos a investimentos.

Segundo Bernardo, ficarão disponíveis cerca de R\$ 111 bilhões. "Nós vamos fazer até março todo um procedimento de avaliação para rever toda a projeção, vamos tentar arrumar o orçamento para tentar atender as nossas necessidades", disse. "Vamos fazer todo o rearranjo e as despesas de pessoal poderão passar uma avaliação."

⁵ Acessado em 27 de janeiro de 2009, <http://www1.folha.uol.com.br/brasil/ult96u495008.shtml>

NOTÍCIA 3⁶

Através de concursos, Governo pretende contratar mais de 50 mil este ano O Globo

RIO - Em meio à crise financeira, as empresas privadas estão demitindo, cortando gastos. Já o governo faz o contrário. Todos os concursos previstos para este ano estão mantidos. Mais de 50 mil servidores devem ser contratados nos três poderes. A maioria, 30 mil, no Executivo, sendo que 19 mil para substituir terceirizados. Mais de 14 mil vagas são para o Judiciário, Legislativo e Ministério Público. Há oportunidades para candidatos de nível médio e superior, e os salários vão de R\$ 2 mil a R\$ 14 mil.

As fábricas começaram a enfrentar dificuldades quando o crédito diminuiu. Com menos dinheiro disponível, houve queda nas compras do comércio e, como consequência, redução das encomendas à indústria. O agravamento da crise levou à dispensa de 130 mil funcionários em São Paulo só no mês de dezembro. Foi o pior resultado desde 1994. No mesmo mês, 650 mil postos de trabalho foram fechados em todo o país. Na contramão da crise, o governo oferece salário e estabilidade.

Desde 2003, o governo federal ganhou 200 mil novos servidores. A justificativa é que o aumento de gastos é necessário para qualificar o quadro de funcionários.

- O emprego público se transformou em algo mais atrativo e com mais capacidade de retenção devido à melhora na remuneração pelo menos no emprego federal. Temos trazido para a administração quadros qualitativamente melhores do que eram no passado - diz o secretário do ministério do Planejamento Marcelo Viana.

O especialista em recursos humanos explica por que a concorrência por uma vaga no serviço público deve aumentar.

- O trabalhador, na iniciativa privada, principalmente se ele está trabalhando num setor que é afetado pela crise de maneira mais forte, evidente que é muito melhor ele correr para o serviço público que dá estabilidade, garantia - explica o professor da FGV Pedro Carboni.

Para a Organização Internacional do Trabalho, o ritmo de perda de empregos é o maior em mais de duas décadas.

⁶ Acessado em 27 de janeiro de 2009, <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/01/27/atraves-de-concursos-governo-pretende-contratar-mais-de-50-mil-este-ano-754157357.asp>

NOTÍCIA 4⁷

CURSINHOS

Escolas registram dobro do número de matrículas e anunciam grandes investimentos.

O negócio do momento é fazer os concursos

Janine Horta – Super Notícia



Um setor que tem sido muito beneficiado pela crise econômica é o das escolas preparatórias para concursos públicos. As demissões noticiadas, ou simplesmente o medo de perder o emprego, têm empurrado grande número de pessoas para as salas de aula dos cursinhos em busca da estabilidade de um emprego no serviço público.

Algumas escolas registraram um aumento de até 100% no número de matrículas em janeiro e planejam, com isso, uma expansão dos negócios. É o caso do Mega Concursos, que tem cinco unidades em Belo Horizonte, com cerca de 2.500 alunos matriculados. "O movimento extrapolou o que esperávamos, por isso tivemos que abrir mais turmas. Tivemos praticamente o dobro de inscrições que teríamos normalmente nessa época do ano", comemora o professor Rodrigo Borges.

O Mega pretende abrir mais duas unidades ainda este ano e ampliar o número de alunos para 5.000. Já o curso Pleno Preparatório, ex-BMW, terá que contratar mais funcionários e inaugurar mais uma unidade ainda este ano, para dar conta do aumento do movimento. "Nossa demanda cresceu em cerca de 100%. Vimos claramente que este aumento está relacionado com a crise econômica e com o medo das demissões", afirma a diretora Cristiane Mota.

A escola Meritus, que tem somente três anos e quatro unidades em funcionamento, também planeja inaugurar em breve novas unidades, inclusive no interior do Estado. "Temos muita procura de pessoas que moram no interior", diz o diretor comercial Denis Ricardo de Souza. O movimento é geral e em toda Minas Gerais existe demanda.

⁷ Acessado em 15 de abril de 2009, <http://www.otempo.com.br/otempo/noticias/?IdNoticia=104665>

Percebemos, a partir da leitura das quatro matérias acima (e de inúmeras reportagens sobre a crise mundial veiculadas diariamente na mídia) que, diante da instabilidade do emprego em instituições particulares, os cargos públicos têm-se transformado no objeto de desejo de muitos e vêm sendo procurados como uma forma de garantia de emprego e estabilidade. Homens e mulheres de todas as idades e de diversos níveis de instrução investem tempo, dinheiro e dedicação na tentativa de conseguir um cargo efetivo em uma instituição pública. Em vista disso, o número de candidatos nos concursos tem aumentado consideravelmente nos últimos anos. Nesse setor, os índices e as estatísticas são os melhores possíveis.

Dessa busca pelo emprego público surge, então, uma verdadeira “indústria dos concursos”. Em outras palavras, a crise mundial, pelo menos no Brasil, retirou o emprego de muitos, mas também oferece a oportunidade de emprego para muitos, pois milhares de profissionais e empresas estão envolvidos no universo dos concursos. Há cursos preparatórios para todo tipo de concurso público. Esse mercado abrange desde a preparação dos candidatos até a realização das provas. Para se ter uma ideia, existe centenas de sites especializados, seja na divulgação de cursos preparatórios (*on-line* ou presenciais) e de concursos, seja na divulgação e na venda de materiais específicos, como apostilas e CDs.

Há vários sites destinados a atender ao concurseiro. Esses sites, tais como www.pciconcursos.com.br, www.jcconcursos.com.br, e www.acheiconcursos.com.br, além de informarem os candidatos a respeito de novos concursos, disponibilizam *downloads* de provas antigas e ainda contam com professores especializados que comentam provas de concursos recentes. Além disso, existem sites que mantêm grupos de estudantes que trocam informações a respeito de concursos em todo o Brasil. No estado de Minas Gerais, por exemplo, foi lançado, em novembro de 2008, o site *PréOnline* (www.preonline.com.br), que possibilita ao candidato sistematizar o estudo e resolver provas antigas e provas elaboradas pelos professores que nele trabalham. A cada vez que responde às questões, o estudante tem acesso à porcentagem de aproveitamento que teve na referida prova ou no conjunto de provas a que respondeu. Para usufruir desse serviço, o candidato paga uma taxa maior ou menor, dependendo do número de recursos do site que ele desejar usar.

Também nas bancas de jornal podem ser encontradas publicações que se especializaram na área de concursos. Dentre elas, a mais conhecida é a *Folha Dirigida*, jornal semanal que publica informações sobre novos concursos em todo o Brasil, os resultados dos últimos concursos, entrevistas com profissionais da área e testes. Além disso, os jornais diários têm falado muito sobre o assunto, desde o *Estado de Minas* que, aos domingos, em seu caderno de negócios, trata desse tema e apresenta anúncios de cursinhos preparatórios, até o *Super*, um jornal popular que custa apenas R\$0,25 e que frequentemente apresenta informações sobre concursos.

Existe, ainda, a Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos (Anpac), entidade que era restrita a pessoas jurídicas e que, atualmente, admite como sócio qualquer pessoa física. Dentre os objetivos da Associação está o de coordenar e divulgar projetos de interesse dos concursos, defender juridicamente a moralidade, transparência e acessibilidade nos concursos, divulgar os concursos, zelar pela adequação dos processos seletivos, prestar consultoria às bancas examinadoras e prestar assistência jurídica de interesse dos concursandos.

A televisão também aborda esse tema com frequência. No dia 03 de novembro de 2006, por exemplo, o programa *Globo Repórter* focalizou especificamente o assunto. Já a *Rede Minas* apresenta, em seu noticiário matinal, semanalmente, uma matéria referente a concursos públicos.

Dentre todos os recursos de que dispõem os concurseiros, merecem destaque os cursos preparatórios, que existem em praticamente todas as grandes cidades do país. Em Minas Gerais, por exemplo, há cursos antigos, como o *Orville Carneiro* e o *Vila Rica*, que funcionam há mais de trinta anos. Há também cursos novos, que contam com equipe de professores especializados apenas em provas de concursos, como é o caso do *Meritus*, que possui quatro unidades só em Belo Horizonte. Esses cursos, muitas vezes, produzem seu próprio material didático, que pode ser vendido em bancas de jornal ou em *sites*.

Todo esse mercado está, pois, circunscrito às provas que são elaboradas para concursos. Afinal de contas, para que os candidatos sejam aprovados nesse tipo de seleção, a realização de prova é requisito legal obrigatório. Na presente pesquisa, apesar de termos

ciência da grandiosidade desse mercado, o que nos interessa são as provas, já que o candidato terá ou não a aprovação se e somente se passar por essa avaliação.

A elaboração das provas é, assim, de extrema relevância, envolvendo milhares de pessoas em suas várias etapas como elaboração, aplicação e resultado. Mas o que de fato nos interessa é a prova em si, nosso objeto de pesquisa é a prova a que o candidato terá de responder. Não nos interessa se o candidato respondeu àquilo que o elaborador considera correto ou não, mas, sim, o que está adjacente a essa elaboração. Para isso, precisamos pensar a respeito das instituições que elaboram essas provas.

Instituições que elaboram provas de concursos são muitas e existem em todo o país. Várias são vinculadas a grandes universidades, como a Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa (FUNDEP), instituição vinculada à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Fundação Mariana Rezende Costa (FUMARC), vinculada à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG); Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE), instituição vinculada à Universidade de Brasília (UnB); Núcleo de Computação Eletrônica (NCE), instituição vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Outras pertencem ao governo, como a Escola Fazendária (ESAF), que é vinculada ao Ministério da Fazenda; há, ainda, instituições particulares, como a Fundação Carlos Chagas (FCC), que tem sede na cidade de São Paulo. Para nossa análise, escolhemos cinco provas de cinco dessas instituições.

Porém, para analisarmos nossas provas, precisamos pensar um pouco a respeito da prova em si: o que é uma prova, quando as provas passaram a existir, será que prova é um processo adjacente à escola?

Nessa análise entendemos que desde que a sociedade passou a ter a necessidade de fazer uma sistematização do ensino, passou conseqüentemente a possuir a necessidade de uma avaliação. Isso ocorre porque o processo de ensino e aprendizagem é extremamente relevante na formação do ser humano, mesmo em sociedades em que a escola não exista.

Em sociedades ditas “primitivas”, por exemplo, o ensinar está presente. Uma mãe, em uma sociedade indígena, precisa ensinar à filha como preparar um alimento, como plantá-lo; um pai, nessa mesma sociedade, terá, por sua vez, de ensinar ao filho como caçar. Em muitas dessas sociedades há rituais de passagem, rituais que funcionam como uma avaliação. Os adolescentes, em algumas dessas tribos, só serão considerados adultos após serem submetidos a uma prova.

A própria vida em sociedade depende de a criança aprender como se portar em sociedade. O indivíduo depende da estrutura social – em sua existência física, intelectual e emocional –, o que torna impossível pensar a si mesmo ou compreender-se fora dessa estrutura. Afinal, a sociedade provê ao homem tudo, desde o alimento, a moradia, até o pensamento que é formado também pela linguagem. Deve-se levar em consideração que a maior parte dos conteúdos de nosso pensamento torna-se possível graças à sociedade, ou àquilo que nela aprendemos.

Como se observa, a sociedade faz com que o ato de ensinar seja intrínseco a ela. A escola nem sempre existiu e não existe até hoje em muitas sociedades consideradas, por nós, como “primitivas”. Apesar disso, a avaliação existe nessas mesmas sociedades. Entretanto, é muito comum pensarmos a avaliação apenas na perspectiva da escola. Mas será que é isso que ocorre em uma prova elaborada para concurso?

Considerando a tão falada crise financeira mundial, a busca por estabilidade no emprego, o grande mercado na área de concursos que visa à execução de uma prova, e ainda diante do fato de que uma prova é uma forma de avaliação e que a avaliação é parte do processo de aprendizagem, apresentamos esta dissertação.

Este trabalho tem como objetivo principal a realização de uma análise discursiva de cinco provas de Português elaboradas especificamente para concursos públicos. Para alcançarmos a nossa meta, baseamo-nos, sobretudo, nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso, área de pesquisa na qual este trabalho se insere. Nós nos propomos a desvelar as características desse gênero específico – prova de Português para concursos públicos –, identificar e refletir sobre as instâncias enunciativas envolvidas (suas múltiplas vozes), os múltiplos contratos, a estruturação dessas provas, as ideologias nelas presentes, além das estratégias discursivas utilizadas. Acreditamos,

com isso, poder contribuir um pouco para a compreensão da estruturação dessas provas e para a elucidação de algo que diz respeito a tanta gente.⁸

No que se refere à estrutura, este trabalho é constituído por uma introdução, três capítulos, considerações finais, referências e um anexo, composto justamente pelas cinco provas.

No primeiro capítulo, achamos por bem contar um pouco da história da prova e dos concursos públicos. Descrevemos alguns fatos históricos no sentido de ilustrar e contextualizar esse universo. Buscamos, aqui, inserir nosso *corpus* nessa cronologia.

No segundo capítulo, apresentamos, ou melhor, descrevemos nosso *corpus*, mostrando a estrutura básica das provas. Ainda nesse capítulo, fazemos um estudo quantitativo dos tipos de questões que compõem as provas, ressaltando suas particularidades, suas especificidades. Descrevemos pormenorizadamente as questões, tentando organizar um panorama geral das provas. Além disso, apresentamos as instituições que confeccionaram as provas por nós analisadas, buscando traçar um perfil para cada uma delas.

No terceiro capítulo, tratamos de considerações teóricas do campo da Análise do Discurso, objetivando traçar os princípios gerais dessa linha de pesquisa, sobretudo nas reflexões propostas por Patrick Charaudeau (2008, 2006, 2001, 1996) e, mais particularmente, no quadro do contrato de comunicação elaborado por ele. Entretanto, não nos restringimos à Semiologia. Para tratar da questão das ideologias subjacentes às provas, nos valem, por exemplo, dos estudos de Bakhtin (2006, 1997) e Fiorin (2000), dentre outros, e nos debruçamos novamente sobre as cinco provas, aprofundamos nossas considerações, realizando, a partir do que foi tratado teoricamente, nossos principais objetivos, quais sejam, explicar linguisticamente e discursivamente a estruturação das provas, os contratos nelas existentes, as múltiplas vozes e instâncias enunciativas nelas presentes.

⁸ Decidimos, por uma questão de economia, focalizar somente o resultado do processo de elaboração, ou seja, a prova feita. Não trataremos, desse modo, da aplicação/realização da prova e tampouco do processo de correção da mesma.

Por sua vez, as considerações finais se propõem em função do que foi apresentado nos quatro capítulos, indicando os resultados a que chegamos. Lembramos que as cinco provas aqui pesquisadas estão registradas nos anexos, no final desta dissertação.

CAPÍTULO I

1. CONTEXTUALIZAÇÃO E HISTÓRIA

Para analisarmos adequadamente as provas que compõem nosso *corpus*, precisamos pensar um pouco na origem da prova em nossa sociedade e não só na área de concurso. Precisamos nos questionar: esteve sempre uma prova circunscrita à situação de ensino? A origem de uma avaliação por meio de prova está na escola?

1.1. HISTÓRIA DAS PROVAS

Na antiguidade, quando os filósofos perceberam a importância do aprender, iniciaram um processo sistematizado de educação, ainda muito diferente daquele que hoje temos, mas já seguindo certas regras. Na Grécia, as crianças eram educadas de um modo informal e iam à escola quando dispunham de um tempo livre. O objetivo da escola era proporcionar à criança a possibilidade de pensar, de refletir. Assim, para os gregos, a escola era feita para que se desenvolvesse, em momento de ócio, o pensamento, tanto que, etimologicamente, a palavra escola tem em sua origem grega – *scholé* – o seguinte significado: “lugar do ócio”.

Dentre os filósofos gregos, destacamos Pitágoras (560 (?) – 500 (?) a.C.), que percorreu por anos países como o Egito, a Babilônia e a Síria, acumulando conhecimentos em Astronomia, Matemática, Ciência, Filosofia, Misticismo e Religião. Com a aquisição de todos esses saberes, Pitágoras passou a atrair discípulos e, dessa forma, começou, de certo modo, a sistematizar o ensino ao demonstrar aos discípulos o pensamento que vinha desenvolvendo.

A escola pitagórica influenciou grandes nomes como Sócrates (470 a.C.) que, em Atenas, já submetia seus alunos a uma espécie de prova oral, prática ainda utilizada por educadores que, até hoje, em suas atividades de classe, fazem arguições ou questionários orais. Sócrates também apontava a autoavaliação como um pressuposto básico para que seus alunos pudessem encontrar a “verdade”. Segundo Lima⁹ (2008, p.1), “*Seu método pedagógico também chamado maiêutica pôs em evidência o processo da conceituação, considerado básico sobre o ponto de vista científico*”.

⁹ Acessado em 02 de junho de 2008. Disponível em www.artigonal.com/educação-online-artigos

Após Sócrates, Platão (428 a.C.- 347 a. C.) criou algo parecido com uma escola, já que, no ato de refletir, o filósofo separava disciplinas como a Filosofia e a Matemática. Platão usava questionamentos para que seus alunos pudessem pensar. Posteriormente, Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C.), que havia sido ensinado por Platão, começa a exercer a função de preceptor, uma espécie de professor que, na Grécia, as famílias abastadas contratavam para ensinar seus filhos. Ou seja, já na Grécia encontramos a ideia de escola e percebemos a importância de professores e alunos.

Porém, segundo Fujita¹⁰, as primeiras formas de ensino são bem mais antigas. Afinal, há 4000 anos os sumérios desenvolveram a escrita, que era transmitida de pai para filho em casa.

A escola, tal como a concebemos hoje, surgiu na Europa apenas no século XII e, nessa época, já dispunha de departamentos que visavam ao ensino da Leitura, Escrita e Matemática. Geralmente eram escolas católicas, e o Catecismo fazia parte do currículo. No Brasil, em 1549, é fundada em Salvador a primeira escola, por um grupo de jesuítas que também fundou a segunda escola, em 1554, na cidade de São Paulo. Mas como terá sido o sistema de avaliação dessas escolas antigas?

Na Idade Média, a opinião dos professores tinha de ser aceita e o sistema de avaliação estava na repetição do que se lia e ouvia, dessa forma, a memorização era de extrema relevância. Surgem nessa época as primeiras universidades que, segundo Lima (2008), eram destinadas à formação de professores.

Nessas universidades, os alunos que eram candidatos ao bacharelado tinham de prestar exames nos quais interpretavam e explicavam trechos de textos selecionados a fim de serem aprovados e poderem ensinar. De certa forma, esses alunos passavam por uma espécie de concurso para poderem exercer a profissão.

Lima (2008) relata, ainda, que, no período do Renascimento, o Humanismo (corrente cristã) trazia contribuições relevantes para a avaliação, já que essa corrente explicava a

¹⁰ Acessado em 15 de abril de 2008. Disponível em www.mundoestranho.abril.com.br

importância de se tentar atender às individualidades dos alunos para que esses fossem preparados de acordo com as suas necessidades, aptidões e segundo seus próprios interesses.

Dentre os educadores dessa fase, um dos mais relevantes é Feltre, um professor italiano que avaliava o aluno mandando-o ler em voz alta para observar a forma como lia, a ênfase que dava à leitura, o uso da linguagem culta, o tom de voz que usava e, assim, julgava-o habilitado ou não.

Porém, é no fim do século XII, na Europa, que o sistema educativo aparece como o concebemos atualmente, e o ensino da criança passa a ser responsabilidade do Estado. Há, nessa fase, uma reação ao humanismo e a avaliação torna-se menos individualizada e mais geral. Surgem muitas teorias educacionais e muitas formas de se pensar a avaliação. Mas os exames escritos só passam a ser utilizados em 1702, em Cambridge, na Inglaterra.

Como foi mencionado anteriormente, a primeira escola brasileira foi fundada por jesuítas e a história da educação no Brasil acaba por se confundir com a história da colonização. A função das primeiras escolas brasileiras era basicamente a de fazer com que os índios se “aculturassem”. Em 1759, os jesuítas foram expulsos e outros religiosos dedicaram-se ao ensino, ampliando-o. Nessa fase, a avaliação, no Brasil, era principalmente oral.

Em 1792, o ensino público aparece no nosso país, porém, esse ensino não era destinado a todos e era pago. Os cursos de nível superior só foram criados após 1808, quando a corte portuguesa chegou ao Brasil.

No período do Estado Novo, foram criadas as leis orgânicas do ensino, que dividiram os cursos em ginásial e colegial e, nessa época, surgiram os cursos profissionalizantes. Na década de 60, acentuaram-se os movimentos que objetivavam a “educação para todos”. As escolas brasileiras abrangem, hoje, desde o nível pré-escolar até a pós-graduação e têm de avaliar seus alunos, assim como o Ministério da Educação e Cultura (MEC), que também submete as escolas à avaliação.

Atualmente, fazem-se estudos comparativos sobre a avaliação educativa no país e no mundo. A Lei de Diretrizes e Bases explica que o sistema de avaliação escolar deve ser contínuo e cumulativo. Além disso, o desempenho do aluno deve ser avaliado, nas escolas, principalmente do ponto de vista qualitativo, e não quantitativo.

Porém, em provas de seleção, tanto em vestibulares quanto em concursos públicos, o sistema de avaliação é constituído quase exclusivamente por provas e, portanto, enquadra-se no sistema quantitativo.

Até aqui, procuramos demonstrar que o processo educacional não é novo, é parte da natureza humana e, desde a invenção da escrita, exige certa sistematização. Porém, quando a escola surge na forma como hoje a concebemos, com a presença de professores e alunos, os primeiros passam a ter a necessidade de avaliar a aprendizagem dos segundos. Cria-se um sistema de avaliação mais organizado; faz-se importante ressaltar que o processo de avaliação, até então, funciona dentro do meio escolar e é concebido para esse meio.

1.2. AVALIAÇÃO E PROVA

O conceito de avaliação é bastante amplo. Quando avaliamos alguém, precisamos não só de instrumentos quantitativos, mas também de instrumentos qualitativos. Um professor, ao avaliar, pode observar os trabalhos dos alunos, a produção feita, pode analisar o comportamento, fazer uma arguição, testes escritos, apresentações orais, atividades práticas, laboratoriais, tecnológicas, ou seja, em uma avaliação, o professor pode e deve levar em conta a capacidade do aluno como um todo. Assim, a avaliação apoia-se no reconhecimento de diferenças individuais e considera o progresso do aluno como um todo, há em uma avaliação um processo contínuo.

A prova é um teste, uma forma de medir quantitativamente um determinado conhecimento. Segundo Medeiros (1972), a necessidade de medir é muito antiga e pode ser observada na história humana em conceitos como o palmo, por exemplo. Com o passar do tempo, o homem foi aperfeiçoando as formas de medir.

A educação, segundo a autora, é um processo intencional que necessita verificar os resultados. Por isso, o campo da educação interessou-se pela medida. Ao usar critérios para medir o que o aluno aprendeu, o professor pode verificar o próprio trabalho e o desenvolvimento do educando, e isso explica a importância da avaliação para o educador: “*Como a educação sempre se dirige para determinados fins, tentar fazê-la sem verificações periódicas e freqüentes será o mesmo que treinar tiro ao alvo no escuro.*” (MEDEIROS, 1972, p.11).

Em outras palavras, o sistema escolar encontrou nas provas uma forma de medida, um modo de testar o conhecimento do educando. Nesse processo de medir, faz-se importante ressaltar que em tudo o que fazemos deixamos nossa personalidade, o que também ocorre em uma prova. Porém, para avaliar alguém, o processo deve ser extremamente objetivo, ou seja, em princípio, aquele que elabora um teste deve se abster de suas opiniões, de seus preconceitos, tentando construir uma “medida objetiva”, que terá uma mesma resposta dada por outros especialistas.

Para Medeiros (1972), nem sempre é possível medir com rigor e nem sempre é necessário um rigor completo para que se possa medir. Apesar disso, a autora esclarece que há casos em que a precisão é essencial. A autora nos explica que, no campo educacional, a precisão se torna de extrema relevância para que todos sejam avaliados de forma idêntica, não havendo preferências.

Nesse sentido, a qualidade de uma prova é um aspecto muito importante do trabalho de um professor, já que ele utilizará o resultado dessa prova para julgar o aluno e até mesmo para rever os próprios métodos de ensino. Para que tenha qualidade, segundo a autora, a prova deve obedecer a alguns critérios:

- Validade: deve-se medir aquilo que se pretende, de acordo com uma situação específica;
- Precisão: a medida usada deve ser matematicamente coerente;
- Objetividade: o critério usado para análise não pode estar suscetível a julgamentos pessoais;

- Facilidade de aplicação: dado o grande número de alunos, uma prova deve ser realizada de forma ágil;
- Simplicidade de julgamento: esse fator é essencial para minimizar erros do próprio examinador;
- Economia de tempo e de material: uma prova deve ser respondida em um tempo estipulado sem que dependa de um material longo e oneroso;
- Adequação ao grupo: o nível de dificuldade das questões deve estar de acordo com o grupo a que a prova se destina.

Com base nesses critérios, podemos dividir as provas em dois grandes grupos: as provas de resposta livre – também chamadas de provas abertas ou dissertativas – e as provas objetivas – também chamadas de provas fechadas, cada uma possui pontos positivos e negativos e precisam ser bem elaboradas para evitar recursos. Segundo Esteves (1968, p.28), “... *as condições do próprio teste são as causa mais freqüentes de sua incoerência, e que podem ser atribuídas, principalmente, a qualidade das questões...*”. Diante disso, faz-se relevante compreender um pouco melhor as vantagens e desvantagens de cada tipo de prova.

As provas abertas, por exemplo, permitem àquele que está sendo examinado apresentar sua resposta como quiser, com certa liberdade de escolha do conteúdo. Já as provas objetivas poderão obter somente um julgamento, haverá uma única resposta possível.

Em termos de avaliação de resultado, o problema da questão aberta é grande. Medeiros (1972) observa que o julgamento de questões abertas é penoso e sujeito a variação. A atribuição de notas, segundo a autora, torna-se subjetiva e acaba demonstrando tendências no julgamento. Ela chega a afirmar que o mesmo professor, ao corrigir a mesma prova em épocas diferentes, é capaz de atribuir notas diferentes ao mesmo texto de resposta. A autora explica, ainda, que, quando se sabe previamente de quem é uma prova, tende-se a dar nota avaliando-se também o passado daquele aluno e adverte que até a caligrafia pode fazer diferença na apreciação da prova. Além de tudo, a autora afirma que a prova aberta demanda tempo para ser corrigida.

Apesar de todos esses fatores, Medeiros explica que

[...] há aspectos que são melhor comprovados por meio de resposta livre [...]. De modo geral costuma-se preferir as provas de resposta livre quando [...] há mais interesse em explorar as atitudes dos alunos diante dos problemas do que em medir o seu rendimento para fins de nota... (MEDEIROS, 1972, p.184)

Além disso, a autora acrescenta que, em uma prova dissertativa, pode-se observar melhor a habilidade crítica.

Já a prova objetiva tem como uma de suas características fundamentais a impessoalidade de julgamento. Ainda segundo Medeiros (1972, p.21), “[...] dizemos que uma prova é objetiva quando a opinião do examinador e a sua interpretação dos fatos não influem no seu julgamento. Ela será julgada de forma igual por professores diferentes ou pelo mesmo examinador em ocasiões diversas.”

Ao comparar a prova discursiva e a prova objetiva, poderíamos, então, afirmar que na prova subjetiva o examinador tem de analisar caso a caso para considerar a resposta aceitável ou não, ao passo que na prova objetiva não há critérios pessoais, já que uma única resposta será considerada certa.

Assim, dentre as vantagens da prova objetiva podemos citar o julgamento fácil, rápido e imparcial das questões; a rápida atribuição de notas; a possibilidade de verificação extensa da matéria, já que em curto prazo de tempo de prova se podem pedir inúmeras questões; e, por fim, o fato de o professor conseguir fazer um exame específico dos pontos de uma matéria que ele considere fundamental.

Porém, há também desvantagens, já que, nesse tipo de prova, a resposta vem pronta e sempre há possibilidade de acerto aleatório, no caso de um aluno “chutar” uma questão e acertar a resposta mesmo sem conhecê-la. Além disso, a elaboração de uma prova objetiva exige muito do professor, que deve identificar exatamente os pontos que considera fundamental avaliar.

Medeiros (1972) explica que devemos refletir, diante das circunstâncias, sobre o tipo de prova a escolher. No caso de nossa pesquisa, as provas não são elaboradas para a avaliação escolar. No presente trabalho, como explicado anteriormente, analisamos provas de Língua Portuguesa preparadas especificamente para a seleção de candidatos a

concursos públicos. Todas as provas são de nível médio e foram elaboradas no sistema de prova fechada. Por isso, achamos relevante aprofundar um pouco a análise desse tipo de prova.

Segundo Esteves (1968), as questões fechadas começaram a ser utilizadas principalmente em testes mentais como os testes de inteligência. Esse procedimento foi introduzido quase simultaneamente na França e na Inglaterra por volta de 1890. O psicologista francês Alfred Binet, diretor da Sorbonne, é um importante nome associado a esses testes de inteligência. Ele preparou testes com 30 perguntas e respostas para diagnosticar crianças com problemas mentais, traçando escalas de deficiência mental de acordo com as respostas às perguntas. Seu trabalho durou até 1911. Além do estudo dedicado a crianças com problemas mentais, o pesquisador também criou testes com questões destinadas a avaliar os conhecimentos em crianças de várias idades.

Também na Inglaterra os primeiros testes objetivos foram elaborados por psicólogos. Sir Francis Galton, em 1882, foi o primeiro a preparar questões ao final das quais se obtivesse, estatisticamente, a média de acertos.

Porém, foram os EUA que usaram esse tipo de teste em maior proporção. Nesse país, eles passaram a ser utilizados coletivamente, ou seja, foi lá que os testes objetivos deixaram de ter uma aplicação individual e passaram a ser feitos por grande número de pessoas simultaneamente. Essa necessidade de avaliação rápida e de massa se deu no período da Primeira Guerra Mundial. Era importante medir o conhecimento dos indivíduos convocados para o serviço militar porque eles seriam distribuídos em grupos de acordo com suas habilidades. Quando se trata de um grande número de pessoas, os testes objetivos tornam-se uma eficaz forma de avaliação e seleção.

Rapidamente as escolas e universidades perceberam as facilidades desse tipo de teste e, entre a Primeira e a Segunda Guerra, o teste objetivo já tinha sido definitivamente introduzido nas escolas americanas e com uma finalidade bem mais ampla, já que as escolas almejavam conhecer o nível intelectual das crianças. Posteriormente, provas objetivas foram utilizadas por indústrias para investigar aptidões profissionais e, segundo Esteves (1968), o *Differential Aptitude Test* – teste de aptidões diferenciadas –

rapidamente foi traduzido e adaptado no Brasil pela Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

As questões objetivas desenvolveram-se de diversas formas como questionários, inventários e outros instrumentos destinados à avaliação de grande número de pessoas. Por ser o local em que rapidamente as provas objetivas tomaram grandes proporções, os EUA são, segundo o autor, chamados de o “país dos testes”. Esteves (1968) explica que, antes mesmo de descobrirem a eficiência dos testes objetivos, os americanos já se preocupavam em avaliar o rendimento escolar de suas crianças.

Em 1845, há o registro da primeira pesquisa educacional realizada em Boston para verificar o conhecimento dos alunos em Álgebra, Geometria e Francês. Também em 1845 o educador americano J.M. Rice afirmou que “... *as divergências existentes entre as opiniões dos professores, seu subjetivismo, portanto, são devidas à falta de medidas padrões que lhes sirvam de guias*” (RICE *apud* ESTEVES, 1968, p.61). Edward Lee Thorndike, professor da Universidade de Colúmbia, afirmava que “... *tudo que existe, desde que existe, existe em uma certa quantidade e como tal pode ser medido.*” (THORNDIKE *apud* ESTEVES, 1968, p.62)

Thorndike (*apud* ESTEVES, 1968) dizia que aqueles que criticavam o pensamento quantitativo o faziam por não tê-lo nunca estudado e que, ao invés de criticar, essas pessoas deveriam contribuir para aperfeiçoar os métodos de análise. E afirmava também que, se os professores continuassem a usar em seus trabalhos medidas educacionais de avaliação, em dez anos haveria um grande enriquecimento educacional.

Dentre as muitas formas de preparar as questões objetivas, destacaremos duas que se encontram nas provas que analisaremos na presente pesquisa. São elas as questões de múltipla escolha e as questões de certo e errado.

As questões de múltipla escolha consistem em várias alternativas dentre as quais o candidato deve escolher uma. Normalmente são oferecidas quatro ou cinco opções de resposta (a, b, c, d ou a, b, c, d, e). Essas questões podem ser elaboradas por meio de frases incompletas seguidas de sequências que as completem ou por meio de perguntas diretas seguidas de respostas possíveis.

Dentre as cinco provas que analisaremos, quatro são elaboradas nesse sistema. Podemos destacar, entre as vantagens da prova de múltipla escolha, a maior confiabilidade de seu resultado. Além disso, essas provas são, atualmente, corrigidas por meio de computadores, o que faz com que a correção seja extremamente rápida.

Os itens de uma prova de múltipla escolha permitem verificar o raciocínio, o conhecimento da matéria de forma geral e até o nível de discriminação sobre determinada matéria que o candidato possui. Apesar de muito criticada por criar a oportunidade do acerto por acaso, esse tipo de prova, justamente por conter várias respostas, terá uma probabilidade de acerto de 20% (cinco alternativas) a 25% (quatro alternativas), ou seja, é bastante arriscado para o candidato “chutar” todas as respostas.

Como em qualquer outra prova, a formulação desse tipo de questão exigirá muito do professor, já que as respostas têm de ser bem elaboradas para que o candidato necessite pensar para respondê-las adequadamente.

Além dessa forma de elaboração de questões, entre as provas que analisaremos encontramos uma elaborada no sistema de verdadeiro ou falso, também chamado de certo ou errado. Esse tipo de questão consiste na apresentação de uma afirmação que o candidato deve julgar como certa ou errada.

As questões de certo e errado são interessantes na medida em que suas instruções são muito simples, o que facilita a compreensão do candidato. Além disso, esse tipo de questão permite abranger um número muito grande de afirmações em um tempo curto de prova, pois, para responder a uma única questão de múltipla escolha, o candidato terá de ler o enunciado e mais quatro ou cinco respostas. Já para responder às questões de certo e errado, um mesmo enunciado será usado para inúmeras afirmativas e cada uma dessas afirmações valerá ponto.

As questões de verdadeiro ou falso possibilitam, ainda, ao examinador julgar várias matérias ao mesmo tempo, construindo provas interdisciplinares e, quando da presença de mais de uma matéria por afirmação, as provas podem ser até multidisciplinares, como é o caso da prova que vamos analisar.

A principal desvantagem desse tipo de questão é o fato de o candidato poder acertar por acaso. Como só lhe é dado fazer dois julgamentos, ele terá 50% de probabilidade de acerto caso venha a “chutar” a resposta. Em razão disso, a instituição que elaborou a prova de certo e errado analisada em nossa pesquisa criou um sistema pelo qual cada resposta errada anulará uma resposta certa, o que inibe o candidato de “chutar” e acertar por acaso: se porventura o candidato não souber a resposta, deverá deixar em branco o espaço correspondente. Nesse caso, ele não perderá nem ganhará ponto.

Também nesse tipo de prova a elaboração é bastante complexa, pois o elaborador corre o risco de criar respostas ambíguas.

No caso de nossa pesquisa, como explicitado acima, as cinco provas que estamos analisando foram elaboradas no sistema objetivo e pretendem fazer a seleção de servidores públicos.

As provas de concurso contêm diversas matérias que variam dependendo do cargo pleiteado. Entretanto, a disciplina de Língua Portuguesa é exigida em praticamente todos os concursos para praticamente todos os cargos e níveis de instrução. Em alguns casos, a prova objetiva é a primeira fase de um longo processo seletivo, como ocorre na seleção de nível superior da Assembleia Legislativa, por exemplo. Para conquistar um cargo nesse órgão, o candidato de nível superior precisará passar por três etapas constituídas de prova objetiva (múltipla escolha) e de provas discursivas / dissertativas.

No entanto, para cargos de nível médio, o processo seletivo costuma ter uma única etapa composta de prova objetiva, sendo que o resultado dessa avaliação é conclusivo para que o candidato assuma ou não um cargo público. Isso ocorre em provas para tribunais, Ministério Público, técnico de tributos estaduais e tantos outros cargos de nível médio que exigem apenas uma etapa para a seleção do candidato. A prova objetiva, nesses casos, torna-se, pois, ainda mais relevante. Por esse motivo, preferimos, na presente pesquisa, optar por provas de exigência de nível médio.

Achamos importante ressaltar que a escolha do funcionário público por meio de concurso é lícita, pois proporciona a todos os candidatos a chance de conquistar um emprego em igual situação de concorrência.

Entendemos, ainda, diante do que foi exposto em relação à elaboração de provas objetivas, ser relevante a escolha da prova fechada pelas instituições que elaboraram as provas que fazem parte de nosso *corpus*, já que, como supracitado, a correção de uma prova objetiva não se dá por critérios pessoais. Assim, as instituições acabam por apresentar, em princípio, uma dada isenção na escolha do candidato, que será aprovado ou não em razão de suas próprias escolhas, de forma imparcial e justa.

Porém, faz-se relevante ressaltar também que, ao contratar um responsável para a elaboração da prova objetiva, a instituição contrata um sujeito que possui as próprias crenças. Ao elaborar uma prova, essa pessoa formula questões que podem demonstrar o que ela considera prioritário na apreensão que o candidato ao concurso deve possuir da língua. O contrário também pode ocorrer, já que é possível que uma dada instituição exija do elaborador a inclusão, na prova, de certas questões que ela julgue relevantes.

1.3. BREVE HISTÓRIA DO CONCURSO PÚBLICO NO BRASIL

Há, no Direito Administrativo, leis que estabelecem o critério para a realização dos concursos e a seleção dos candidatos. No estado de Minas Gerais, a regulamentação é feita pela Lei nº 869, de 05 de julho de 1952. Esta lei regula desde as condições do provimento dos cargos públicos, até direitos, vantagens, deveres e responsabilidades dos funcionários civis do Estado. Segundo essa lei, só poderão ser providos em cargos públicos brasileiros acima de dezoito anos de idade, que estejam em gozo dos direitos políticos, tenham cumprido obrigações militares, tenham boa conduta e boa saúde. Ainda segundo a Lei nº 869, a primeira investidura em cargo de carreira e em outros deverá efetuar-se mediante concursos que serão de provas e, subsidiariamente, de títulos. Os concursos deverão, ainda, realizar-se dentro dos seis meses seguintes ao encerramento das inscrições.

Ainda que essa lei estadual seja de 1952, cabe ressaltar que os concursos não eram obrigatórios no Brasil, ou seja, em outros estados os órgãos do governo poderiam optar

por fazer contratações por concurso ou por nomeação. Somente com a Constituição de 1988, os concursos tornam-se obrigatórios.

O que foi estabelecido a respeito da seleção por concurso na Constituição sofreu modificação em 11 de dezembro de 1990, com a Lei nº 8.112. Em 1997, a lei sofreu nova alteração, em 10 de dezembro, quando foi estabelecida a Lei nº 9.527, que vigora até hoje. Essa lei institui o regime jurídico dos servidores públicos da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Segundo a Lei nº 9.527, além das exigências já apresentadas na lei estadual, o candidato a um concurso necessita ter o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo a que se candidatou. Além disso, a lei estabelece que aos portadores de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para cargo em que as atribuições sejam compatíveis com a deficiência, e serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso para essas pessoas.

A existência dessas leis torna patente a relevância dos concursos públicos em nossa sociedade. Percebemos, então, que, a partir de 1988, a forma considerada lícita para que alguém ingresse no serviço público é a seleção feita por meio de concursos. Apesar de ainda existirem cargos a que o acesso é feito por nomeação, atualmente o concurso é o meio usado para a admissão na maioria dos cargos do setor público.

CAPÍTULO II

2. DESCRIÇÃO DO *CORPUS*

No presente capítulo, pretendemos descrever nosso objeto de análise e conhecer melhor as instituições que estão sendo examinadas. Para tanto, fizemos uma análise dessas instituições, visitamos os sites, fomos pessoalmente a algumas delas para colher informações e apresentamos uma amostra do trabalho que fazem. Em relação às provas, procuramos descrevê-las identificando os tipos de questões que foram privilegiadas, se de interpretação de texto ou de gramática.

Nessa análise, além do conteúdo exigido na prova, foi acrescentado o conteúdo programático de Língua Portuguesa exigido e a bibliografia indicada no edital do concurso, para que possamos verificar a correspondência entre eles.

Para uma descrição mais criteriosa, as provas foram divididas em três partes:

- Questões de compreensão e interpretação textual: nesse item foram consideradas as questões de vocabulário do texto e as que necessitam de uma análise global ou de frases do texto;
- Questões de gramática aplicada ao texto: nessa parte foram consideradas questões de gramática que dependem da compreensão do texto, ou seja, questões em que o conhecimento gramatical não basta para que o candidato responda ao que foi pedido;
- Questões de gramática pura: foram incluídas nessa parte questões que, contendo ou não fragmentos textuais, são passíveis de serem respondidas mesmo que o candidato não tenha compreendido o sentido textual.

O objetivo inicial foi observar o perfil do candidato desejado por cada instituição para que se possa, em análise posterior, identificar os contratos e ideologias presentes nessas provas.

2.1. FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS (FCC)

A Fundação Carlos Chagas (FCC) foi criada em 1964 com o objetivo de realizar provas de vestibulares para a área biomédica. Em 1968, passou a preparar provas de seleção para a área de recursos humanos e hoje realiza provas para um grande número de instituições e candidatos. É uma entidade sem fins lucrativos e é reconhecida como de Utilidade Pública nos âmbitos federal, estadual e municipal. Está localizada à Av. Prof. Francisco Morato nº 1565 – Jd. Guedala, na cidade de São Paulo.

Segundo o site da instituição, ela já realizou mais de 2.600 concursos para mais de 271 instituições públicas e privadas. Em todo o território nacional, mais de 33 milhões de candidatos já fizeram provas elaboradas pela FCC.

Ainda segundo o site, a FCC oferece ao contratante “*SEGURANÇA e CONFIABILIDADE, aliados à QUALIDADE dos serviços prestados*”. A instituição acrescenta que possui uma “*equipe de profissionais experimentados e altamente qualificados no campo de planejamento e de execução de processos de seleção e avaliação educacional*”. Oferece, ainda, a capacidade de “*equacionar cada trabalho segundo os interesses e necessidades de cada cliente, sejam eles instituições públicas ou privadas*”, a preços acessíveis.

A FCC conta com uma equipe de profissionais experimentados e altamente qualificados no planejamento de processos de seleção e no preparo e elaboração de instrumentos de medidas educacionais. Os técnicos da Fundação desenvolvem um produto exclusivamente projetado para cada cliente, pois cada trabalho tem a sua realidade, seu significado e o seu papel na avaliação precisa do candidato.

Percebemos, então, que a FCC tem em cada contratante um cliente e oferece serviço de elaboração de provas para processos seletivos. A FCC elabora principalmente provas de múltipla escolha e, dentre os sistemas de segurança usados no processo de avaliação, destacam-se a autenticação digital, a diversificação de gabaritos e a editoração eletrônica das provas.

Nas provas de nível médio elaboradas pela FCC é frequente o uso de textos jornalísticos e literários. Em provas de nível superior, há fragmentos de artigos acadêmicos e textos filosóficos. De forma geral, a gramática é aplicada aos textos dados na prova.

2.1.1. DESCRIÇÃO DA PROVA ELABORADA PELA FCC

Prova objetiva de Língua Portuguesa do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), realizada no ano de 2007, para o cargo Técnico de Auxiliar de Controle Externo, cargo de nível médio. Prova elaborada pela Fundação Carlos Chagas (FCC), contendo oitenta questões, sendo vinte de Língua Portuguesa.

2.1.1.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O EDITAL

No anexo II do edital, lê-se:

1. Compreensão e interpretação de textos.
2. Significação das palavras.
3. Acentuação gráfica.
4. Pontuação.
5. Ortografia oficial;
6. Emprego das classes de palavras;
7. Concordância nominal e verbal;
8. Regência nominal e verbal;
9. Emprego da crase;
10. Sintaxe da oração e do período.

Observamos, nesse edital, que a compreensão e interpretação de texto aparecem como partes integrantes dos conhecimentos de Língua Portuguesa. Diante disso, constatamos que, para a instituição, o estudo dessa disciplina é dado como um todo, sem que se separe texto e gramática no edital, o que ocorre, como veremos adiante, em outras instituições.

Por outro lado, a instituição não indica nenhuma referência bibliográfica, o que pode gerar um problema para o candidato de nível médio, levando-se em conta o fato de que há, na enumeração, a exigência de aspectos gramaticais e sabendo-se que gramáticos diferentes não são totalmente convergentes em relação ao uso da língua.

2.1.1.2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROVA

Há na prova três textos e, a respeito deles, apresentam-se oito questões (1, 2, 3, 9, 10, 11, 13 e 17) de interpretação textual. Essas questões exploram diversos aspectos textuais, como interpretação global do texto, inferências e vocabulário. Nenhum dos textos se relaciona ao trabalho que será realizado caso o candidato assuma o cargo a que se candidatou.

A seguir, citamos um exemplo de questão de interpretação de texto (vide prova anexa para leitura do texto):

3. Ensandeco? Não. (início do 2º parágrafo)

O autor retoma a mesma idéia, exposta acima, na frase:

- (A) ... ouço ainda a voz dos mais velhos...
- (B) ... não sei se homenagem a Tiradentes ou alusiva a um dono qualquer de uniforme.
- (C) ... que faço questão de inventar uma história para ela...
- (D) ... que nela só pode ter acesso minha fantasia deste momento...
- (E) ... conservo a justa medida das coisas, até no absurdo.

O conhecimento da gramática empregada nos textos também é bastante relevante (questões 4, 5, 7, 8 e 12). Há questões sobre uso de verbos, pontuação, conjunção e reescrita de frases. O seguinte trecho exemplifica uma questão de gramática aplicada:

8. ... se me der crédito e o prazer de acompanhar-me até lá... (final do 2º parágrafo)

O segmento grifado na oração acima pode ser corretamente substituído, sem alteração do sentido original, por

- (A) ... caso me dê...
- (B) ... enquanto me der...
- (C) ... para que me dê...
- (D) ... embora me seja dado...
- (E) ... à medida que me der...

As questões que exigem conhecimento da norma gramatical tradicional ou que usam o texto como pretexto para avaliar esse conhecimento são seis (questões 6, 14, 15, 16, 19

e 20) e exigem, principalmente, o domínio de concordância, regência, crase e acentuação. Mostramos, abaixo, um exemplo de questão de gramática tradicional:

16. A reação sensação de medo é essencial para nossa segurança física e o temor medidas de controle social impede-nos de fazer o mal outras pessoas.

As lacunas da frase acima estarão corretamente preenchidas, respectivamente, por

(A) à - a - a

(B) à - à - a

(C) à - à - à

(D) a - a - à

(E) a - a - a

Percebemos que o edital está contemplado na prova, que contém questões sobre quase todos os pontos nele apresentados, com exceção de ortografia.

As questões poderiam ser resumidas quantitativamente conforme mostra o Gráfico 1.

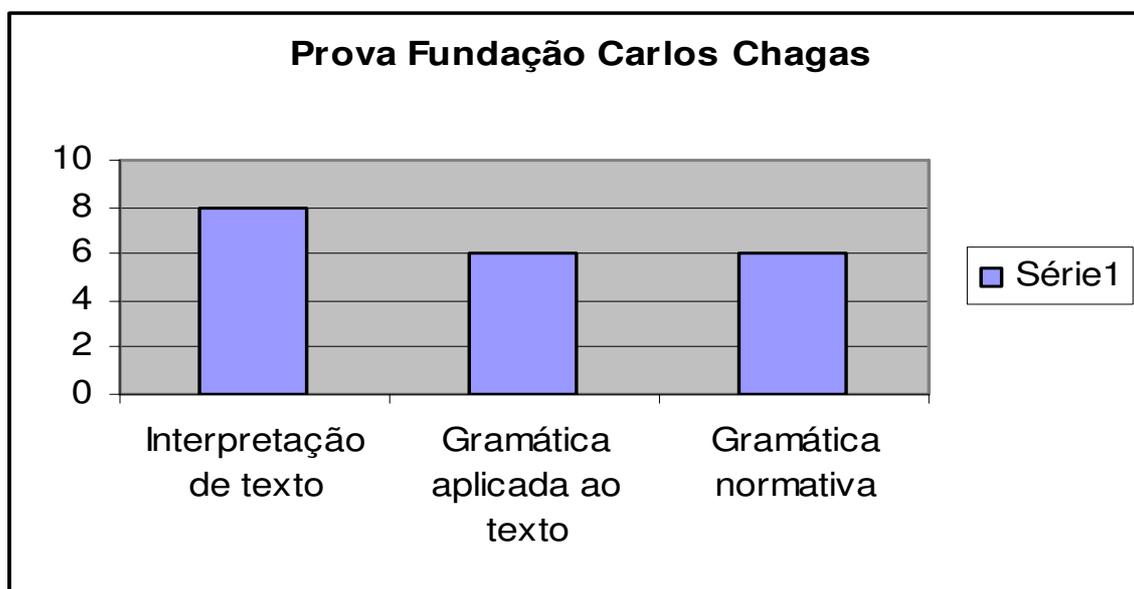


GRÁFICO 1:

Observa-se, pelo gráfico, que, para fazer uma prova elaborada pela FCC, o candidato terá de dominar todas as áreas da língua em similar proporção.

2.2. ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA (ESAF)

A Escola de Administração Fazendária (ESAF) é um órgão que faz parte do Ministério da Fazenda. A instituição foi criada em 1945, quando o Ministério da Fazenda elaborou os primeiros cursos de aperfeiçoamento, mas só em 1967 foi criado o Centro de Treinamento do Ministério da Fazenda (Cetremfa), que ganhou o nome de Escola de Administração Fazendária (ESAF) em 1973, com sede própria em Brasília.

Em 1976, a ESAF foi considerada centro de educação permanente e foi então que passou a atuar na seleção de servidores públicos. Segundo o site da instituição, *“respaldada em sua tradição de seriedade e credibilidade, a Escola recruta e seleciona, em todo o território nacional, servidores para o desempenho de funções na gestão das finanças públicas”*.

Além disso, após o processo seletivo, a ESAF promove cursos de formação que visam a preparar o servidor para o desempenho da atividade pública a que se candidatou.

Segundo o site, a ESAF funciona como um centro de estudos nas áreas de tributação, finanças públicas, tecnologia educacional, administração tributária e financeira, e desenvolvimento organizacional e gerencial. Assim, a instituição tem como principal atividade não a elaboração do processo seletivo, mas a capacitação de especialistas para o governo. Além disso, a instituição também oferece cursos de pós-graduação.

A ESAF tradicionalmente elabora provas para área de auditoria e ocasionalmente prepara provas para outras instituições. As provas são de múltipla escolha.

2.2.1 DESCRIÇÃO DA PROVA ELABORADA PELA ESAF

Prova objetiva de Língua Portuguesa elaborada para a Controladoria Geral da União (CGU), realizada no ano de 2008, para o cargo de Técnico de Finanças e Controle, cargo de nível médio. Prova elaborada pela Escola de Administração Fazendária (ESAF), contendo oitenta questões, sendo vinte e cinco de Língua Portuguesa.

2.2.1.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O EDITAL

No anexo III do edital, lê-se: “*LÍNGUA PORTUGUESA: 1. Compreensão, interpretação e reescritura de textos. 2. Ortografia. 3. Semântica. 4. Morfologia. 5. Sintaxe. 6. Pontuação.*” A compreensão de texto é apresentada como parte de Língua Portuguesa, ou seja, assim como na Fundação Carlos Chagas, o edital não separa o estudo da língua do estudo do texto. Não há indicações bibliográficas, o que, como foi explicado anteriormente, dificulta o estudo para o candidato de nível médio.

2.2.1.2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROVA

Há vários pequenos fragmentos textuais na prova, mas nenhum dos textos se relaciona ao trabalho que será realizado caso o candidato assuma o cargo a que se candidatou.

Em vinte e cinco questões, encontramos vinte e um fragmentos textuais. No entanto, muitos desses textos são pretextos para que o candidato encontre “erro no emprego da vírgula” ou encontre o trecho “com pontuação, grafia e morfossintaxe corretas”, ou seja, há muitas questões em que o texto é um pretexto para a avaliação do conhecimento da gramática tradicional.

Há também questões de compreensão e de gramática aplicada ao texto, mas, até pelo número de questões de cada área, é possível perceber que o grau de relevância dado à gramática tradicional é maior.

Há apenas duas questões exclusivamente de interpretação textual (1 e 18). A primeira se relaciona à análise global do texto, e a de número 18 exige, em uma das alternativas, conhecimentos específicos como o de função da linguagem. A seguir, destacamos um exemplo de questão de interpretação de texto (vide prova anexa para leitura do texto):

18- Assinale a asserção incorreta a respeito da organização das idéias do texto, seus sentidos e elementos lingüísticos.

Seriam os furtos inconhos da espécie humana? Isso mesmo que deu para entender: inconhos, frutos que nascem pegados a outros. O trocadilho furtos/frutos saiu-me sem querer. Peço desculpas e repito a pergunta: nasceria o furto inconho, acoplado, pegado à espécie humana? Sim, porque as coisas que

vemos aí, das mais humildes funções aos mais altos escalões, sugerem que o furto seja tão necessário quanto o oxigênio para a sobrevivência de nossa espécie. (Eduardo Almeida Reis. “Furtos inconhos”, Correio Braziliense, 10/1/2008, p. 6)

- a) Ao explicar o significado de “inconhos”, o autor está acionando a função metalingüística da linguagem.
- b) Iniciar texto com pergunta, como acontece nesse texto, é um recurso estilístico que desobriga o autor de responder, deixando ao leitor o processamento mental da resposta.
- c) Ocorre também trocadilho em: Na vida tudo passa, até uva passa.
- d) Há segmentos no texto em que o autor se dirige diretamente ao leitor.
- e) Ocorre comparação de igualdade no texto.

Há sete questões que envolvem gramática aplicada ao texto (2, 3, 6, 7, 8, 9 e 10) e, em algumas alternativas, há análise somente textual. O exemplo abaixo mostra uma questão de gramática aplicada ao texto:

9 - Leia a anedota abaixo e marque a asserção que interpreta corretamente seus sentidos e/ou seus componentes lingüísticos.

Um homem chega para uma senhora que estava tranqüilamente andando na rua e pergunta:

– Com licença, a senhora viu quem estava dobrando aquela esquina?

A senhora responde, prontamente:

– Não, quando eu vi, ela já estava dobrada...

- a) O humor, a graça da anedota se deve à diferença de sentido que cada um dos personagens, em suas falas, deu ao verbo *dobrar*.
- b) Do ponto de vista gramatical e semântico, a substituição de “e pergunta” por: e inquiri-lhe manteria o primeiro parágrafo igualmente correto.
- c) O sentido do primeiro parágrafo permanece inalterado se isolarmos com dupla vírgula o segmento: “que estava tranqüilamente andando na rua”.
- d) O emprego da expressão “Com licença”, no contexto da anedota, tem a função semântica de realçar e fortalecer o sentido da pergunta.
- e) O advérbio “tranqüilamente” está modificando o sentido tanto do verbo “chega” quanto do verbo “andando”.

Observa-se, por exemplo, que, na letra “e”, pede-se que o candidato analise o uso do advérbio, já na letra “d”, exige-se a análise semântica. É como se cada alternativa fosse independente uma da outra. Não há uma pergunta referente a um ponto de matéria e respostas compatíveis a esse ponto. Há uma pergunta geral, que exige a resposta correta, e, nas respostas, alternativas que exigem capacidades diferentes do candidato.

Há, no entanto, dezesseis questões sobre aspectos puramente gramaticais. Em muitas delas empregam-se fragmentos textuais que não são relevantes para que se responda às questões (questões 4, 5, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25). Nessas questões, o texto foi usado como pretexto para avaliar conhecimentos sobre a norma padrão tradicional. Vejamos, a seguir, dois exemplos de questões de gramática tradicional:

23- Assinale a opção em que o trecho de um relatório da CGU está transcrito com pontuação, grafia e morfossintaxe corretas.

a) Apesar das justificativas apresentadas pela recorrente, os argumentos não foram o bastante para elidir a questão, em razão da qual, mantemos o posicionamento no sentido de que a parceria de trabalho trata-se de Contrato, e não, de Convênio.

b) Apesar das justificativas apresentadas pela recorrente, os argumentos não foram suficientes para elidir a questão, em razão do que mantemos o posicionamento segundo o qual a parceria de trabalho deu-se na forma de Contrato, e não de Convênio.

c) Apesar das justificativas apresentadas pela recorrente, os argumentos não foram satisfatórios para ilidir a questão, em cuja razão, mantemos o posicionamento no sentido de que a parceria de trabalho se tratou de Contrato, e, não, de Convênio.

d) Apesar das justificativas expostas pela recorrente, os argumentos foram insanáveis para extinguir a questão, em cuja razão havemos por bem manter o posicionamento segundo o qual a parceria se trata de Contrato, e não de Convênio.

e) Apesar das justificativas oferecidas pela recorrente, os argumentos não foram convincentes os suficientes a ponto de ilidir a questão, e, em razão disso, decidimos manter o posicionamento no sentido de que a parceria ocorreu sob a forma de Contrato, e, não, de Convênio.

(Adaptado de <http://www.cgu.gov.br/Contas/2005/relatorio.pdf>, acesso em 11/1/2008)

13- Assinale a manchete de jornal ou revista em que foi introduzido erro gramatical.

a) Matérias-primas em alta e excesso de capacidade produtiva fazem do biodiesel um combustível fadado ao prejuízo em sua estréia nacional. (Exame, 31/12/2007)

b) Se o seu cachorro é do tipo irrequieto, que não obedece a ninguém, não desanime. Especialistas garantem: todos são inteligentes e têm capacidade de aprender a cumprir comandos. (Revista do Correio, 1/4/2007)

c) Decreto do Planejamento, que deve ser assinado nos próximos dias, vedará concessão de empréstimo por entidades de previdência. (Correio Braziliense, 15/1/2008)

d) O balanço das contas é positivo e indica que o grau de vulnerabilidade externa do país a turbulências advindas dos mercados financeiros internacionais é pequeno. (Valor Econômico 31/1/2008)

e) Redução nos furtos de equipamentos foi de quase 90% entre 2005 e 2007. Meta agora é coibir ocorrências referentes à veículos. (UnB notícias ano 10, n. 81)

Observa-se que, nas duas questões acima, compreender ou não o texto não faz diferença para que o candidato consiga dar a resposta adequada.

Também é importante ressaltar que, apesar de o edital contemplar a parte textual da prova, a maioria das questões se refere à gramática tradicional, como pode ser observado no Gráfico 2 a seguir:

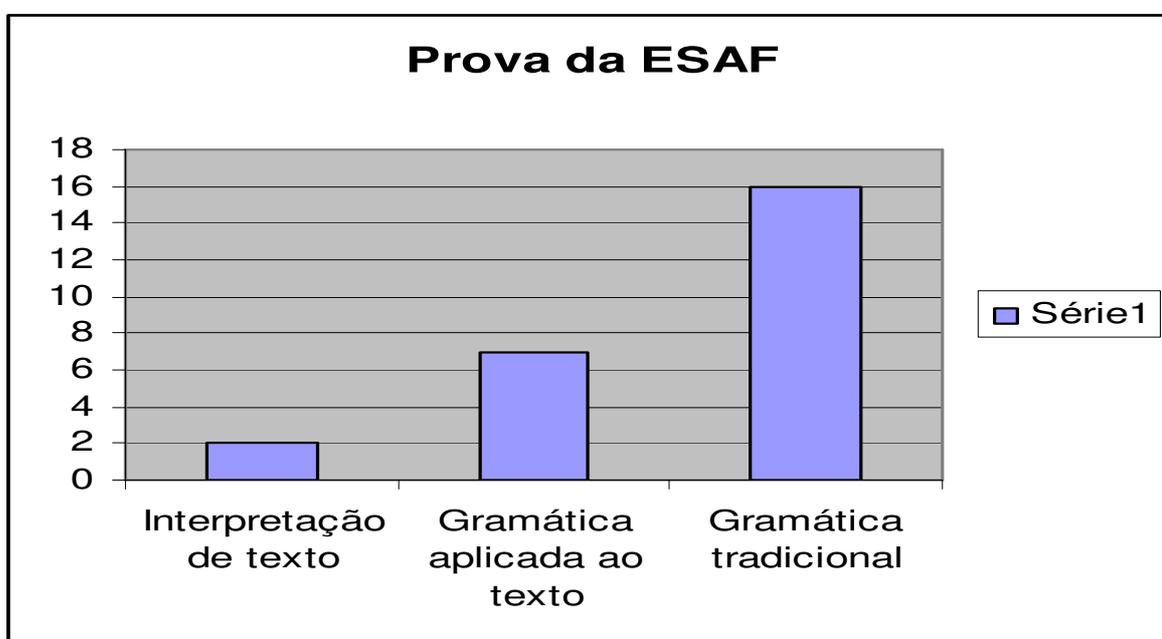


GRÁFICO 2

Observamos que, nas questões formuladas pela ESAF, o conhecimento de todas as áreas no estudo de língua é relevante. Contudo, a proporção do que é exigido não é a mesma. Para realizar uma prova elaborada por essa instituição, o candidato necessitará dominar bem a gramática tradicional.

2.3. CENTRO DE SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS (CESPE)

O Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE) pertence à Universidade Federal de Brasília. A UnB foi fundada em 21 de abril de 1962, nas dependências do Ministério da Saúde, na Esplanada dos Ministérios. Desde a primeira turma, o processo seletivo foi feito por meio de vestibular, daí a importância da criação de um órgão específico para elaboração do processo seletivo. Hoje o CESPE é responsável não só pelos vestibulares como também por cursos que ocorrem no centro universitário.

Na época da ditadura militar, a partir de 1964, a UnB foi considerada como “foco do pensamento esquerdista” e, em várias ocasiões, durante esse período, as aulas foram interrompidas, houve passeatas e protestos.

Com a redemocratização, em 1985, a comunidade universitária pôde eleger seu primeiro reitor, o professor Cristovam Buarque, que assumiu o cargo em 26 de julho do mesmo ano. Desde então, a universidade cresceu muito e, na década de 90, novos cursos foram criados. A entidade foi responsável também por várias inovações, como o Provão, que avaliou os alunos de Educação Superior, de 1996 a 2003, e o Programa de Avaliação Seriada (PAS), criado como alternativa ao vestibular. A UnB também foi a primeira universidade a adotar o sistema de cotas.

Também na área de concursos públicos, a instituição tem crescido muito. O CESPE é atualmente responsável pela elaboração da maior parte de provas para esses concursos.

O site explica que

A contratação dos serviços prestados pelo CESPE será feita por meio da celebração de contrato com a FUB, sem a necessidade de procedimento licitatório, pois é Instituição pública sem fins lucrativos, cujas atividades estão voltadas à criação, à realização, à manutenção e ao desenvolvimento das atividades de ensino (transmissão de conhecimentos), de pesquisa (produção de novos conhecimentos) e de extensão (prestação de serviços à comunidade).

O CESPE elabora provas no sistema de certo e errado e, em alguns casos, o sistema de múltipla escolha também é usado, mas de forma geral as provas não se apresentam nesse sistema.

2.3.1. DESCRIÇÃO DA PROVA ELABORADA PELO CESPE

Prova objetiva de Língua Portuguesa do Banco do Brasil, realizada no ano de 2007, para o cargo de escriturário, cargo de nível médio. A prova contém, ao todo, 150 itens que o candidato tem de considerar se estão certos ou errados, tendo 70 itens de conhecimentos básicos, 20 dos quais são de Língua Portuguesa, mesclados a itens de Matemática e Atualidade. Ao todo, citaremos os 32 primeiros itens da prova. A prova foi elaborada pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE), instituição vinculada à Universidade de Brasília (UnB).

2.3.1.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O EDITAL

No edital, item 14.2.1.1, lê-se:

LÍNGUA PORTUGUESA: 1 Compreensão e interpretação de textos. 2 Tipologia textual. 3 Ortografia oficial. 4 Acentuação gráfica. 5 Emprego das classes de palavras. 6 Emprego do sinal indicativo de crase. 7 Sintaxe da oração e do período. 8 Pontuação. 9 Concordância nominal e verbal. 10 Regência nominal e verbal. 11 Significação das palavras. 12 Redação de correspondências oficiais.

Não há indicações bibliográficas.

Compreensão e interpretação de textos são consideradas parte integrante da disciplina de Língua Portuguesa. Esse fato, que demonstra ao candidato que a disciplina é um todo – texto e gramática –, já representa um avanço, visto que isso ocorre nas três instituições que analisamos até agora.

2.3.1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROVA

Dentre as trinta e duas questões iniciais da prova de conhecimento básico, há vinte de Português. Essas questões apresentam-se entremeadas com as de disciplinas como Atualidade e Matemática. O enunciado de dois dos três textos da prova já demonstra ao candidato que o texto não deve ser usado como referência única. Nenhum dos textos se

relaciona ao trabalho que será realizado caso o candidato assuma o cargo a que se candidatou.

Vejam os primeiros enunciados encontrados na prova:

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens subsequentes, quanto às suas estruturas lingüísticas e a aspectos marcantes da realidade mundial contemporânea.

Podemos perceber que o texto não é referência única e, por isso, outras disciplinas podem ser analisadas juntamente com ele.

Há, como supracitado, três textos adaptados na prova, mas são textos fragmentados, parágrafos soltos, e, novamente, nenhum dos temas está relacionado ao trabalho a ser exercido pelo candidato aprovado.

Há onze questões sobre o primeiro texto. Duas envolvem conhecimentos matemáticos (10 e 11) e quatro tratam de conhecimentos sobre a atualidade (1, 7, 8 e 9). As questões restantes requerem conhecimento de aspectos gramaticais empregados no texto; há questões de colocação pronominal, uso de crase, voz passiva e conjunção. Todas as questões exigem compreensão do texto e substituição de estruturas nele presentes.

Temos, na sequência, um exemplo de questão de gramática aplicada:

6- O emprego de sinal indicativo de crase em “à Airbus” (l.13) justifica-se pela regência de “ajuda” (l.12) e pela presença de artigo definido feminino singular.

Observamos no presente item que apenas o conhecimento do uso normativo de crase não permite ao candidato dar uma resposta a essa questão. No caso, ele precisa compreender o uso da crase no texto.

Há algo similar quanto ao segundo texto, mas com duas diferenças: há uma questão (17) sobre tipologia textual e uma (12) sobre inferência. Novamente há questões de conhecimentos sobre a atualidade (18, 19, 20, 21 e 22), sobre Matemática (23) e sobre aspectos gramaticais empregados no texto (13, 14, 15 e 16).

A seguir, mostramos um trecho de questão que aborda o conteúdo de teoria textual.

17 - O texto entrelaça características de dissertação; de narração e de descrição.

Abaixo, apresentamos exemplos de questões de outras matérias que foram vinculadas ao texto.

21- Apesar dos números mencionados no texto, não se pode dizer que o Brasil já tenha logrado universalizar o acesso de sua população à informática e à telefonia móvel.

23- Considere que os 16 países onde a pesquisa foi realizada foram numerados de 1 a 16 e, que no país 1, foram entrevistados X jovens, no país 2, X^2 jovens e, assim sucessivamente, até o país 16, no qual foram entrevistados X^{16} jovens. Nessa situação, o número X é tal que $X^{17} + 18.000(X - 1) + X = 0$.

Já sobre o terceiro texto, há apenas questões de Língua Portuguesa, e o enunciado indica esse fato ao candidato: “*em relação ao texto acima [...]*”. Nessa parte, há uma questão de compreensão textual abrangente (32) e uma (30) sobre figura de linguagem.

A seguir, reproduzimos o enunciado do terceiro texto.

Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

Observamos a diferença entre o enunciado citado anteriormente o enunciado presente, já que, ao citar o texto como referência inicial, o CESPE deixa implícita a possibilidade de questões interdisciplinares. Já em enunciados em que se exige a análise exclusivamente textual, o CESPE demonstra a necessidade de o candidato manter apenas o raciocínio referente às questões de Língua vinculadas ao texto.

As demais questões são sobre aspectos gramaticais empregados no texto (25, 26, 27, 28, 29 e 31); nelas, as anáforas são de extrema relevância. Há também questões sobre pronomes, crase, acentuação, pontuação e concordância.

As vinte questões de Língua Portuguesa, sem inclusão das questões interdisciplinares, poderiam ser resumidas quantitativamente no Gráfico 3:

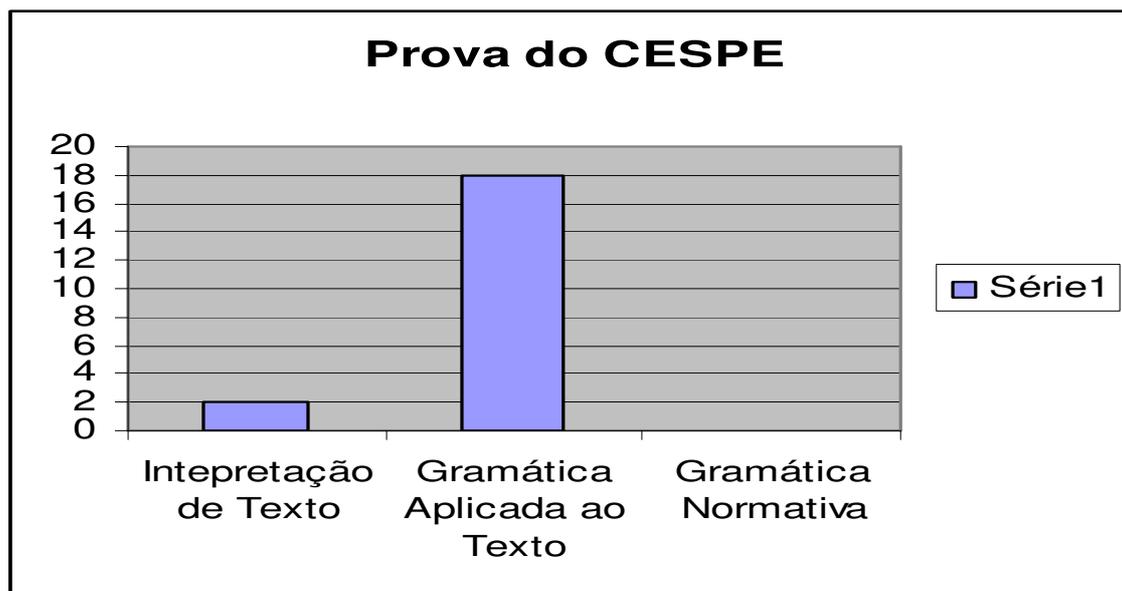


GRÁFICO 3

Podemos observar que a instituição não exigiu do candidato o estudo de gramática descontextualizada; no entanto, questões que demandam uma compreensão do sentido global do texto não foram relevantes.

Percebemos que, para o CESPE/UnB, o candidato deve ter habilidade interdisciplinar, pois há questões que envolvem simultaneamente duas ou mais áreas do conhecimento. Destacam-se, na prova analisada, as nove questões de conhecimentos gerais sobre a atualidade, demonstrando o grau de importância atribuído a esse conhecimento.

2.4. FUNDAÇÃO MARIANA RESENDE COSTA (FUMARC)

A Fundação Mariana Resende Costa (FUMARC) foi criada em 1978. A instituição pertence à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e patrocina pesquisas acadêmicas, além de apoiar atividades de ensino.

Segundo o site da instituição, a FUMARC

[...] busca a contínua integração de suas atividades de apoio ofertando produtos e serviços de qualidade, publicando livros e trabalhos de natureza científica, realizando também projetos de pesquisa de interesse da administração pública e de empresas ou instituições particulares, incumbindo-se da realização de vestibulares e concursos, artes gráficas em geral, impressão de jornais e

revistas, bem como distribuindo artigos, livros, materiais, equipamentos e recursos didáticos, enfim, sendo um agente de ampliação do papel a ela confiado pela Universidade.

É interessante notar que o site destaca a importância da elaboração de processos seletivos e explica que a realização de concursos requer um planejamento que pode variar de acordo com cada cliente. E afirma que a satisfação do cliente é parte da missão da instituição. A FUMARC oferece, na área de concursos, desde a assessoria para a elaboração do edital, até a elaboração, realização das provas e apresentação do resultado final da seleção.

O site esclarece, ainda, que a preocupação da instituição não é apenas com o cliente, mas também com o candidato que realiza a prova. Além disso, a instituição oferece sistema rigoroso de segurança em todos os processos do concurso, além de sigilo e criteriosa seleção das equipes de fiscalização.

Esta conquista assegura a confiança das entidades governamentais, de empresas privadas e dos próprios candidatos na realização dos processos seletivos, com garantia de êxito e transparência, conforme capacitação expedida pelos clientes.

Dentre os clientes da instituição, que elabora provas de múltipla escolha no estado de Minas Gerais, o site destaca a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), a Empresa Municipal de Turismo (BELOTUR), a Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTRANS) e a Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH). No entanto, as últimas provas da ALMG, do BDMG e da CMBH foram elaboradas pela FUNDEP. A FUMARC não tem elaborado muitas provas nos últimos anos.

2.4.1. DESCRIÇÃO DE PROVA ELABORADA PELA FUMARC

Prova objetiva de Língua Portuguesa do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, realizada no ano de 2007, para o cargo de oficial do Ministério Público, cargo de nível médio. Prova contendo quarenta questões elaboradas pela Fundação Mariana Rezende Costa (FUMARC), vinculada à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).

2.4.1.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O EDITAL

O anexo V do edital apresenta os aspectos abaixo relacionados. Ressaltamos a numeração que separa a “interpretação de texto” dos “conhecimentos linguísticos”.

- 1 Interpretação de texto.
- 2 Conhecimentos linguísticos:
 - 2.1 padrão ortográfico da Língua Portuguesa no Brasil;
 - 2.2 regras de pontuação;
 - 2.3 classes de palavras: formas, flexões, funções e usos;
 - 2.4 estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos, semânticos e discursivos;
 - 2.5 concordância verbal e nominal;
 - 2.6 regência verbal e nominal.

A bibliografia sugerida é a que se segue:

- BAGNO, Marcos. A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola, 2003.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- CUNHA, Celso, CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do Português contemporâneo. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 19. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

Na bibliografia elaborada pela FUMARC, há três gramáticos, mas observamos também a presença de duas referências não normativas: o livro de Marcos Bagno, que demonstra a ausência de critérios científicos nas gramáticas normativas, e o de Ingedore Koch, referência útil para o estudo do texto.

Assim, já no edital o candidato percebe que apenas o conhecimento normativo não será suficiente para responder às questões. Ele deverá se preparar também para a prova de texto.

2.4.1.2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROVA

A prova, iniciada com um texto integral em prosa, também apresenta fragmentos de outros textos em prosa, além de dois poemas. Há dez questões de interpretação geral de texto (questões 1, 7, 9, 22, 24, 35, 37, 38, 39, 40) e sete de vocabulário (questões 2, 3, 12, 20, 21, 23 e 25). Nenhum dos textos se relaciona ao trabalho que será realizado caso o candidato assuma o cargo que pleiteou.

As questões 1 e 9 são vinculadas diretamente ao primeiro texto; a questão 1 pede que o candidato encontre títulos adequados, e a questão 9 exige compreensão textual abrangente. Destacamos, aqui, um exemplo de questão vinculada ao texto 1:

QUESTÃO 01

Tendo em conta a argumentação desenvolvida pelo autor, são títulos adequados a esse texto, EXCETO:

- a) Ontem e hoje
- b) Domingo último
- c) Misérias humanas
- d) De susto em susto

Em relação aos dois poemas, há também duas questões (22 e 24), sendo novamente a primeira relacionada ao título e, a segunda, à compreensão global. Outras questões referem-se aos fragmentos de textos em prosa; são questões sobre figuras de linguagem e vocabulário. Questões que envolvem o domínio intertextual aparecem em grande número (questões 2, 6, 7, 21, 24, 35, 37, 39 e 40). Abaixo, reproduzimos uma questão vinculada aos poemas:

QUESTÃO 22

A estrofe que justifica o título atribuído ao soneto é:

- a) a primeira.
- b) a segunda.
- c) a terceira.
- d) a quarta.

Temos, a seguir, um exemplo de questão intertextual:

QUESTÃO 02

I. Assim o batalhão pungido chora tanto

Porque afinal morreu aquele que era forte como o oceano,
tendo um coração de santo... (Francisco Mangabeira)

II. "Espírito de Minas me visita e sobre a confusão dessa cidade (...) lança
teu claro raio ordenador". Esta invocação de Drummond, pungido
pela "saudade da pátria imaginária", me veio à mente no último domingo,
quando li o editorial deste jornal "Em defesa de Minas". (Prof. Pe.
Geraldo Magela Teixeira)

III. Permaneceu sozinho na cela, pensativo, pungido pela culpa, pela nostalgia
e pelas lembranças.

Tendo em conta o emprego do adjetivo pungido no texto e nos exemplos acima,
pode-se dizer que este NÃO significa:

- a) aflito
- b) torturado
- c) atormentado
- d) sobressaltado

Observa-se, na presente questão, que o sentido textual era relevante, porém, para responder à questão, o candidato precisaria compreender o sentido do adjetivo nos enunciados retirados de outros textos.

A questão 10 foi a única referente ao livro *A norma oculta*, ou seja, apesar de a bibliografia do concurso contemplar um livro que discute problemas relacionados ao ensino daquilo que se convencionou chamar “norma padrão”, apenas uma entre as quarenta questões da prova requeria o conhecimento da reflexão feita no livro. Destacamos, aqui, a questão referente ao livro *A norma oculta*:

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa que NÃO esteja em consonância com o texto a seguir:

“[...] quando o “erro” já se tornou uma regra na língua falada pelos cidadãos mais letrados, ele passa despercebido e já não provoca arrepios nem dores de ouvido – muito embora contrarie as regras da gramática normativa, aquelas que, teoricamente, deveriam ser seguidas pelas pessoas “cultas”, sobretudo quando escrevem textos que exigem mais “cuidado”. Assim, há erros mais “errados” (ou mais “crassos”) do que outros – a escala de “crassidade” é inversamente proporcional à escala do prestígio social: quanto menos prestigiado socialmente

é um indivíduo, quanto mais baixo estiver na pirâmide das classes sociais, mais erros (e erros mais “crassos”) os membros das classes privilegiadas encontram na língua dele.” (BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.)

- a) Os falantes de menor poder aquisitivo têm mais dificuldade em dominar a gramática normativa em razão de seu menor acesso à escolarização e à cultura letrada.
- b) A noção de erro lingüístico pode ser vista como uma avaliação que os grupos de prestígio fazem sobre as práticas lingüísticas dos grupos desprestigiados.
- c) O autor aspeia expressões como erro, crassos ou cultas a fim de evidenciar que não comunga com essas avaliações.
- d) As regras da gramática normativa não são integralmente observadas pelas pessoas ditas cultas, mesmo ao produzirem textos escritos mais elaborados.

Nessa prova, identificamos questões que exigem conhecimento da norma padrão desvinculado do uso em textos e questões que usam o texto como pretexto gramatical: 4, 11, 13, 15, 26, 29 e 30. As questões de norma se referem ao uso de pronome, crase, concordância, regência, pontuação e flexão verbal. Mostramos, abaixo, um exemplo de questão gramatical:

QUESTÃO 30

A multa foi suspensa. O motorista tinha sido condenado ao pagamento da multa.

Assinale a alternativa em que as duas orações acima tenham sido CORRETAMENTE reunidas em um único período.

- a) A multa cujo pagamento o motorista fora condenado, foi suspensa.
- b) A multa cujo o pagamento tinha sido condenado ao motorista foi suspensa.
- c) A multa, a cujo pagamento o motorista tinha sido condenado, foi suspensa.
- d) A multa a cujo o pagamento tinha sido condenado o motorista, foi suspensa.

Na presente questão, observamos que o conhecimento do uso do pronome relativo seria suficiente para que o candidato desse a resposta adequada.

O conhecimento de aspectos gramaticais empregados nos textos foi de grande importância (questões 5, 6, 8, 16, 18, 19, 25, 27, 28, 31, 32, 33, 34 e 36). Verifica-se também que, em algumas questões, o reconhecimento de ambiguidades foi exigido (questões 16, 27, 28, 32 e 36).

A seguir, temos um exemplo de questão de gramática aplicada:

QUESTÃO 36

A direção do hospital não deixou que o promotor conversasse com os pacientes atendidos por enfermeiras inexperientes que acusavam o hospital de maus tratos.

Assinale a alternativa em que o período acima tenha sido reescrito de forma CLARA e CORRETA.

- a) A diretoria do hospital não autorizou a que o promotor conversasse com os pacientes atendidos por enfermeiras inexperientes as quais acusavam o hospital de maus-tratos.
- b) A Diretoria do Hospital não permitiu que o Promotor conversasse com os pacientes, atendidos por enfermeiras inexperientes, que acusavam o hospital de maus tratos.
- c) A direção do hospital não deixou que o promotor conversasse com os pacientes atendidos por enfermeiras inexperientes, os quais acusavam o hospital de maus-tratos.
- d) A direção do hospital não deixou que o promotor conversasse com os pacientes atendidos por enfermeiras, inexperientes, que denunciaram o hospital por mal-tratos.

Observa-se, na presente questão, que a compreensão do sentido é relevante para que o candidato responda adequadamente. Apresentamos, abaixo, um exemplo de questão que exige o reconhecimento de ambiguidade.

QUESTÃO 28

Alguém atirou na empregada da atriz que estava na varanda.

I. Alguém atirou na empregada da atriz, a qual estava na varanda.

II. Alguém atirou na empregada da atriz, que estava na varanda.

Tendo em conta a frase acima, que não deixa claro quem se encontrava na varanda, e suas duas reformulações, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Apenas I deixa claro quem se encontrava na varanda.
- b) Apenas II deixa claro quem se encontrava na varanda.
- c) Nem I nem II deixam claro quem se encontrava na varanda.
- d) Ambas as reformulações esclarecem quem se encontrava na varanda.

Outro fato relevante é a presença de duas questões (14 e 17) referentes à redação oficial, apesar de essa matéria não constar no edital. Mostramos, a seguir, uma questão de redação oficial:

QUESTÃO 14

Suponha que, no exercício de suas funções profissionais em um dado setor de um órgão público do Estado, você seja chamado a redigir correspondência em que se solicite determinado serviço a outro setor do mesmo órgão. Imagine que a primeira versão desse texto tenha sido assim redigida por um colega:

Prezado senhor,

Solicitamos, a este setor, a compra de dois cartuchos de tinta preta para impressora HP Deskjet 950 C, adquirida recentemente, para o departamento de fiscalização desta seção. Informamos que nosso estoque acabou de acabar, mas ainda há um cartucho de sobra, o que indica a necessidade de que a entrega do produto solicitado não exceda o tempo de uma semana.

Considerados os dados contextuais expostos bem como o funcionamento previsto para a correspondência, assinale a alternativa que propõe para o texto redigido pelo colega apenas reformulações ADEQUADAS.

a) Prezados senhores,

Solicitamos, a compra de dois cartuchos de tinta pretos para impressora do departamento de fiscalização desta seção, adquirida recentemente. Salientamos que não dispomos de grande estoque (na verdade, apenas um único cartucho), pelo que indica-se a necessidade de entrega do produto solicitado com urgência, não excedendo 7 (sete) dias.

b) Ilustríssimos Senhores,

Em cordial visita, rogamos a este setor, a gentileza da compra de dois cartuchos de tinta pretos para impressora (HP Deskjet 950 C), adquirida, recentemente, para o departamento de fiscalização desta seção. Reiteramos ter acabado nosso estoque do referido produto, sendo que este se limita a um único cartucho. Por essa razão, e tendo em vista a relevância desse material para o adequado funcionamento de nosso setor, solicitamos sua colaboração na abreviação dos prazos para entrega do mesmo.

c) Prezado Senhor,

Solicitamos a esse setor a compra de dois cartuchos de tinta preta para impressora HP Deskjet 950 C, adquirida recentemente para o departamento de fiscalização desta seção. Informamos que nosso estoque do referido produto se reduz a um único cartucho. Assim, dada a relevância desse material para o adequado funcionamento desse setor, contamos com sua colaboração na otimização dos prazos para entrega do mesmo.

d) Excelentíssimo senhor,

A este setor, com a devida urgência que nos compete, pedimos a compra de dois cartuchos de tinta preta para impressora HP Deskjet 950 C (adquirida para o nosso departamento de fiscalização). Nosso estoque acabou, mas ainda apenas há um cartucho de sobra, indicando a necessidade de que a entrega do produto solicitado não exceda o tempo máximo de uma semana, impreterivelmente.

A distribuição das questões na prova poderia ser representada de acordo com o Gráfico 4.

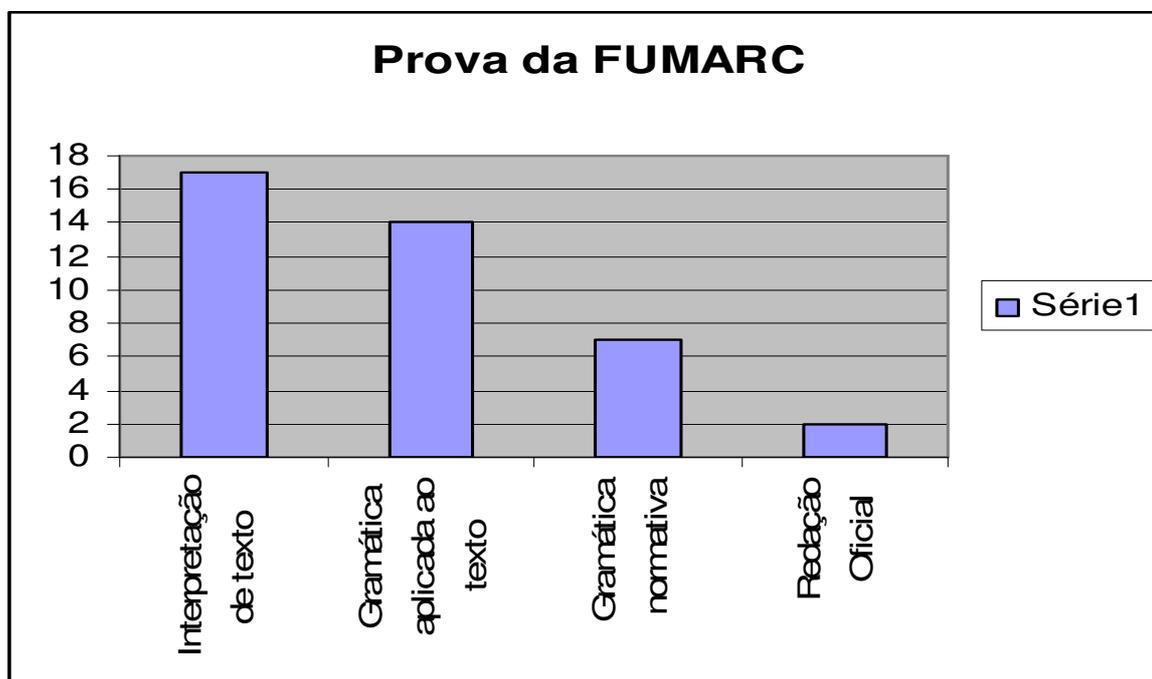


GRÁFICO 4

Observamos que, para obter bom resultado nessa prova, o candidato precisaria ter domínio vocabular e uma ampla capacidade de correlacionar informações de textos diferentes, ou seja, a intertextualidade foi bastante explorado e a gramática aplicada também foi bastante relevante. Contudo, o candidato ainda precisaria ter domínio de norma desvinculada do uso. Apesar de haver quinze questões textuais, a interpretação global dos textos não foi, nessa prova, tão relevante.

De forma geral, o edital não foi suficientemente condizente com a realidade da prova, já que a gramática aplicada ao texto foi bastante relevante, apesar de, no edital, texto e gramática terem sido colocados separadamente. O conteúdo de redação oficial, não presente no edital, foi exigida em duas questões.

2.5. FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA (FUNDEP)

A Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) foi criada em 1974 e está vinculada à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A instituição possui o

objetivo de apoiar as atividades acadêmicas de pesquisa, extensão e desenvolvimento tecnológico vinculadas à UFMG. Além disso, a instituição presta serviços à comunidade.

Dentre as atividades desenvolvidas pela FUNDEP, o site da instituição destaca projetos de pesquisa científica e tecnológica, projetos com incentivos fiscais, prestação de serviços, cursos de extensão, eventos e concursos.

Com estrutura operacional altamente especializada, a FUNDEP atua como gestora administrativo-financeira das atividades acadêmicas de pesquisa, ensino, extensão e desenvolvimento tecnológico da UFMG e, também, da comunidade por meio de apoio às atividades de consultorias e assessorias, produtos e prestação de serviços, cursos e eventos, vestibulares e concursos.

Em relação aos concursos, a instituição cita que está capacitada para a “... *organização e realização de concursos públicos, vestibulares e exames de seleção de pessoal para órgãos governamentais, instituições de ensino e empresas privadas*”.

A FUNDEP tem tido grande destaque no estado de Minas Gerais e tem elaborado várias provas importantes como as da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, do Tribunal de Justiça do Estado e também da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

As provas elaboradas pela instituição são, principalmente, de múltipla escolha.

2.5.1. DESCRIÇÃO DE PROVA ELABORADA PELA FUNDEP

Prova objetiva de Língua Portuguesa do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, realizada no ano de 2007, para o cargo de Oficial Judiciário, cargo de nível médio. Prova contendo sessenta questões, sendo as trinta primeiras de língua materna. A presente prova foi elaborada pela Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa (FUNDEP), instituição vinculada à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

2.5.1.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O EDITAL

No anexo II do edital constam, para os cargos de Ensino Médio, os seguintes conhecimentos de Língua Portuguesa:

I. *Interpretação de texto*: informações literais e inferências possíveis. Ponto de vista do autor – significado contextual de palavras e expressões. Estruturação do texto: relações entre idéias e recursos de coesão.

II. *Conhecimento da língua*:

- Ortografia/acentuação; divisão silábica; sinônimo, antônimo, homônimos e parônimos, notações léxicas.
- Pontuação.
- Classes de palavras: definições, classificações, formas, flexões, funções e usos.
- Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos.
- Concordância verbal e nominal; regência verbal e nominal.
- Ocorrência de crase.

Faz-se importante ressaltar que a numeração separando a “interpretação de texto” do “conhecimento da língua” deixa implícito que o estudo de texto não é o estudo da língua, o que também ocorreu no edital da FUMARC, já descrito anteriormente.

A seguir, reproduzimos a bibliografia sugerida pelo edital:

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

CUNHA, Celso, CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do Português contemporâneo. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CIPRO NETO, Pasquale e INFANTE, Ulisses. Gramática da Língua Portuguesa. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2003.

Nessa bibliografia não há nenhuma referência a livros de interpretação de textos. Somente livros de gramática tradicional estão indicados e, nesse sentido, faz-se relevante observar que os gramáticos sugeridos não compartilham das mesmas posições teóricas. Entende-se ainda que, se o candidato estudar apenas pela bibliografia indicada, ele conhecerá somente a norma padrão e, por não haver indicação bibliográfica que se refira à análise textual, o candidato poderá ser levado a acreditar não ser possível preparar-se previamente para a análise textual.

2.5.1.2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROVA

A prova apresenta dois textos sobre temas da atualidade: o primeiro discorre sobre “o que é verdade”, e o segundo diz respeito à “convivência em condomínios”. O segundo texto faz menção ao Código Civil, mas nenhum dos dois menciona o Código Penal. Observa-se, assim, que a escolha dos assuntos abordados nos textos não se relaciona à função do cargo pleiteado pelo candidato. Isso ocorreu nas cinco provas descritas.

Nessa prova, as primeiras dezoito questões são relativas ao primeiro texto. Há dez questões de interpretação de texto, apesar da ausência de indicações bibliográficas a respeito.

A primeira questão da prova trata de compreensão global a respeito do tema do texto. Já nas questões 2, 3 e 4, o candidato deve substituir um vocábulo por outro, mantendo o sentido original. Nas questões 5, 6, 7, 8, 9 e 10 há um fragmento textual e o candidato deve analisar o sentido de uma palavra desse fragmento ou da frase, o que exige raciocínio analítico. A questão abaixo exemplifica a exigência de análise global do texto:

- 1) A leitura do texto permite afirmar que, nele, são considerados, principalmente, os conhecimentos obtidos por meio
- A) da intuição.
 - B) da razão.
 - C) das emoções.
 - D) das práticas.

O exemplo que se segue mostra uma questão de substituição vocabular:

- 3) “São as verdades matemáticas, as que podem ser afirmadas CATEGORICAMENTE [...]”
- É CORRETO afirmar que, nessa frase, a palavra destacada significa
- A) evasivamente.
 - B) infusivamente.
 - C) irrefutavelmente.
 - D) ordenadamente.

Mostramos, abaixo, um exemplo de questão de análise de fragmento textual:

- 6) “O que é real para uns [...] pode não ser para outros.”
É CORRETO afirmar que, nessa frase, a noção de realidade acha-se
- A) definida.
 - B) otimizada.
 - C) relativizada.
 - D) resumida.

Nas questões 11, 12 e 16, o conhecimento gramatical é vinculado à compreensão do texto. As questões partem de frases do texto que, se não forem compreendidas, não proporcionam respostas plausíveis mesmo que o candidato conheça a norma padrão. A seguir, citamos um exemplo de questão de gramática aplicada ao texto:

- 12) “Essa afirmação, UMA VEZ compreendidos os símbolos, é tida como verdadeira.”
- Assinale a alternativa em que a palavra apresentada NÃO substitui adequadamente a expressão assinalada nessa frase.
- A) Como
 - B) Mas
 - C) Quando
 - D) Se

Observamos, na questão 12, que a memorização dos sentidos das conjunções não levaria o candidato à análise do sentido atribuído a essas mesmas conjunções no uso efetivo. A substituição da expressão “uma vez” pela conjunção “mas” só pode ser observada na oração.

As questões 13, 14, 15, 17 e 18, apesar de também partirem de frases do texto, usam-nas como pretexto para avaliar conhecimento gramatical. Nessas questões, ainda que o candidato não compreenda o texto, responderá com facilidade caso domine a norma padrão. O exemplo abaixo mostra uma questão de gramática tradicional.

- 13) Assinale a alternativa em que o pronome assinalado NÃO preenche, na frase em que se encontra, a mesma função sintática exercida pelos que estão destacados nas demais frases.
- A) “E o universo em **que** vivemos hoje [...] é [...] diferente do de uma pessoa de 1650.”

- B) “Ela é verdadeira [...] para sacerdotes egípcios **que** viveram há quatro mil anos.”
- C) “No topo, ficam as verdades absolutas, **que** transcendem o elemento humano.”
- D) “São as verdades matemáticas, as **que** podem ser afirmadas categoricamente.”

Verificamos, no enunciado da questão 13, a importância da seleção lexical, já que a expressão “função sintática” já indica para o candidato que a questão exige o conhecimento da norma. Quando isso não ocorre no enunciado da questão, ocorre nas respostas. Como exemplo, destacamos a questão a seguir:

Questão 14

- “Como esta [afirmação], **existem** muitas outras [...]” (linha 20)
 - “Ela é verdadeira [...] para supostas inteligências alienígenas que **existam** pelo cosmo afora.”
- É CORRETO afirmar que as formas verbais destacadas nessa frase NÃO pertencem
- A) à mesma pessoa.
B) ao mesmo modo.
C) ao mesmo número.
D) ao mesmo tempo.

Nessa questão, a seleção lexical das respostas indica para o candidato que ele deve conjugar os verbos em destaque para responder às questões.

Em algumas questões, a seleção lexical que indica a exigência do conhecimento de norma é dada tanto no enunciado quanto nas respostas, como é o caso da questão de número 15:

Questão 15

- “Existem **complicações** mesmo nela [...]”
 - “No topo, ficam **as verdades absolutas** [...]”
 - “São muito úteis **essas verdades matemáticas** [...]”
- É CORRETO afirmar que a palavra e as expressões destacadas exercem, nessas frases, a função sintática de
- A) agentes da passiva.
B) objetos diretos.

C) predicativos.

D) sujeitos.

Observamos, nessa questão, que a expressão “função sintática” novamente aparece no enunciado. Esse tema é, nas respostas, explicitado por termos sintáticos como agentes da passiva, objetos diretos, predicativos e sujeitos.

Após o segundo texto da prova, há mais 12 questões. As quatro primeiras (questões 19, 20, 21, 22) avaliam a compreensão do texto, sendo novamente explicitados fragmentos textuais que devem ser analisados pelo candidato. O conhecimento vocabular também é relevante nessas questões. Segue-se um exemplo de questão de texto:

22) “Mas demora um pouco: a via judicial.”

Considerando o que está expresso no texto, é CORRETO afirmar que a via judicial, para a resolução de problemas de condomínio, é

A) desconfiável.

B) desconfortável.

C) ilegítima.

D) inadequada.

Podemos observar que as questões textuais referentes ao segundo texto seguem o mesmo padrão das questões referentes ao primeiro.

As questões 23, 26, 28 e 30 usam partes do texto como pretextos para avaliação de conhecimento gramatical. Já as questões 24, 25, 27 e 29 exigem do aluno tanto o conhecimento gramatical quanto a compreensão do texto. Transcrevemos, abaixo, um exemplo de questão tradicional (gramática normativa):

30) “O Código Civil também trouxe duas regras referentes à área usada pelo morador.”

Segundo gramáticas da língua portuguesa, o substantivo pode ser funcionalmente definido como o núcleo do sujeito, do objeto direto, do objeto indireto, do complemento nominal e do agente da passiva.

Considerando essa definição, assinale a alternativa que indica o número de palavras que, na frase transcrita do texto, podem ser analisadas como substantivo.

A) Apenas uma palavra

B) Duas palavras

- C) Três palavras
- D) Mais de três palavras

Novamente a seleção léxica é de extrema importância. Nesse caso, é possível notar que, após fornecer ao candidato uma definição gramatical, o comando da questão exige que se encontrem substantivos na frase transcrita do texto.

Vejamos um exemplo de questão de gramática aplicada ao texto:

29) “Demais assuntos que surgirem serão pauta das assembleias ordinárias ou extraordinárias [...]” (linhas 27-28)

É CORRETO afirmar que a palavra destacada nessa frase é uma forma verbal do

- A) imperativo.
- B) indicativo.
- C) infinitivo.
- D) subjuntivo.

A questão 29 é bastante interessante, já que o candidato, se conhecer apenas gramática normativa, terá dúvida entre o infinitivo pessoal e o subjuntivo. Para conseguir responder adequadamente a essa questão, o aluno necessita ter a percepção do sentido hipotético da oração.

De forma geral, as questões de texto da prova exigem do candidato análise global e parcial do texto, além de conhecimento vocabular. As questões de texto são, no total, 14. As questões tradicionais, ou seja, que exigem do candidato somente o domínio de gramática normativa, são nove. As que exigem do candidato o conhecimento de norma vinculado à análise textual são sete, como apresentado no Gráfico 5:

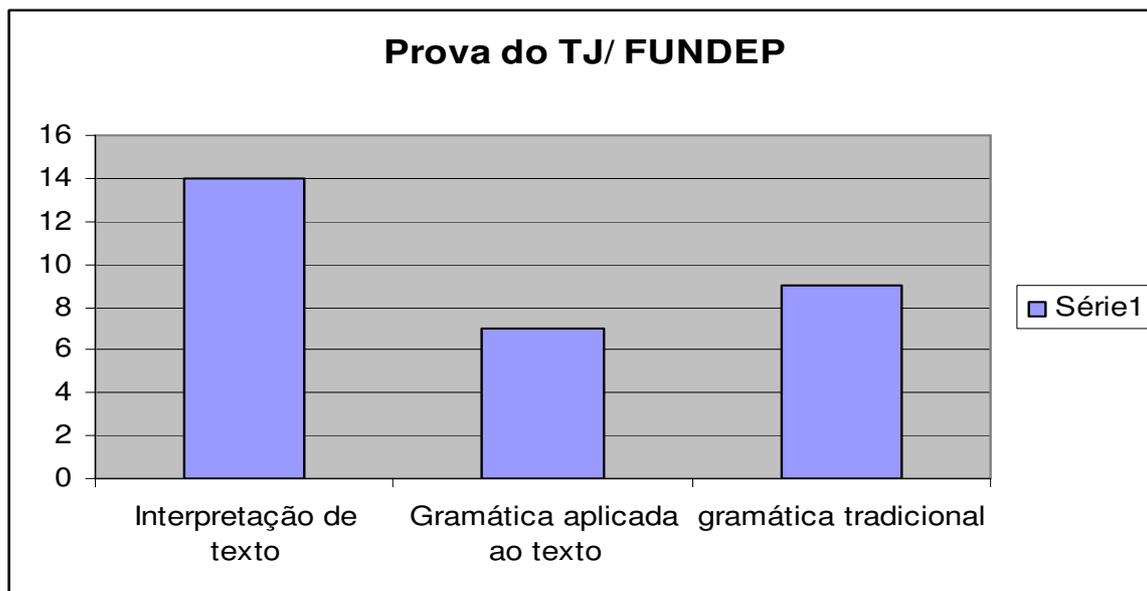


GRÁFICO 5

Percebemos que nove questões ainda estão vinculadas à gramática tradicional, apesar de se terem usado fragmentos textuais que podem aparentar um aspecto de aplicação dessas questões no texto. A “interpretação de textos”, apesar de no edital do concurso ter sido apresentada separadamente do “conhecimento da língua”, é relevante: na prova, são 14 questões textuais e 7 de gramática vinculada ao texto. Ou seja, apesar da enumeração do edital, sugerindo a análise dada separadamente dos dois itens, não é isso que, de fato, se observa na análise.

Enfim, o candidato almejado pela instituição FUNDEP, nessa prova, deve ter conhecimentos interpretativos e gramaticais, vinculados ou não um ao outro.

2.6. CONCLUSÕES INICIAIS DA DESCRIÇÃO

O candidato a um cargo público, atualmente, necessita dominar texto e gramática, e não só a segunda, como normalmente apontado pelo senso comum.

Compreensão do texto e da gramática nele empregada é algo relevante para o candidato, como acabamos de afirmar. No entanto, o conhecimento gramatical tradicional ainda tem sido exigido nas provas, às vezes com uso de texto como pretexto para essa exigência.

Observamos, ainda, que cada instituição elaboradora de provas prioriza alguns conhecimentos, ou seja, o perfil do candidato esperado não é o mesmo para as cinco instituições, pois, apesar de todas exigirem conhecimentos de interpretação textual, de gramática normativa e de gramática normativa aplicada ao texto, essas exigências não aparecem na mesma porcentagem. Além disso, uma instituição pode priorizar a regência e a outra concordância, por exemplo. Assim, dependendo da instituição que elabora a prova, há maior ou menor ênfase nos diferentes aspectos da língua exigidos nas questões.

Por fim, predominam textos midiáticos. Nenhuma das provas exige textos relacionados ao trabalho que será desenvolvido, que pode indicar que o que interessa é um candidato que tenha um conhecimento global, que consiga fazer leituras rápidas e gerais.

CAPÍTULO III

3. A QUESTÃO DO SUJEITO

Iniciaremos nosso trabalho na Análise do Discurso pensando a respeito da questão do sujeito, por considerarmos que esse seja um conceito fundamental para entendermos o processo discursivo das provas de concursos públicos (PCPs).

Mello (2003, p.33, grifos nossos) relata que “*o sujeito é a grande questão da lingüística contemporânea*”. De fato, o estruturalismo não tinha o sujeito como relevante, já que o que interessava era a estrutura lingüística, e não o sujeito por trás dela.

Saussure (2006), no *Curso de Linguística Geral*, separa a língua da fala e, para o autor, ao fazê-lo, separa-se o que é individual do que é coletivo e o que é “essencial” do que é “acessório”. Por isso, nessa perspectiva, a língua não seria função do falante, somente a fala o seria. Dessa forma, a língua poderia ser estudada separadamente da fala. Para o autor, a linguística teria a função de estudar a língua e não a fala.

Saussure (2006) chega a relatar que há a possibilidade da existência de uma *lingüística da língua* e de outra, que constituiria a *lingüística da fala*. No entanto, não explica o que de fato seria essa *lingüística da fala*, chamando a linguística da língua de linguística “*propriamente dita, aquela cujo único objeto é a língua*” (SAUSSURE, 2006, p.29). Ao defender a linguística da língua, o sujeito não pode ser o foco de análise, já que a língua, para o estruturalismo, é coletiva, e não individual.

Somente a partir da teoria da enunciação o sujeito torna-se relevante. O primeiro grande pensador da enunciação (processo de produção da linguagem) é Bakhtin, que produziu os textos entre os anos 20 e 60, na extinta União Soviética, e que só se tornou conhecido na Europa na década de 70. Para Bakhtin (2006), a língua é um processo de evolução sem interrupção que se realiza na interação verbal.

Em *Marxismo e filosofia da linguagem*, o autor explica que, para observar a linguagem, é preciso situar os *sujeitos* – emissor e receptor do som, além do próprio som, no meio social. Assim, para Bakhtin (2006), o contexto social é indispensável.

O autor classifica a vertente estruturalista de “objetivismo abstrato” (BAKHTIN, 2006, p.74) e acrescenta que, para essa corrente, cada enunciação possui elementos idênticos e normativos, o que garantiria a unidade da língua. Dessa forma, o fato individual não poderia ser estudado. Nessa perspectiva, a língua caracterizar-se-ia em elementos sincrônicos certos ou errados. Discordando dessa perspectiva, Bakhtin (2006) explica que toda língua evolui e o estudo diacrônico não teria, logo, sincronia com a realidade lingüística, já que deve haver um vínculo com a história. O autor relata, ainda, que todo sistema de normas existe relacionado à consciência subjetiva dos *indivíduos*. Assim, não se pode separar o conteúdo ideológico do indivíduo.

Posteriormente, Bakhtin (2006, p.74) explica o que ele chama de “subjetivismo abstrato”, corrente que acredita ser o ato de fala uma criação individual. Nessa perspectiva, o fenômeno da linguística seria reduzido ao ato individual, criativo, que ocorreria em uma evolução ininterrupta e análoga à arte. Bakhtin (2006), contudo, afirma estar essa segunda corrente tão equivocada quanto a primeira, pois, para ele, todo enunciado, mesmo escrito, é feito para o outro e é sempre uma resposta a alguma coisa. Assim, o ato de fala não poderia ser considerado individual, mas social.

Para Bakhtin (2006), a compreensão que o indivíduo tem da língua é orientada não normativamente, mas contextualmente: a palavra tem de ser analisada no contexto, é um elemento vivo. Assim, caberia à linguística estudar “tipos de interação verbal”, em ligações a condições concretas, com interação na vida, ideologia e interpretação habitual, ou seja, deve-se abordar a enunciação (BAKHTIN, 2006, p.114). Nessa perspectiva, o sujeito torna-se relevante, afinal, ele produz a enunciação, além de ser um sujeito sempre ideológico, um ser essencialmente histórico e social. Mello (2003, p.35) explica que “*o autor vê a enunciação como o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados: o locutor e o alocutário*”.

[...] a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. A palavra dirige-se a um interlocutor: ela é a função da pessoa desse interlocutor”. (BAKHTIN, 1988, p.116, grifos do autor)

Como se pode observar na citação do autor, a interação é fundamental e *não há enunciação sem um sujeito*. Para Bakhtin (2006), a real substância da língua está no

fenômeno social da interação verbal realizada pela enunciação. Dessa forma, a comunicação verbal não pode ser compreendida fora da situação concreta, o que também propicia o processo ininterrupto de evolução da língua, que não pode ser separado da atividade do falante e, portanto, do próprio sujeito.

Benveniste é outro importante nome na teoria da enunciação. O autor escreveu entre os anos 40 e 70, mas, por ser europeu, teve sua obra conhecida anteriormente à de Bakhtin. Para Benveniste (1988), a enunciação mostra o funcionamento da língua num ato individual mediante o qual o locutor se institui e institui o outro para expressar a relação com o mundo.

Nas obras *Problemas de Linguística Geral I e II*, ao estudar os pronomes, Benveniste (2006, 1988) demonstra a realidade discursiva mediante o “eu”, o “tu” e o “mundo”. E afirma que o behaviorismo seria relevante para entender o estudo das línguas, pois, quando um enunciador fala, impõe ao alocutário uma resposta. A interação verbal, na obra do autor, é explicitada no que tange à questão pronominal supracitada. O autor explica que “eu” e “tu” são pronomes de pessoa que funcionam como signos vazios, já que não existe um “eu” ou um “tu”, todos o serão de acordo com o momento enunciativo, afinal para cada “eu” teremos um referencial distinto. Benveniste (1988) esclarece que esses são os pronomes de pessoa (1^a. e 2^a. pessoas do discurso), que se unem a outros pronomes, advérbios e locuções verbais que demonstram as instâncias, as atualizações do discurso.

A 3^a. “pessoa”, o “ele” ou “ela”, seria o pronome de “não pessoa”, já que caracterizaria o assunto, o objeto em si, ou seja, não seria um termo marcado de pessoa. Nessa perspectiva, a língua é um sistema de signos que se manifestam no discurso. Além disso, a língua tem índices próprios. A linguagem, dessa forma, só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito e a polaridade entre as pessoas é condição fundamental. Assim, cada locutor apropria-se da língua em uma relação mútua entre o “eu” e o “tu”.

Além disso, Benveniste (1988, p.286) relata que a “subjetividade” da linguagem “*é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’*”.

Essa ‘subjatividade’, quer a apresentemos em fenomenologia ou em psicologia, como quisermos, não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É “ego” que diz ego. Encontramos aí o fundamento da “subjatividade” que se determina pelo status lingüístico da ‘pessoa’. (BENVENISTE, 1988, p.286)

Observa-se que, segundo Benveniste, a consciência de si mesmo só é dada no contraste do *eu* dirigindo-se a alguém que será um *tu*, e é essa condição de diálogo que será constitutiva da *pessoa*. Dada, portanto, na interação, na reciprocidade. Para o autor, a “... *linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito*”. (BENVENISTE, 1988, p.286)

Há, pois, na língua, uma polaridade que é, na linguagem, condição fundamental, para o autor. Caem antinomias do “eu” e do “outro”, do indivíduo e da sociedade, que remetem ao estruturalismo, há uma dualidade necessária, uma realidade dialética fundamental. Afinal, o ser só se torna “eu” na perspectiva de um “tu” e, para Benveniste (1988), essa seria a subjatividade da linguagem.

Não há conceito ‘eu’ englobando todos os ‘eus’ que se enunciam a todo instante na boca de todos os locutores. [...] O ‘eu’ não denomina, pois, nenhuma entidade lexical. [...] Os ‘pronomes pessoais’, que escapam ao status de todos os outros signos da linguagem. O eu é um termo que não pode ser identificado a não ser dentro do que chamamos uma instância de discurso, e que só tem referência atual. A realidade à qual ele remete é a realidade do discurso. O fundamento da subjatividade está no exercício da língua. Se quisermos refletir bem sobre isso, veremos que não há outro testemunho objetivo da identidade do sujeito que não seja o que ele dá assim, ele mesmo sobre si mesmo. A linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor apropriar-se da língua toda se designando como eu. (BENVENISTE, 1988, p.288)

Assim, o sujeito torna-se essencial para a perspectiva da teoria da enunciação, já que não se pode pensar a língua sem a subjatividade a ela subjacente, subjatividade essa que só é possível pelo sujeito que se apropria da linguagem usando o “eu”, uma forma, um signo vazio, do qual o locutor se apropria criando a “categoria de pessoa”, ou seja, a partir da posição central dada pelo “eu”, são distribuídas as outras formas de pronomes. (BENVENISTE, 1988, p.292)

Como podemos observar, tanto na obra de Bakhtin (2006) quanto na de Benveniste (1988), o sujeito torna-se extremamente relevante, o indivíduo é parte da linguagem e a linguagem não pode ser pensada sem o sujeito. A grande diferença entre

o pensamento de Bakhtin (2006) e o de Benveniste (1988) está no fato de que, para o segundo, o indivíduo se apropria do sistema lingüístico e, para o primeiro, a enunciação é essencialmente social.

Outro autor relevante para o estudo do sujeito é Jakobson (*apud* Costa Val, 1997), que enfatizou a dimensão comunicativa da linguagem por meio da teoria da comunicação. Essa teoria é dada por seis fatores envolvidos na comunicação: emissor, receptor, mensagem, contexto, código e canal. Todos eles interligados, como demonstrado no esquema abaixo (FIG. 1):



FIGURA 1

Nessa perspectiva, a língua é um sistema de comunicação. Podemos observar que, entre os seis termos, há, nas duas pontas, emissor e receptor. Esses dois conceitos, também nessa teoria, tornam-se de extrema relevância para a análise lingüística.

Nos anos de 1980, Ducrot (*apud* Costa Val, 1997) propõe a “Teoria polifônica da enunciação”, constatando que cada enunciado tem somente um autor, enquanto em textos literários há várias vozes que falam simultaneamente. Costa Val (1997), ao comentar essa teoria, relata que Ducrot tenta explicar o fato de que se pode, com uma pergunta, realizar o ato de pedir, como: *Você quer fechar a janela?* Ou, com a forma de permissão, se pode mandar, como: *Você pode encerrar a casa hoje.* Segundo a autora, para Ducrot (*apud* Costa Val, 1997), se se deseja entender essas estruturas, precisa-se levar em conta o papel dos personagens da enunciação, distinguindo o locutor e os enunciadorees. Para ele, o sujeito falante existe, mas não interessa. O autor, assim, procura mostrar a pressuposição que existe para a ironia, a negação e o emprego de operadores argumentativos.

No Brasil, Koch (2004, p.11), considera que a interação lingüística se caracteriza principalmente pela “argumentatividade”. Para ela, no discurso, que é uma ação verbal

dotada de intenções, o homem expressa avaliações, críticas, juízos de valor e tenta influenciar o comportamento do outro. Então, para Koch (2004), toda a atividade interpretativa se fundamenta no fato de que quem fala tem intenções ao comunicar-se e, para que possamos compreender uma enunciação, precisamos apreender as intenções daquele que fala.

Assim, a partir da teoria da enunciação, a concepção de sujeito torna-se de extrema relevância na linguística, mas sempre na perspectiva binominal, ou seja: emissor e receptor ou locutor e alocutário ou, ainda, locutor e interlocutor.

Na Semiologia, Charaudeau (2008) considera o ato de linguagem como interenunciativo. O autor explica que o ato de linguagem não pode ser concebido como resultante de uma produção de um emissor que envia uma mensagem a um receptor. Isso se deve ao fato de que existe um sujeito EU, que produz o ato de linguagem, e um sujeito TU, que é um interlocutor. Mas o sujeito TU não é só um sujeito real. É, também, um sujeito interpretante da enunciação promovida por um EU. Assim, o TU interpretante não pode ser o mesmo que o TU destinatário e o Tu, ao fazer sua interpretação do que disse o EU, também projeta uma imagem daquele EU que pode ser diferente daquele EU que o próprio EU deseja ser.

Assim, para o autor, o ato de linguagem precisa de quatro sujeitos, e não de dois. Charaudeau (2008) define esses quatro sujeitos da seguinte forma:

- TUD (TU destinatário) é um interlocutor ideal do EU. Esse TUD é dominado pelo EU que supõe que aquilo que ele fala será compreendido pelo TUD;
- TUI (TU interpretante) age fora do ato de comunicação. Está inscrito nele, mas é independente porque o TUI é o sujeito responsável pela interpretação da enunciação e não pode ser dominado pelo EU, podendo, portanto, transgredir aquilo que o EU almejou dele;
- EUE (EU enunciador) é o sujeito que o TUI percebe na comunicação, imagem projetada por esse TUI. É também uma imagem de enunciador que é construída pelo ser real que fala. O EUE é um ser de fala presente no ato da linguagem;
- EUC (EU comunicante) é o sujeito que tentará organizar o ato de linguagem por meio do EUE, ou seja, ele é o responsável pela produção do ato de fala.

Assim, para o autor, não podemos pensar o ato de linguagem na perspectiva de dois sujeitos, já que há o responsável pela fala E_{Ue}, o responsável pela produção do ato de fala E_{Uc}, aquele que interpreta o ato de fala T_{Ui} e, finalmente, aquele interlocutor almejado pelo E_{Uc}, que é o T_{Ud}. Para Charaudeau (2008), esses sujeitos múltiplos nos fazem perceber dois circuitos, o do E_{Uc} e do T_{Ui}, que são seres sociais e, portanto, fazem parte de um circuito externo, e o do E_{Ue} e do T_{Ud}, que são seres de fala e fazem parte de um circuito interno.

Para representar esses circuitos, o autor nos apresenta o seguinte esquema (FIG. 2):

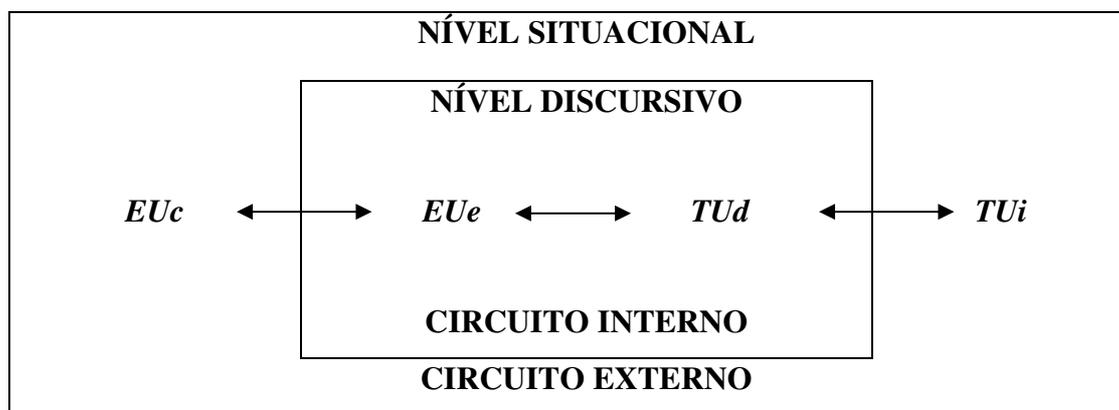


FIGURA 2

No caso das provas de concursos públicos, podemos instaurar os seguintes sujeitos:

No circuito externo, há o E_{Uc}, que é representado pela instituição que elabora a prova de concurso. A instituição seria a responsável pelo processo de produção dos discursos da prova como um todo. Porém, mesmo nesse caso, podemos caracterizar um sujeito múltiplo, já que há um contratante, que pode fazer exigências e pode, portanto, participar, de certa forma, do que será exigido em uma dada prova. O T_{Ui} é representado pelo candidato, ser empírico que fará a prova.

Já no circuito interno, encontramos o E_{Ue}, que é o elaborador das questões da prova, um sujeito que parece existir por si só e que, na mente do T_{Ui}, é o responsável pela avaliação. Porém, novamente podemos caracterizar um sujeito múltiplo, já que o elaborador, em realidade, terá de elaborar a prova de acordo com as exigências da instituição que o contratou. Já o T_{Ud} é o candidato almejado pelo E_{Ue}.

Simplificando esse processo, podemos entender que, em uma prova de nível médio, por exemplo, o EUE – que é o elaborador/instituição da prova e representa o EUC que, por sua vez, é a instituição/contratante – opta por questões de Língua Portuguesa, sejam elas de gramática, interpretação de texto ou gramática aplicada. Segundo a pretensão desse EUE, o TUD terá de compreender e responder a essas questões. Porém, poderá ocorrer de o TUI não dominar aquilo que o EUE propôs a ele, criando uma relação que possibilitará, ou não, o acerto de uma dada questão. Contudo, acertando ou não a questão, entendemos que, ao respondê-la, o candidato assume um contrato.

Observe o quadro de Charaudeau (2008), adaptado para os sujeitos estabelecidos nas PCPs (FIG. 3).

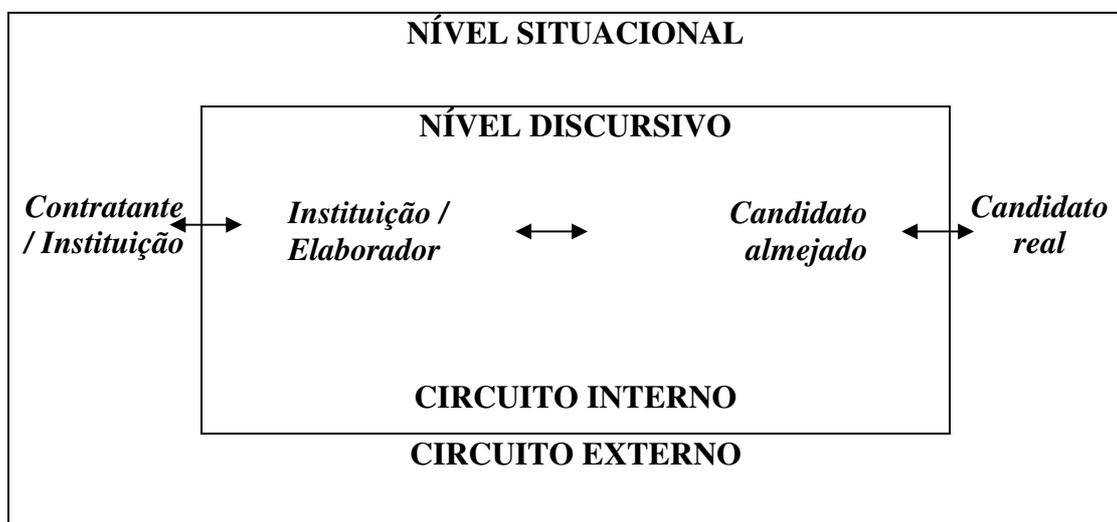


FIGURA 3

Para Charaudeau (2006), o contrato de comunicação é algo intrínseco a qualquer ato comunicativo. O autor explica que a situação de comunicação é referente a um conjunto de posições que são subjacentes ao ato de linguagem, ou seja, são adjacentes a um contexto. Este, por sua vez, envolve o ambiente físico e o social, que é a situação. O contrato é um elemento da situação. Assim, a relação contratual é constituída e restringida por três componentes:

- Comunicacional: quadro físico da situação interacional, ou seja, as circunstâncias materiais em que se realiza o ato de linguagem;
- Psicossocial: identidade, estatutos psicológicos e sociais possivelmente reconhecidos pelos parceiros entre si;

- Intencional; conhecimento a priori possuído pelos parceiros um sobre o outro, que direciona a finalidade do discurso.

No caso de uma prova de concurso público, há vários contratos estabelecidos e todos possuem algumas peculiaridades. Há, inicialmente, um contrato jurídico entre a instituição que elaborará a prova e o órgão que a contratou; essa instituição, por sua vez, contrata uma pessoa responsável pela elaboração das questões dessa prova; esse elaborador, então, elabora a prova, que será realizada por um candidato real, mas que foi idealizado pelo elaborador que, por sua vez, procurou atender às exigências da instituição, que procurou atender às necessidades do contratante.

Esse candidato real, ao responder às questões, assumirá o contrato comunicacional, que é o contrato que nos interessa dentre os múltiplos contratos na elaboração desse tipo de prova.

Mello (2005, p.60) relata que o processo de uma dada comunicação é composto de, no mínimo, dois parceiros que estão implicados em um contrato que, na maioria das vezes, é tácito. O autor esclarece, ainda, que “... o estatuto vai depender também das posições sociais hierarquizadas”.

Em se tratando de provas de concurso, o contrato mais relevante, como afirmamos acima, é o que existe entre elaborador e candidato, sendo a instituição o EUc aquele que realiza na prova uma enunciação como um EUe na figura do elaborador e almeja um TUD, um candidato que tem de ter alguns conhecimentos que, nessa relação hierárquica, o elaborador considere de grande relevância. E ainda há o TUi, que, como sujeito interpretante, ao marcar um “x” em uma dada questão, assume esse contrato.

Assim, temos o contrato propriamente dito, já que há um ato comunicacional, pois a prova realiza-se em local e momento preestabelecidos e possui toda uma logística para sua realização. Há um ato psicossocial, visto que os parceiros assumem seus papéis: um, ao elaborar as questões, e o outro, ao responder a essas questões. O ato intencional se faz a partir do fato de que o EUe acredita saber mais, exigindo conhecimentos do TUi, que se permite avaliar, cada um assumindo, assim, um papel social.

Charaudeau explica que

[...] um ato de linguagem [...] indica uma intencionalidade, a dos sujeitos falantes, parceiros de um intercâmbio. Depende da identidade deles, resulta de um objetivo de influência, é portador de um propósito sobre o mundo. Além disso, se realiza num tempo e num espaço dados, determinando o que é comumente denominado situação. (CHARAUDEAU, 1996, p.34)

Apesar de termos afirmado que o contrato comunicacional é o mais relevante, ele não é, como vimos anteriormente, único na situação de prova elaborada para concurso público. Como já mencionamos, há contratos explícitos, jurídicos, na relação instituição/elaborador e instituição/órgão contratante. Esses contratos múltiplos não devem ser ignorados, apesar de não serem principais, já que, de certa forma, podem influenciar o contrato comunicacional da prova, alterando as escolhas feitas por um elaborador em uma prova.

Por exemplo, todas as instituições analisadas exigem questões de texto e de gramática normativa, mas não na mesma porcentagem, como pudemos verificar, no capítulo anterior, em números e demonstraremos em porcentagem adiante. Assim, pode-se perceber que, para cada instituição, há um candidato almejado que possuirá saberes diferenciados.

Se compararmos as provas elaboradas em escolas àquelas que são elaboradas para concursos públicos, podemos compreender que as provas em escolas são textos produzidos no meio educativo no qual o professor e aluno validam contratos, havendo similaridade com o que ocorre em PCPs, já que, no caso de provas elaboradas para concursos, o elaborador e o candidato também validam contratos. Há nas PCPs, da mesma forma que em provas escolares, um elaborador, que é um detentor de saber, e um sujeito assimétrico a ele, mas do qual o elaborador depende para validar o processo de avaliação.

Porém, diferentemente da situação escolar em que o aluno fará várias provas para ser avaliado, na maioria dos concursos e nos cinco casos que estamos examinando, a prova é única e terá de abranger um número imenso de matérias, sendo Língua Portuguesa matéria obrigatória em qualquer prova de nível médio. Assim, a situação comunicacional de prova traz uma circunstância material que leva a um fator

psicossocial, já que o candidato será avaliado. Essa é a intenção daquele que elabora as questões e essas são as questões situacionais que permeiam o contrato de uma dada prova.

Além das questões situacionais, há questões estruturais que permeiam um contrato. Ao responder às questões da prova, o candidato assume o contrato. Mas, para que o EUE crie esse discurso materializado, ele usa a estrutura da língua. Os modos de organização do discurso constituem os princípios de organização dessa matéria linguística, e são: enunciar, descrever, narrar e argumentar. Segundo Charaudeau (2008), cada modo possui uma função de base e um princípio de organização.

O modo enunciativo comanda os demais. Isso se deve ao fato de que ele evidencia a posição do locutor com relação ao interlocutor, a si mesmo e aos outros, e isso resulta na construção de um aparelho enunciativo. Porém, esse Modo intervém na encenação dos três outros Modos de organização.

Assim, o modo enunciativo tem a(s) função(ões) de estabelecer uma relação de influência entre locutor e interlocutor; revelar o ponto de vista do locutor; testemunhar a fala de terceiros. Podemos, segundo Charaudeau (2008), classificar as atitudes de fala como alocutivas (relação locutor – interlocutor); elocutivas (relação locutor – locutor) e delocutivas (relação locutor – proposição – interlocutor). No ato delocutivo, a proposição é apresentada como existente por si só.

Analisando algumas questões de PCPs de nosso *corpus*, podemos identificar o uso do modo enunciativo:

Exemplo de questões da prova do TCE elaborada pela FCC:

8)se me der crédito e o prazer de acompanhar-me até lá... (final do 2º parágrafo)

O segmento grifado na oração acima pode ser corretamente substituído, sem alteração do sentido original, por

(A) ... caso me dê...

(B) ... enquanto me der...

(C) ... para que me dê...

- (D) ... embora me seja dado...
- (E) ... à medida que me der...

Há, nessa questão, a impressão de que se tem um fato. O segmento pode ou não ser substituído por uma das expressões dadas, o que parece indiscutível.

14. Deve ser colocada no SINGULAR a forma do verbo apresentado entre parênteses, que preencherá corretamente a lacuna da frase:
- (A) As sensações de temor (**atingir**) o córtex sempre depois de desencadear nossas ações involuntárias.
 - (B) Sem o medo, não (**existir**) leis ou instituições jurídicas para julgar os atos de violência.
 - (C) Polícia e religião, instituições surgidas em função de sentimentos de culpa e castigo, (**controlar**) a ordem dentro da sociedade.
 - (D) A ausência dos sentimentos de culpa e de pecado (**poder**) provocar discussões, brigas e assassinatos, sem qualquer controle.
 - (E) Filmes de terror e a iminência de um perigo (**despertar**) a sensação de medo, como uma forma de proteção à existência humana.

Observa-se, novamente, que o enunciado se caracteriza por um fato, *deve ser colocada*. Não se sabe quem deve ou porque deve, é apenas uma assertiva dada “por si mesma”, como um fato.

Exemplos de questão da prova da CGU elaborada pela ESAF:

2 - Assinale a asserção errada quanto aos sentidos e aos elementos lingüísticos do trecho abaixo.

Quando se achava que o Brasil já tinha visto tudo o que poderia ver em matéria de impostos, aconteceu algo jamais ocorrido antes neste país: um imposto que existia deixou de existir. Impostos, como é bem sabido, podem mudar de nome, podem aumentar ou diminuir (em geral, aumentam), podem passar de uma esfera a outra dentro da administração pública, mas uma vez criados ficam aí para sempre. Eis que, justo às vésperas do Natal, o governo não consegue obter do Senado os votos de que precisava para manter viva a CPMF, “contribuição” que era obrigatória e que, sob o disfarce de “provisória”, vinha tirando uma lasca de cada cheque emitido no país desde o remoto ano de 1996. (Guzzo, J. R., “O fim de uma mentira”, Exame, 31/12/2007, p. 66)

- a) A extinção de um imposto no Brasil é apresentada no texto como algo surpreendente, como um fato inusitado.
- b) O emprego das aspas em “contribuição” reforça o sentido de que a CPMF era essencial para a melhoria da saúde pública no Brasil.

- c) A oração “ficam aí para sempre” é substituível por: **nunca deixam de existir**, sem prejuízo do sentido original do texto.
- d) O emprego da expressão “como é bem sabido”, no contexto em que está, dá a entender que a informação que vem a seguir não deve ser novidade para o leitor.
- e) O adjetivo “remoto” aplicado ao ano de 1996 favorece o entendimento de que o autor considera muito longo o tempo em que vigorou a CPMF.

Nota-se, na presente questão, o uso do imperativo, imperativo que é predominante na prova da CGU, que emprega esse tempo verbal em 22 dos 25 enunciados presentes. O imperativo dá uma determinada ordem ao candidato, que necessita executá-la. Mas, por trás desse imperativo, não há um EU explícito que se mostra na prova. O enunciado afirma que há uma asserção errada – isso é um fato que o candidato tem de aceitar e, portanto, deve marcar a resposta, sem discussão.

Exemplos de enunciados da prova do BB elaborada pelo CESPE:

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue [grifo nosso] os itens subseqüentes, quanto às suas estruturas lingüísticas e a aspectos marcantes da realidade mundial contemporânea.

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue [grifo nosso] os itens que se seguem, tanto acerca de estruturas lingüísticas desse texto quanto do impacto do desenvolvimento científico-tecnológico nos mais diversos setores da vida contemporânea.

Em relação ao texto acima, julgue [grifo nosso] os itens que se seguem.

Podemos observar, nos três enunciados selecionados na prova do CESPE/UnB, a presença do imperativo (*julgue*). Novamente o imperativo obriga o candidato a executar o que se pede, como se aquilo que foi pedido fosse um fato não passível de discussão.

Exemplo de questões da prova do MPE elaborada pela FUMARC:

3- O grupo de cidadãos – num tempo em que direitos e deveres da cidadania ainda esperavam pela epifania de Betinho – ali estava desde cedo, alertando pais incautos, como se a camisinha fosse uma pastilha de material nuclear, uma cápsula de césio com pérfidias e letais emanações.

Assinale [grifo nosso] a alternativa em que os sinônimos para as palavras sublinhadas no trecho acima transcrito estejam CORRETOS.

- a) crédulos – fatídicos – mortais
- b) imprudentes – fétidas – fatais

- c) descuidados – traiçoeiras – mortais
- d) descuidados – funestas – mortíferas

Novamente notamos a presença do imperativo. O candidato tem de marcar o que está correto, não há possibilidade de discussão: ou está ou não está correto, e isso é dado como um fato.

16- Comunicaram que viajarão ontem.

A frase acima é potencialmente paradoxal. Assinale a alternativa em que tenha sido reescrita, sem alteração de seu conteúdo, de modo a eliminar esse aspecto.

- a) Comunicarão que viajarão ontem.
- b) Ontem comunicaram que viajarão.
- c) Comunicaram que viajaram ontem.
- d) Comunicaram, ontem, que viajaram.

O enunciado da questão afirma que a frase é paradoxal, há uma 3ª. pessoa do indicativo, o que demonstra, para o leitor, que não se deve discutir. Se o leitor, por exemplo, não reconheceu o paradoxo, ele já está equivocado, afinal isso é um fato afirmado pela questão.

Exemplo de questões da prova do TJMG elaborada pela FUNDEP:

3) “São as verdades matemáticas, as que podem ser afirmadas categoricamente [...]”

É CORRETO afirmar que, nessa frase, a palavra destacada significa

- A) evasivamente.
- B) infusivamente.
- C) irrefutavelmente.
- D) ordenadamente.

Há, nessa questão, a presença de uma assertiva dada “por si mesma”, nota-se o uso da 3ª. pessoa, o autor não se expõe, não se inclui. Além disso, usa o discurso relatado do texto dado de apoio para a interpretação textual. Observa-se, na questão a seguir, o mesmo procedimento.

Exemplo de questão de gramática tradicional:

30) “O Código Civil também trouxe duas regras referentes à área usada pelo morador,”

Segundo gramáticas da língua portuguesa, o substantivo pode ser funcionalmente definido como o núcleo do sujeito, do objeto direto, do objeto indireto, do complemento nominal e do agente da passiva.

Considerando essa definição, assinale a alternativa que indica o número de palavras que, na frase transcrita do texto, podem ser analisadas como substantivo.

- A) Apenas uma palavra
- B) Duas palavras
- C) Três palavras
- D) Mais de três palavras

Novamente há uma assertiva e uma citação (discurso relatado). Observamos que isso ocorre em todas as provas analisadas. Usou-se, principalmente, o modo enunciativo, formulando assertivas e empregando o discurso relatado para utilizar dados do texto. Ou, ainda, o elaborador implica o interlocutor, impelindo-o a fazer algo usando o imperativo. Ou seja, no modo enunciativo as instituições preferem ora a modalidade delocutiva ora a alocutiva.

Mas o que está por trás da escolha do modo enunciativo?

Segundo Charaudeau (2008, p.83), no modo enunciativo o “*comportamento delocutivo*” se dá quando o “*sujeito falante se apaga de seu ato de enunciação*”, assim, o sujeito falante “*testemunha a maneira pela qual os discursos do mundo (proveniente de um terceiro) se impõe a ele. O resultado é uma enunciação aparentemente objetiva*”. Isso é o que ocorre em questões como a de número 16 da FUMARC, em que se afirma que “*A frase acima é potencialmente paradoxal*”, ou como em questões que afirmam ser correto “*afirmar tal coisa*”, por exemplo; questões essas muito recorrentes na FUNDEP.

Essa escolha pode gerar um sentido interessante, já que as questões parecem ser fatos dados por si mesmos, como se fosse impossível discuti-las. Dessa forma, o professor se “*isenta*” de responsabilidade da elaboração da prova, considerando as questões como “*realidade absoluta*”. Isso é um fato corrente, o que tem grande influência na questão contratual, já que, ao marcar o “*x*”, o candidato assume o contrato, aceitando as questões como realidade última. E a escolha do modo enunciativo contribui imensamente para isso.

Ainda segundo Charaudeau (2008, p.82), o “*comportamento alocutivo*” ocorre quando “*o sujeito falante enuncia sua posição em relação ao interlocutor no momento em que, com seu dizer, o implica e lhe impõe um comportamento*”. Isso é o que ocorre em instituições como a ESAF e o CESPE, em que o imperativo é a base dos enunciados. Nessas instituições, o elaborador se enuncia em posição de superioridade em relação ao interlocutor e impõe a ele uma ação, um fazer. Novamente a escolha do modo enunciativo tem grande influência na questão contratual, já que o candidato é impelido pelo imperativo a marcar uma resposta e, ao escolhê-la, assume o contrato.

Assim, podemos afirmar que a escolha do modo enunciativo contribui imensamente para a aceitação das questões como realidade última e para a resposta ativa do candidato.

A questão do sujeito, os contratos existentes na prova, o modo como se estruturam linguisticamente as PCPs são aspectos de grande importância. Porém, como foi observado, somente a partir da teoria da enunciação essas questões passaram a ter relevância. Por essa razão, vamos aprofundar o estudo enunciativo das provas.

3.1. O COMPLEXO PROCESSO ENUNCIATIVO EM PROVAS

Segundo o *Dicionário de Análise do Discurso*, de Charaudeau e Maingueneau (2006, p.195), o termo *enunciado* “... *é empregado de modo bastante polissêmico em ciências da linguagem*”. Em *Análise do Discurso*, ao citar Guespin, o dicionário explica que “... *olhar um texto sob a perspectiva de sua estruturação ‘em língua’ permite tomá-lo como um enunciado.*” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2006, p.196)

Em nossa análise, optamos por considerar o enunciado como um produto. Ou seja, no caso de PCP, as questões da prova, além da própria prova com seus textos de referência e respostas possíveis, constituem o produto que estamos analisando.

Ainda segundo o *Dicionário* de Charaudeau e Maingueneau (2006, p.193), a enunciação é “... *pivô da relação entre a língua e o mundo*”, é um “... *acontecimento em um tipo de contexto*”. Os autores relatam, ainda, que a enunciação possui dimensões psicológicas e

sociais. Assim, a enunciação pode ser dada como uma “*situação de comunicação*” (*op. cit.*, p.194). Consideraremos, portanto, a enunciação como o processo de elaboração das provas, verificando se esse é um processo monológico ou dialógico, por exemplo.

Bakhtin (2006) separou os romances em duas modalidades: o romance monológico e o polifônico. No primeiro caso, dispõe-se de um pensamento que se associa às verdades incondicionais, o autor encontra em si mesmo todo o processo de criação do romance. Já no segundo processo, tem-se uma permanente evolução, uma visão ampla e de muitas faces, o autor interpreta os “eus” existentes nos personagens, a imagem do indivíduo é dada em um processo de comunicação interativa. Na polifonia, o autor organiza o “coro” de vozes que existe no processo textual e, nesse sentido, a polifonia torna-se de grande importância, já que não se pode conceber o *eu* como um ser só: o *eu* só existe em relação ao outro.

Charaudeau (2008, p.72) explica que uma situação monologal ocorre “... *quando os parceiros não estão presentes [...], quando o contrato não permite troca, o canal de transmissão pode ser oral ou gráfico*”. Já uma situação dialogal ocorre, segundo o autor, quando “... *os parceiros da comunicação estão presentes fisicamente*”, nesse caso o contrato permite uma troca e “*o canal de transmissão é oral*” (CHARAUDEAU, 2008, p.71).

Segundo os estudos de Charaudeau (2008), podemos considerar a enunciação da prova como monologal, já que, na elaboração da prova, ou seja, no processo enunciativo (enunciação), não há a presença física dos parceiros, por isso, há um contrato em que não há troca imediata. Além disso, uma prova é escrita, possui um canal gráfico, visto que o enunciado é gráfico. Porém, a enunciação não é tão simples quanto possa parecer à primeira análise.

Uma PCP contém, na enunciação, um grande complicador: a elaboração é monologal, pois, como vimos, é escrita antes do contato com o receptor. Portanto, prováveis “mal entendidos” não poderão ser desfeitos. No entanto, diferentemente de uma narrativa lírica, por exemplo, ao produzir o enunciado das questões, o autor espera atitude responsiva, ativa e direta, o que torna todo enunciado (produto) de prova um produto dialógico explicitado pelas respostas, mas oriundo de uma enunciação monologal. Ao se

deparar com o enunciado da prova, o produto que constitui a questão pronta em uma prova objetiva, o candidato defronta-se com a necessidade de responder e, por isso, precisamos considerar a importância desses enunciados de prova, para que façamos uma análise mais detalhada.

Charaudeau (2006) explica que a sociedade possui estruturas institucionalizadas em imensos setores de atividade, ou seja, toda atividade discursiva parte de um lugar social. Assim, não há texto produzido fora de uma comunidade.

A avaliação é uma prática discursiva que faz parte da comunidade e que, por isso, pode ser analisada de uma perspectiva discursiva. Para Emediato (2006a, p.300), produzir um texto é “... *co-operar sobre um modelo comunitário e sobre as normas que fazem dele um produto estável*”. Desse modo, no processo dado pela enunciação, ao elaborar uma PCP o elaborador tem de ativar seus modelos de referência, o que faz com que, ao mesmo tempo em que cada prova seja única, seja também reconhecida como prova, e mantenha um modelo aceito como um instrumento de inserção social.

Emediato (2006a, p.304) declara que “... *toda prática discursiva se elabora pelo esforço conjunto de uma série de intenções interindividuais*”, mas “*nenhuma intenção se realiza se não estiver enunciada – e enunciando – a intenção comunitária que lhe dá racionalidade e pertinência*”. Assim, de forma geral, os processos de avaliação podem ser entendidos como uma produção comunitária e validada na comunidade.

Ducrot (1984) propõe que, para cada momento de fala, há um locutor, um alguém diante de quem se fala e, assim, uma situação em que a fala tem um lugar. Em uma situação de prova há, como explicamos acima, um elaborador que se localiza na posição contratual do sujeito do saber e que posiciona o destinatário, no caso o candidato, como o sujeito que está na posição de não saber.

Além da questão contratual, faz-se importante discutir melhor esse processo enunciação/ enunciado. Para isso, podemos refletir a respeito do que nos explica Ducrot (1984):

[...] é evidente que se concebemos o valor semântico apenas como um conteúdo suscetível de ser comunicado, ele só pode ser atribuído ao enunciado. Mas essa limitação desaparece se admitirmos a idéia de ‘significação’, entendida como um conjunto de instruções para constituir um conteúdo a partir da situação. (DUCROT,1984, p.370)

Para Ducrot (1984), a frase é apenas material linguístico e, por isso, não pode ser interpretada; o enunciado, no entanto, pode ser interpretado, é o *token* discursivo. Numa prova, o enunciador parte desse pressuposto e acredita, assim, que o enunciatário poderá interpretar o enunciado e encontrar, para ele, uma resposta entre as sugeridas.

Analisando nosso *corpus*, podemos entender que o enunciado de prova é uma proposição *P*, que é sempre considerada verdadeira pelos sujeitos agentes, e de *P* o destinatário tem de tirar uma dada conclusão *r* que, no caso de uma prova objetiva, constitui a resposta dada pelo candidato. Assim se caracteriza um enunciado de prova, um elemento “verdadeiro” e que incita uma atitude responsiva por parte do candidato.

Parece-nos, então, que o enunciado encontrado em uma dada prova é oriundo de um processo de enunciação monologal, mas contém uma intenção dialógica que pretende criar um efeito ilocutório, já que se constitui como uma ordem, o que pode ser comprovado pela necessidade da escolha de uma dada resposta. Assim, não podemos afirmar que uma prova seja monologal.

Podemos, entretanto, afirmar que as PCPs possuem especificidades no contrato em detrimento ao que ocorre em contratos similares, como os que existem entre professor e aluno em uma escola. Em primeiro lugar, os agentes não se constituem como professor e aluno, mas como elaborador e candidato. Este, no momento da prova, ainda se constitui socialmente como aquele que será avaliado, mas, por não se constituir como aluno, pode, muitas vezes, discordar da forma de avaliação.

Apesar de não ser parte do nosso *corpus*, devemos considerar a existência de concursos de revisores, por exemplo, nos quais um letrado elaborará a prova para outro letrado que, por mais que siga o contrato, respondendo às questões da prova, posteriormente poderá entrar com recursos ou mesmo com mandados de segurança.

Isso suscita um segundo elemento específico relevante: a produção de enunciados em provas de concurso tem de ser bem mais cuidadosa e, além do modo enunciativo, outros fatores deverão ser observados pelo avaliador na elaboração estrutural da prova, para que o contrato social seja mantido e a prova seja validada pelos sujeitos agentes e pela comunidade em geral.

Devemos ainda lembrar que a elaboração dessas provas é feita anteriormente à situação de sua realização. Por isso, não é possível prever tudo o que poderá ocorrer no momento de sua aplicação.

Para que os enunciados de prova sejam considerados adequados, alguns cuidados são verificados na elaboração, assim como ocorre em afirmações elaboradas em provas de certo e errado. Observe, a seguir, os enunciados retirados das PCPs que estão em análise, bem como afirmações que devem ser avaliadas pelo candidato na prova elaborada pelo CESPE.

Exemplos de enunciados da FCC:

6 - O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o do grifado acima está na frase:...

7 - O emprego da forma verbal grifada acima denota, no contexto,...

13 - A expressão grifada acima aplica-se, considerando-se o contexto,...

Exemplos de enunciados da ESAF:

10 - Estaria gramaticalmente correta a substituição:

11- Exige-se acento circunflexo nas terceiras pessoas do plural do presente do indicativo e do subjuntivo dos verbos **crer**, **dar**, **ler** e **ver** e seus derivados. Qual das opções atualmente foge da regra acima?

Exemplos de afirmações do CESPE:

1 - Embora ocupe posição de destaque no agronegócio, o Brasil não dispõe de tradição na indústria aeronáutica, possivelmente devido à escassez de recursos financeiros para atividade tão onerosa.

25 - A substituição dos travessões das linhas 2 e 3 por parênteses prejudica a correção gramatical do período.

Exemplos de enunciados da FUMARC:

1-Tendo em conta a argumentação desenvolvida pelo autor, são títulos adequados a esse texto, EXCETO:

9 - A alternativa que contém afirmação CORRETA é:

31- O uso do acento indicador de crase pode mudar o sentido dos enunciados em todas as alternativas, EXCETO:

Exemplos de enunciados da FUNDEP:

3 - É CORRETO afirmar que, nessa frase, a palavra destacada significa...

15 - É CORRETO afirmar que a palavra e as expressões destacadas exercem, nessas frases, a função sintática de...

22 - Considerando o que está expresso no texto, é CORRETO afirmar que a via judicial, para a resolução de problemas de condomínio, é...

Todos os enunciados e as afirmações exemplificados aqui são elaborados na 3ª pessoa. Entendemos que isso corrobora para a sensação de objetividade das questões da prova. Mas, para analisarmos adequadamente esse tema, vamos nos valer do pensamento de um grande linguista da enunciação, Benveniste (1988).

Em Benveniste (1988, p.278), encontramos a seguinte colocação: *“há enunciados de discurso que a despeito de sua natureza individual, escapam a condição de pessoa, isto é, não remetem a eles mesmos mas a uma situação ‘objetiva’”*. Assim, Benveniste (1988) explica que o uso da 3ª pessoa é útil para se fazer uma referência objetiva.

Pode-se observar, nos enunciados acima, que o uso de verbos está na terceira pessoa, o que dá ao enunciado a aparência de um texto completamente objetivo, que fala por si mesmo, ocultando a posição do enunciador que escolheu os elementos a serem avaliados.

Benveniste (1988) relata, ainda, que a linguagem é um instrumento de comunicação porque o homem não achou outro meio tão eficaz para se comunicar, e também porque ela está apta a servir de instrumento para transmitir uma ordem, uma pergunta ou

mesmo um anúncio, e provoca no interlocutor um comportamento adequado que seria uma resposta ou um fazer, uma ação.

Nota-se que, em muitas questões, há o uso de dois pontos. Há também questões que terminam em preposição ou conjunção.

Exemplos de enunciados da FCC:

- 2 - É correto inferir do texto que
- 4 - A alteração da pontuação altera também o sentido original do texto no par:
- 8 - O segmento grifado na oração acima pode ser corretamente substituído, sem alteração do sentido original, por

Exemplos de enunciados da ESAF:

- 10 - Estaria gramaticalmente correta a substituição:

Exemplos de enunciados da FUMARC:

- 20 - O adjetivo inconsciente, no quarto verso do texto I, NÃO pode ser adequadamente substituído por:
- 27 - A supressão das vírgulas nas sentenças acima provoca alteração de sentido:
- 40 - Em todas as alternativas, a expressão sem comentários foi utilizada com o mesmo valor que apresenta no trecho I, EXCETO:

Exemplos de enunciados da FUNDEP:

- 7 - Considerando-se as idéias explicitadas no texto, é CORRETO afirmar que, nessa frase, está expresso o difícil relacionamento entre
- 15 - É CORRETO afirmar que a palavra e as expressões destacadas exercem, nessas frases, a função sintática de

Isso ocorre para que o destinatário assuma uma atitude responsiva, constituindo a prova uma forma da língua em uso, ou seja, de linguagem, reiterando sua posição dialógica. Há o ato ilocutório do enunciador (ordem) e o efeito perlocutório do enunciatário (resposta ativa). Assim, de fato, a linguagem só se torna possível na prova porque cada locutor apresenta-se a si mesmo como sujeito que faz parte de um contrato social.

Pode-se observar, ainda, a escolha semântica de palavras como “correto”, “incorreto” ou “errado”, o uso do advérbio “não” e de verbos como “poder”, “dever”.

Exemplos de enunciados da FCC:

8 - O segmento grifado na oração acima pode [grifo nosso] ser corretamente substituído, sem alteração do sentido original, por...

12 - O sentido original da afirmativa acima está corretamente [grifo nosso] reproduzido, com outras palavras, da seguinte maneira:

14 - Deve ser colocada no SINGULAR a forma do verbo apresentado entre parênteses, que preencherá corretamente a lacuna da frase:

Exemplos de enunciados da ESAF:

1 - Assinale a opção incorreta em relação às idéias do texto.

2 - Assinale a asserção errada quanto aos sentidos e aos elementos lingüísticos do trecho abaixo.

13- Assinale a manchete de jornal ou revista em que foi introduzido erro gramatical.

Exemplos de enunciados da FUMARC:

2 - Tendo em conta o emprego do adjetivo pungido no texto e nos exemplos acima, pode-se dizer que este NÃO significa:

3 - Assinale a alternativa em que os sinônimos para as palavras sublinhadas no trecho acima transcrito estejam CORRETOS.

17 -Tendo em conta a adequação das formas de tratamento ao destinatário, na correspondência oficial, assinale a alternativa INCORRETA.

Dentre as 30 questões analisadas na prova da FUNDEP, aparecem 16 em que o enunciado se inicia com “é correto afirmar que”. São as questões 2, 3, 4, 5, 6, 8, 14, 15, 16, 18, 20, 25, 26, 27, 28 e 29. Há, ainda, a questão 7 que, apesar de não se iniciar com a expressão “é correto afirmar que”, utiliza esses termos no meio do enunciado.

Exemplos de enunciados da FUNDEP:

2 - É CORRETO afirmar que, nessa frase, a palavra destacada significa...

7 - Considerando-se as idéias explicitadas no texto, é CORRETO afirmar que, nessa frase, está expresso o difícil relacionamento entre...

10 - Assinale a alternativa que apresenta uma frase cujo sentido NÃO pode ser comprovado pelo que está expresso no texto.

Essa escolha lexical reitera a posição contratual do elaborador como sujeito agente que pressupõe o saber. Há a afirmação de que existe uma dada questão correta ou incorreta, que se deve ou não substituir um termo. Ou seja, o elaborador afirma, no enunciado, um fato que tem de ser aceito pelo candidato, e este deve fazer o que se pede.

Faz-se importante mencionar também que os termos estruturais apontados acima não aparecem na prova elaborada pelo CESPE. Acreditamos que isso se deva ao fato de ser o CESPE a única das instituições analisadas que trabalha com o sistema de certo e errado. Por isso, basta o imperativo no enunciado para que o candidato seja obrigado a avaliar cada afirmação. Esse procedimento dispensa o uso de dois pontos ou preposição, por exemplo, que obrigariam o candidato a completar uma afirmação inicial, encontrando uma determinada resposta.

Por fim, o tempo verbal da enunciação usado em muitas questões é o presente, o que Mangueneau (2005) chama de tempo histórico (enunciação anafórica). Esse fato contribui para a sensação de objetividade que se procura transmitir em um enunciado. Mesmo quando se usam os tempos de passado ou de futuro, o que é raro, utiliza-se o modo indicativo, o que mantém a objetividade dos enunciados. Além disso, há, como visto anteriormente, a presença do imperativo, o que reforça a objetividade dada por meio de uma ordem.

Após a análise de todos esses enunciados de questões, procuramos refletir sobre o que faz da prova um texto que obriga o candidato a ter uma resposta ativa. Vimos que a estruturação das provas é o principal fator. Com base nisso, podemos afirmar que um enunciado de prova é produto de um processo enunciativo complexo – ao mesmo tempo monológico (já que a elaboração da prova é anterior à sua aplicação) e dialógico (já que, no momento da aplicação da prova, o candidato marca uma dada resposta, tendo uma resposta ativa).

Nesse complexo processo enunciativo, o discurso didático é validado sócio-historicamente pela posição contratual de seus agentes, o que mantém a importância social dessa prova e faz com que a sociedade a aceite como forma lícita de avaliação de alguém. Isso pode ser observado socialmente, já que muitos sujeitos inseridos em nossa sociedade defendem que um concurso só é lícito se o candidato é escolhido por meio legal, o que só ocorre, como vimos no capítulo I, por meio de uma prova.

Resumidamente, após a análise de todas as questões, podemos inferir que o elaborador procura utilizar, na preparação de uma prova, estruturas linguísticas que mantenham a impressão de verdade, evitando subjuntivos e uso de 1ª pessoa, além de usar um léxico que reforça a ideia de objetividade. Isso gera um efeito relevante, por transmitir a ideia de que as questões não foram concebidas por um “elaborador”, uma instituição responsável, e sim parecem ser fatos dados. Essa maneira de agir reduz a ocorrência de recursos, já que evita discussão por parte do candidato que, devido à estrutura linguística, vê a prova como fato e marca a questão que julga correta, assumindo, assim, o contrato.

3.2. IDEOLOGIA(S) PRESENTE(S) NAS PCPS

O conceito de ideologia é bastante amplo. Prova disso é que cada teórico conceitua a ideologia de um modo diferente. Na análise do discurso de linha francesa, nas décadas de 60 e 70, o conceito era de extrema relevância.

Para Althusser (2006), por exemplo, a ideologia está vinculada ao imaginário do indivíduo em relação à própria existência, ou seja, a ideologia está no inconsciente do sujeito. Já para Pêcheux (1977), há uma ideologia dominante em relação a uma ideologia dominada. Assim, Pêcheux (1977) impele o pensamento marxista para a análise da ideologia.

Em sua obra *Por Uma Análise Automática do Discurso*, Pêcheux acaba por evidenciar as ilusões do sujeito que fala e, além disso, discute a ideia de que o sentido depende da formação discursiva a que o texto pertence. Para o autor (1977, p.82), “... o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio” e tem como modo de resposta aquilo que “... o funcionamento da instituição autoriza ao ouvinte” Assim, “... A e B designam lugares

determinados na estrutura de uma formação social” e são “... lugares representados no processo discursivo”. Há, portanto, “... formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem”, e isso possibilita o processo discursivo. Essas formações imaginárias, por sua vez, são dadas ideologicamente.

Fiorin (2000) relata que o discurso é formado de elementos linguísticos que são usados para exprimir pensamentos. Para ele, o sistema produz o discurso e

[...] o conjunto de elementos semânticos habitualmente usado no discurso de uma dada época constitui a maneira de ver o mundo numa dada formação social. Esses elementos surgem a partir de outros discursos já construídos, cristalizados e cujas condições de produção foram apagadas. (FIORIN, 2000, p.19)

Para o autor, o discurso não expressa a falsa consciência, uma vez que essa é formada pelo conjunto de discursos interiorizados pelo indivíduo. Ainda segundo Fiorin (2000), o discurso reproduz o conflito ou a heterogeneidade, assim um discurso cita outro discurso.

A ideologia, de acordo com esse teórico, é interpretada como o conjunto de ideias que explicam a ordem social, a condição de vida de um ser humano e sua relação com os outros homens. Para Fiorin (2000, p.29), não há um conhecimento neutro, já que sempre haverá “... o ponto de vista de uma classe a respeito da realidade.” Assim, ao mesmo tempo em que a ideologia constrói a realidade, é constituinte dela.

Ainda para Fiorin (2000, p.74) a linguagem “... condensa, cristaliza e reflete as práticas sociais”, assim, o discurso reflete o nível da aparência da realidade. A formação discursiva materializa a ideologia, que é um fenômeno de superestrutura.

Por ser bastante global, já que a ideologia está em tudo que nós, humanos, concebemos no mundo, esse conceito passou a ser menos usado a partir das décadas de 70 e 80 pelos analistas do discurso vinculados à linha francesa. Porém, estamos analisando discursivamente provas elaboradas para concursos públicos e, se uma formação ideológica é a visão de mundo de um grupo social e essa visão não existe sem a linguagem, entende-se que a prova é uma forma de linguagem que permitiria descobrir a

visão ideológica do enunciador (elaborador / instituição) que é, por sua vez, suporte de uma ideologia.

Bakhtin (2006, p.31) relata que “... *um produto ideológico faz parte de uma realidade, mas reflete e refrata outra e cada ‘signo ideológico’ seria não apenas um reflexo, uma sombra da realidade*”. Por isso, optamos por trabalhar o conceito de ideologia vinculando-o a Bakhtin (2006), por entendermos que cada discurso, ao mesmo tempo em que reflete (mantendo) também refrata (alterando) uma ideologia. Deve-se, portanto, compreender as visões discursivas refletidas e refratadas em uma dada prova para se perceber a ideologia presente no texto. Assim, a ideologia é sempre atual e, por isso, pode-se pensar que a ideologia de cada indivíduo ou grupo social é reflexo de um sistema social e, ao mesmo tempo, modifica essa mesma sociedade.

Para Bakhtin (2006), a ideologia é um conceito fundamental. Em sua obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, esse autor explica que Marx procurava estabelecer uma ligação direta entre o que ocorria nas estruturas socioeconômicas e o que se refletia na ideologia, ou seja, segundo Bakhtin (2006), o conceito de ideologia, para Marx, ora estava na consciência de cada um, ora estava pronto no mundo.

Bakhtin (2006), por sua vez, afirma que a ideologia não é algo pronto e acabado, dado na consciência do homem. No seu entender, há uma ideologia do cotidiano, que é dada socialmente e que é instável, e uma ideologia que seria vinculada aos sistemas ideológico constituídos, essa tenta dar uma concepção a cada sistema (escola, igreja), é uma concepção dominante e que é mais estável que a ideologia dada socialmente. A união dessas formas daria um conceito completo do que designamos *ideologia*.

Assim, a ideologia não é uma falsa consciência, ou a expressão de uma ideia qualquer, mas é uma tomada de posição, ou seja, há uma movimentação entre as ideias estáveis e as instáveis. E, nesse movimento, constrói-se aquilo que socialmente tem valor, constrói-se a ideologia de uma dada sociedade.

Nesse sentido, a ideologia não é um fenômeno de infraestrutura e sim de superestrutura, já que a ideologia está no processo de relação com a infraestrutura, em uma relação

dada pelos signos de uma língua e pela capacidade de os signos estarem presentes em todas as relações sociais.

Bakhtin (2006) explica que grupos organizados nas sociedades possuem os seus valores e, portanto, possuem uma ideologia. No entanto, esses grupos sociais estão em constante contato com outros grupos sociais e, por isso, as visões ideológicas desses grupos podem mudar. Disso resulta que, ao mesmo tempo em que um grupo reflete uma ideologia, mantendo-a, essa mesma visão ideológica se modifica, sofrendo o que o autor chamou de refração.

Dessa forma, podemos entender que a ideologia dominante procura manter sua dominação, tentando conferir ao signo ideológico uma imutabilidade, ocultando os valores sociais. No entanto, a ideologia do cotidiano não tem como ser excluída e, por isso, há um processo de reflexão e, ao mesmo tempo, um processo de refração ideológica.

Por exemplo, por muito tempo houve um discurso que aqui chamamos de tradicional, um discurso em que a gramática normativa era o *padrão*, era a representação da *norma culta padrão* presente na sociedade, um discurso oficial e bastante estável na sociedade. Com o advento da linguística, há uma movimentação nesse discurso estável e, portanto, uma possível mudança naqueles discursos produzidos por quem faz da língua um instrumento de trabalho, por exemplo. Há, devido à linguística, a possibilidade de uma mudança ideológica. Isso não significa que o discurso tradicional inexistia, mas ele já não é único.

Para compreendermos melhor esse processo, faz-se necessária uma avaliação tanto em relação aos conceitos de língua vigentes em diferentes épocas quanto ao modo como essas diferentes concepções afetaram as práticas pedagógicas.

Precisamos analisar, ainda, o fato de que a língua já foi vista como um sistema estrutural, fechado em si mesmo. Segundo essa concepção estruturalista, a língua é vista como um código que sustenta diversos usos linguísticos, mas que pode ser apreendida em um “uso correto”. Para Saussure (2006, p.28), “... a língua é uma abstração, que rege o comportamento lingüístico [...] – a ‘fala’ nem sempre corresponde às regras”. Nesse estudo, a unidade máxima é a frase descontextualizada.

Essa forma de pensar a língua a concebe como um sistema perfeito e canoniza uma forma padrão bastante prescritiva. Nessa fase, entendia-se que avaliação de língua era sinônimo de avaliação de gramática normativa, sem nenhum tipo de contextualização. Uma prova, então, deveria, segundo esse pensamento, avaliar apenas o que foi estabelecido nas gramáticas normativas. Consideramos essa uma análise tradicional da língua.

Posteriormente, a língua passou a ser analisada como uma atividade mental. Nessa concepção, a língua foi considerada uma capacidade inata do ser humano e, portanto, foi entendida como uma atividade interior do ser humano. O principal teórico dessa fase, no século XX, é Chomsky, que retomou o pensamento racionalista de Port Royal (século XIX). Mas essa maneira de perceber a língua, da mesma forma que ocorria na época do estruturalismo, ainda estuda frases soltas, descontextualizadas. Chomsky chega a criar as frases que estuda em sua gramática gerativa. Nessa fase, houve certa evolução, pois o conhecimento prévio do aluno passou a ser considerado. Mas, na prática, a maioria das provas ainda selecionava candidatos que tivessem principalmente o domínio da norma culta padrão, demonstrando que o discurso que estamos considerando tradicional ainda era relevante.

Atualmente a língua tem sido analisada como uma atividade social e, especialmente devido à sociolinguística, a língua passou a ser vista como um fenômeno heterogêneo que depende de fatores temporais, geográficos e sociais. Outro fator importante nessa mudança foi o estudo da enunciação (processo de produção da linguagem). Para Bakhtin (2006), a língua é um processo de evolução sem interrupção, que se realiza no dialogismo, ou seja, na interação verbal.

Hoje não é possível pensar a língua como um sistema de signos fechado, há uma atividade mental destinada à inter-relação. Por isso, o certo e o errado deixam de ser valores absolutos, passa-se a priorizar o estudo textual, a análise das estruturas do texto e prioriza-se a linguística textual, a análise do discurso e da conversação, o que consideramos um discurso atualizado.

3.3. CONTRATO E IDEOLOGIA

Como vimos anteriormente, os contratos presentes nas provas de concursos são múltiplos. Vimos também que a ideologia é um conceito adjacente a todo processo linguístico. Consideramos, nessa análise, a questão de que todo contrato é ideológico.

O contrato é ideológico a partir do momento em que o Eu comunicante e o Tu interpretante possuem ideologias e, no contrato, procuram mantê-las, prová-las. O contrato é também ideológico na medida em que os sujeitos do contrato precisam submeter-se às suas restrições, ou seja, precisam partilhar a crença de um grupo e, portanto, uma ideologia.

Segundo Charaudeau (2006), a situação de comunicação constitui um “valor simbólico”, e essa situação de comunicação regula práticas sociais que, por sua vez, são instauradas pelos indivíduos. O contrato é parte da situação e, se a ideologia é uma troca simbólica, só se pode pensar em um contrato ideológico.

Nessa breve análise, podemos pensar bastante a respeito do que está por trás da escolha de uma dada questão. Ao elaborar uma prova, a instituição acaba por refletir a ideologia que possui e o que espera de um dado candidato. E esse candidato, ao assumir esse contrato, ao aceitá-lo, partilha uma dada ideologia com essa instituição.

Se novamente observarmos os números daquilo que, de maneira geral, foi exigido em cada prova, perceberemos ainda melhor as diferenças do que se espera de cada candidato.

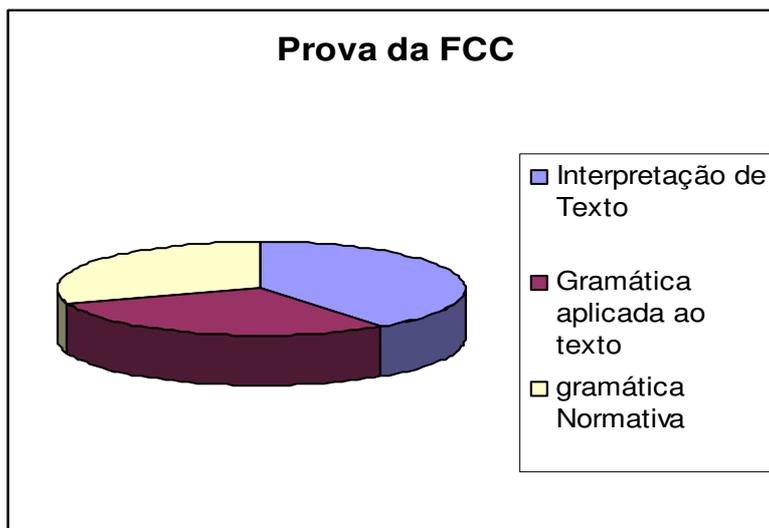


GRÁFICO 6

Na primeira prova analisada, a da FCC, por exemplo, 40% das questões são de interpretação de texto, 30%, de gramática aplicada ao texto e 30%, de gramática normativa, como mostra o Gráfico 6 acima. Mas o que está por trás desses números? Podemos verificar que, ao escolher um grande número de questões de interpretação de texto e de gramática aplicada ao texto, totalizando 70% das questões, a instituição reflete uma ideologia que consideramos atualizada, de acordo com o que os acadêmicos julgam relevante hoje. Ou seja, percebe-se a exigência de um candidato que consiga analisar o texto, compreendê-lo e analisar as estruturas contidas nele. Mas a gramática normativa ainda é relevante, há um discurso tradicional ainda presente na análise.

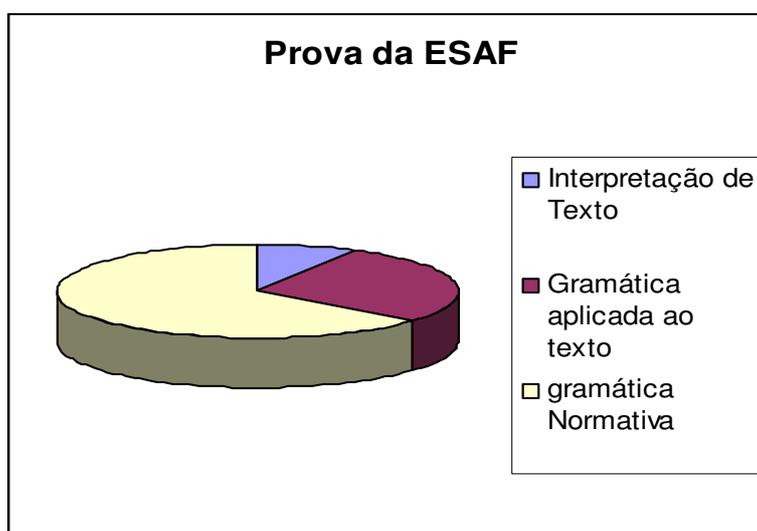


GRÁFICO 7

Na prova da ESAF, representada no Gráfico 7, pode-se perceber que 8% das questões são de interpretação de texto; 28%, de gramática aplicada ao texto e 64%, de gramática normativa. Podemos observar que, ao escolher um grande número de questões de gramática normativa, a instituição reflete uma ideologia que consideramos tradicional, ou seja, há a exigência de um candidato que conheça as normas dadas pela gramática normativa, ainda que não consiga analisar o texto nem as estruturas contidas nele. Mas, mesmo nesse caso, o texto e a gramática aplicada ainda aparecem como parte de prova.

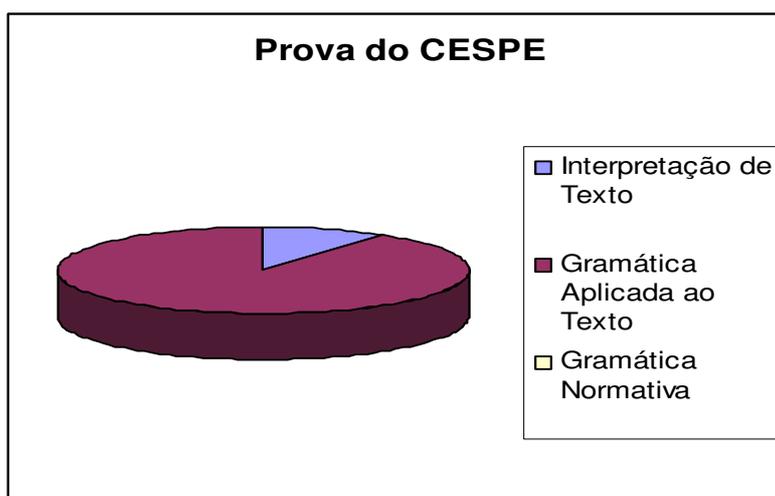


GRÁFICO 8

Como ilustra o Gráfico 8, na prova do CESPE, por exemplo, 10% das questões são de interpretação de texto e 90%, de gramática aplicada ao texto. Dentre as provas analisadas em nosso trabalho, a dessa instituição é a única que não apresentou questões de gramática normativa. Inicialmente, pode-se afirmar que esta prova reflete, portanto, uma forma de pensamento mais atualizada. Por trás da escolha de questões de gramática aplicada ao texto, percebemos a importância desse discurso acadêmico atual que tenta demonstrar que o conhecimento da gramática normativa não é o conhecimento da língua, e que saber uma língua é conseguir entender as estruturas dessa língua em uso.

No entanto, observa-se que, assim como não há questões de gramática normativa puras, são poucas as questões de interpretação de texto. Constatamos não ser relevante, nesse caso, uma compreensão global do texto, mas, sim, uma análise das estruturas em uso nesse texto, o que não isenta a instituição do discurso tradicional. Essa ausência de questões de interpretação global de texto nos leva a pensar se, de fato, pode-se afirmar

que o discurso é atual ou se esse discurso é uma nova forma de exigência de gramática. Ou seja, ao mesmo tempo em que a prova reflete o discurso acadêmico, ela refrata esse mesmo discurso atual e acadêmico.

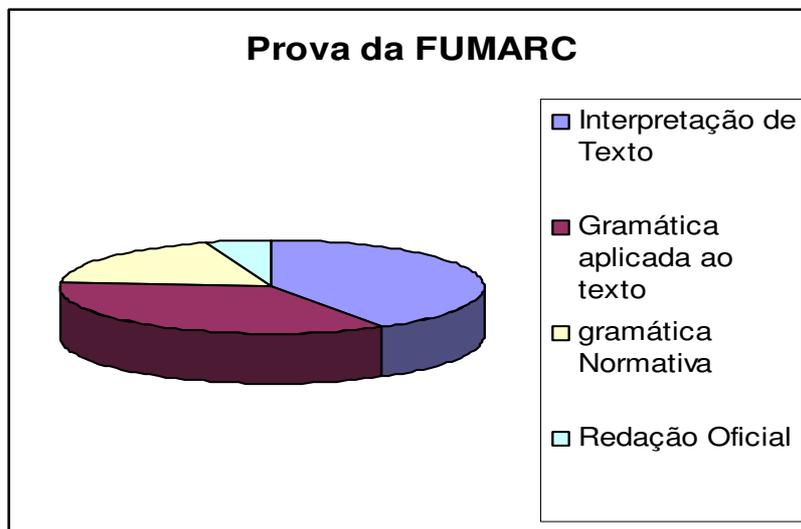


GRÁFICO 9

De acordo com o Gráfico 9, na prova da FUMARC 42,5% das questões são de interpretação de texto; 35%, de gramática aplicada ao texto; 17,5%, de gramática normativa e 5%, de redação oficial. Os dados demonstram que, para a presente banca, a análise textual é bastante relevante, mas, assim como em instituições anteriores, não pode o candidato se furtar a conhecer a gramática normativa, pois os dois discursos estão presentes na prova. Além disso, é relevante ressaltar a importância dada à redação oficial, matéria útil para os que com ela deverão trabalhar, mas que foi exigida na prova sem que constasse no edital. No entanto, essas questões também diziam respeito a elementos gramaticais dentro da análise dos elementos oficiais, o que faz com que o discurso seja considerado tradicional. A prova da FUMARC, assim como as outras provas analisadas, possui mais de um discurso.

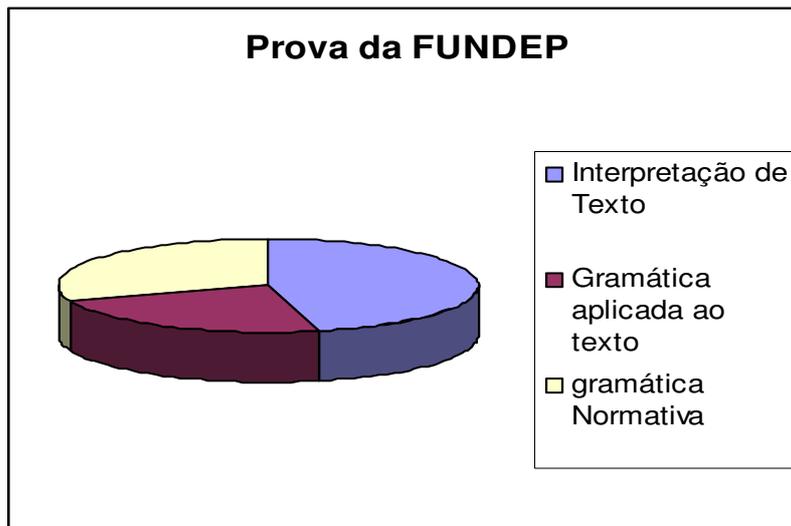


GRÁFICO 10

Na prova da FUNDEP, como deixa claro o Gráfico 10, 46,5% das questões são de interpretação de texto; 23,5%, de gramática aplicada ao texto e 30%, de gramática normativa. Nessa prova, assim como naquela da Fundação Carlos Chagas, a interpretação de texto e a gramática aplicada ao texto representam 70% das questões. Entretanto, há diferenças: na prova da FUNDEP, as questões em que o candidato tem de analisar o texto são em maior número do que as da outra instituição. A gramática normativa aparece na mesma porcentagem. Percebemos que, mesmo em uma instituição acadêmica como a FUNDEP, que pertence à UFMG, o candidato ainda terá de conhecer a gramática normativa.

Em suma, nas cinco provas de Língua Portuguesa elaboradas para concursos públicos que foram analisadas na presente pesquisa há uma concomitância de ao menos dois discursos. Há questões de interpretação textual em todas elas, além de questões de gramática aplicada ao texto. No entanto, há também questões de gramática tradicional em quatro das cinco provas analisadas. Todas as instituições, sem exceção, ainda mantêm vínculo com o discurso que, por muito tempo, foi considerado dominante. Prova disso é que, mesmo na única instituição que não apresenta questões de gramática tradicional (CESPE), para responder às questões de gramática aplicada, o candidato, muitas vezes, necessita dominar a gramática normativa.

Percebemos, dessa forma, a presença de, no mínimo, dois discursos e, portanto, de, no mínimo, duas ideologias, que são reforçadas pelo contrato no momento em que o

candidato marca uma dada resposta. Consequentemente, verificamos a mudança do discurso tradicional para o atualizado em cada uma dessas instituições e, ao mesmo tempo, a manutenção desse discurso tradicional, refletindo e refratando, assim, o discurso linguístico que aqui chamamos de tradicional e o discurso que aqui denominamos atualizado.

3.4. O “DISCURSO DE OUTREM” EM PROVAS DE INTERPRETAÇÃO TEXTUAL

Todas as PCPs que estamos analisando contêm questões de interpretação textual. Nessa parte do capítulo, pretendemos demonstrar como essas questões são complexas na estrutura da prova. Isso ocorre porque o candidato não tem de interpretar o texto dado, ele o reinterpreta, já que precisará responder a questões de provas elaboradas por um enunciador que já passou pelo processo de interpretação.

Nessa breve análise, trabalharemos três conceitos bastante imbricados: dialogismo, intertextualidade e polifonia. Tentaremos conceituá-los para chegar à análise de que a prova, além de ser dialógica e de conter intertextualidade, é também polifônica.

Para Bakhtin (2006), a natureza social do que se fala está vinculada às condições de comunicação e essas estão ligadas às estruturas sociais. Assim, o signo é uma materialização da comunicação e é, portanto, social. Dessa forma, só há comunicação entre indivíduos socialmente organizados. O autor acrescenta que todo discurso traz consigo outro(s) discurso(s), ou seja, há sempre um dialogismo, mesmo quando há um texto escrito.

O livro, isto é, o ato de fala impresso, constitui igualmente um elemento da comunicação verbal. Ele é objeto de discussões ativas sob a forma de diálogo e, além disso, é feito para ser apreendido de maneira ativa [...]. (BAKHTIN, 2006, p.127)

Como dissemos anteriormente, consideramos as provas dialógicas. Se até um livro é dialógico, como afirma Bakhtin (2006), uma prova, então, necessariamente o é, já que, em uma prova, o candidato também se enuncia, respondendo ativamente ao que é questionado pelo elaborador.

O conceito de intertextualidade no livro *Intertextualidades: Teoria e Prática*, de Paulino (1995), explica que as produções humanas se encontram em constante inter-relação, já que só se descobrem coisas novas devido à apropriação de conhecimentos anteriores. Assim, o movimento de uma interpretação de texto faz parte de uma espécie de semiose cultural. Em épocas diferentes, por exemplo, não entenderemos o mesmo texto da mesma forma, pois já não seremos a mesma pessoa. Isso demonstra o quanto o contato com outras obras modifica o próprio leitor. Nesse sentido, a intertextualidade é de grande relevância, já que explica a relação entre os diversos textos.

No capítulo 2 deste trabalho, verificamos que, em provas como a elaborada pela FUMARC, o candidato precisa ter a capacidade de correlacionar diversos textos. Em outras provas, como a elaborada pela FCC, o texto contém referências que podem dificultar a análise caso o candidato não conheça previamente essa referência. Observe um fragmento do primeiro texto da prova do TCE:

Tem a (ilha) dos Estados, a dos Pombos, e das Antas e das Batatas e esta outra que faço questão de inventar uma história para ela: a ilha Lucrécia, tão bórgia! Onde príncipes, cardeais, assassinos e outros figurantes, entre eles, uma turma ilustríssima de poetas e artistas, se dedicam às mais diversificadas aventuras em torno dessa dama egrégia. Furo sensacionalíssimo de reportagem: Lucrécia, a magnífica, em Minas Gerais, numa ilha particular, tão particular que nela só pode ter acesso minha fantasia deste momento e você, se me der crédito e o prazer de acompanhar-me até lá...

Se o candidato nada soubesse sobre Lucrécia Bórgia – filha ilegítima do papa Alexandre VI, que matava por envenenamento cardeais contrários ao papado de seu pai –, esse fragmento do texto pareceria bastante complexo. Nesse caso, ainda que a instituição não apresentasse questões sobre esse assunto específico, o texto ficaria obscuro para alguns candidatos.

Para analisarmos a polifonia, partiremos do *Dicionário de Análise do Discurso* de Charaudeau e Maingueneau (2006, p.384). Segundo o *Dicionário*, esse vocábulo foi emprestado da música e se refere à multiplicidade de pontos de vista de um texto. Já era termo recorrente na década de 20, tendo sido usado por Bakhtin (2008) no livro que escreveu sobre Dostoiévski e sua obra, qualificada por aquele linguista como polifônica.

Ainda segundo o *Dicionário*, Ducrot foi o responsável por introduzir efetivamente o conceito de polifonia nos estudos linguísticos na década de 80, apesar de não ter desenvolvido plenamente uma “teoria da polifonia”. Devido à inexistência de uma teoria propriamente dita, o conceito de polifonia se torna bastante maleável.

Na presente pesquisa, vamos usar o conceito de polifonia vinculado a uma pluralidade de vozes, ou seja, poderíamos entender como polifonia as diferentes vozes instauradas no discurso, demonstrando essas vozes diferentes pontos de vista. O texto polifônico seria, então, oposto ao monofônico, que teria apenas uma voz. A polifonia é o principal conceito que abordaremos nessa parte. Maingueneau, no livro *Análise de textos de Comunicação*, afirma que a problemática da polifonia foi introduzida por Bakhtin.

Foi M. Bakhtin, lingüista russo, quem introduziu essa noção para o estudo da literatura romanesca; a partir de então, ela vem sendo utilizada na lingüística para analisar os enunciados nos quais várias ‘vozes’ são percebidas simultaneamente. (MAINGUENEAU, 2005, p.138)

Não podemos nos furtar a analisar essa questão porque, como afirmamos anteriormente, todas as provas que examinamos possuem questões de interpretação textual. Entendemos que, para que o candidato interprete esse tipo de questão, ele deverá analisar uma série de vozes presentes em uma dada prova. Diante disso, consideramos a prova de concurso uma produção dialógica o que se justifica nos enunciados e nas respostas das questões que o candidato deverá marcar. Mas, no que se refere à análise textual, consideramos a prova também polifônica, que é o que discutiremos a seguir.

Inicialmente, é importante compreender que o texto dado para a interpretação é o discurso de outro inserido na prova. O enunciador da prova tornou-se um enunciatário ao ler o texto e o internalizou, de alguma forma, ao interpretá-lo. Posteriormente, o inseriu em uma prova e o colocou em questões, escolhendo partes dele ou idéias globais, exigindo do candidato uma compreensão similar à que ele teve.

Cada um dos elementos enunciativos significativos isoláveis de uma enunciação e a enunciação toda são transferidos nas nossas mentes para um outro contexto, ativo e responsivo. A compreensão é uma forma de diálogo; ela está para a enunciação assim como uma réplica está para a outra no diálogo. (BAKHTIN, 2006, p.137)

Como já expusemos anteriormente, se o enunciado da prova constitui um diálogo entre enunciador e enunciatário e mantém um contrato entre dois parceiros, apesar de uma produção inicial monologal por parte do elaborador da prova, a parte de interpretação de texto representa uma grande polifonia, já que há diálogos que se entrecortam.

Há a voz do enunciador da prova, atuando como enunciatário da enunciação textual, e a voz do enunciatário da prova, e essas vozes atuam mutuamente. Melhor dizendo, um elaborador escolhe um dado texto para ser analisado, há, portanto, uma voz inicial, que é voz do autor do texto que será interpretado na prova. Porém, pode haver vários textos na prova e, em alguns casos, pode a prova exigir do candidato que ele relacione esses textos (intertextualidade), ocorrendo, desse modo, várias vozes em uma mesma prova.

Mas a prova não se restringe a essas vozes, não há somente a voz ou as vozes do autor ou dos autores do(s) texto(s) de referência. O elaborador, ao escolher um dado texto ou alguns textos, o(s) interpreta para criar as questões de interpretação de texto e elabora afirmações a respeito do que leu. Portanto, em cada enunciado de questão textual, há também a voz do elaborador da prova.

O candidato, por sua vez, ao marcar uma determinada resposta, explícita a própria voz, e não apenas interpreta a voz ou as vozes presentes no texto de referência. Além disso, ele interpreta o que está sendo exigido nas questões e, portanto, interpreta também a voz do elaborador. Entende-se, pois, que as questões de interpretação envolvem alto grau de complexidade enunciativa em um processo que, em si, já apresenta grande complexidade, qual seja, o de uma prova.

Precisamos entender que aquele que apreende a enunciação não é um ser “*mudo*”, como explica Bakhtin (2006, p.153-154), mas é “... *um ser cheio de palavras interiores*” e, ao mesmo tempo em que escuta, prepara a “... *réplica interior e o comentário efetivo [...] fundidos na unidade da apreensão ativa, [...]*” os dois planos de apreensão no contexto narrativo que envolve o discurso citado. O complicador das questões de interpretação de texto se confirma quando inferimos que, afinal, o locutor da prova compreende e cita o locutor do texto para o interlocutor responder de acordo com a compreensão do primeiro.

Para que o enunciado mantenha a objetividade mesmo nessa complexidade enunciativa, o “discurso de outrem”, muitas vezes, é explicitado, em estilo linear, em um discurso relatado. Para Bakhtin (2006, p.156), “... quanto mais dogmáticas forem as palavras, menos a apreensão apreciativa admitirá a passagem do verdadeiro ao falso, do bem ao mal, e mais impessoais serão as formas de transmissão do discurso de outrem”. Esse fato pode ser verificado nas provas de nosso corpus:

Exemplo de questões da FCC:

3- Ensandeco? Não. (início do 2º parágrafo)

O autor retoma a mesma idéia, exposta acima, na frase:

- (A) ... ouço ainda a voz dos mais velhos...
- (B) ... não sei se homenagem a Tiradentes ou alusiva a um dono qualquer de uniforme.
- (C) ... que faço questão de inventar uma história para ela...
- (D) ... que nela só pode ter acesso minha fantasia deste momento...
- (E) ... conservo a justa medida das coisas, até no absurdo.

8- ... se me der crédito e o prazer de acompanhar-me até lá... (final do 2º parágrafo)

O segmento grifado na oração acima pode ser corretamente substituído, sem alteração do sentido original, por

- (A) ... caso me dê...
- (B) ... enquanto me der...
- (C) ... para que me dê...
- (D) ... embora me seja dado...
- (E) ... à medida que me der...

Exemplo de questões da FUNDEP:

2- “[...] determinar o que é [...] ‘real’ não é trivial.” (linhas 2-3)

É CORRETO afirmar que, nessa frase, a palavra destacada significa

- A) ambíguo.
- B) estranho.
- C) incomum.
- D) simples.

20-“Quem nunca viveu — ou ainda vive — situações semelhantes no edifício onde mora?” (linhas 4-5)

É CORRETO afirmar que, no texto, as situações a que se refere a frase transcrita são

- A) ambíguas.
- B) constrangedoras.
- C) inconcebíveis.
- D) irreais.

Exemplo de questões da FUMARC:

6- Não me lembro da reação que tive, é possível que tenha levado as meninas para outro canto, mas tenho certeza de que nem alarmado fiquei.

Assinale a alternativa em que a palavra nem tenha sido utilizada com o mesmo valor que apresenta no texto, na frase acima transcrita.

- a) Ninguém na comitiva falava francês nem alemão.
- b) Ninguém sabe o dia de amanhã nem pode adivinhar.
- c) Abri a geladeira e nem uma garrafa d’água encontrei.
- d) Não faria nada diferente do que fiz, nem que fosse necessário.

21- I. contrair, em geral de modo súbito, os músculos faciais, em consequência de uma impressão alegre ou cômica; achar graça em.

II. assumir expressão alegre, feliz, geralmente esboçando um sorriso de alegria, manifestar fisionomicamente satisfação, prazer; sorrir.

Tendo em conta as acepções de rir, acima, transcritas do dicionário Houaiss, e o emprego desse verbo na segunda estrofe do texto II, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Apenas a acepção I é compatível com o significado que o verbo assume no poema, dado que o riso, ainda que admissível para animais, não coaduna com a cena que se descreve.
- b) Apenas II é compatível com o significado que o verbo assume no poema, visto que a ação de rir é tipicamente humana.
- c) Ambas as acepções são perfeitamente aplicáveis, considerando-se que, conforme o próprio autor observa, trata-se de um riso “espúrio e bufão”, manifestado durante uma convulsão.
- d) Nenhuma das duas explica o verbo rir no poema.

Nesses exemplos, tem-se a citação direta do texto, usada para dar objetividade aos enunciados da prova, dando a impressão de que o enunciado elabora-se a si mesmo, eximindo o enunciador das responsabilidades ideológicas inerentes às escolhas por ele feitas.

Quando o enunciador cita no discurso direto a fala de alguém, não se coloca como responsável por essa fala, nem como sendo o ponto de referência de sua ancoragem na situação de enunciação. (MAINGUENEAU, 2005, p.138)

Entendemos, assim, que, de todas as questões de Língua Portuguesa analisadas em nossa pesquisa, que utilizou cinco provas de cinco diferentes instituições no *corpus*, as questões de interpretação textual são as que apresentam maior complexidade enunciativa.

CONSIDERAÇÕES

FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos na presente pesquisa refletir a respeito das provas de concursos e, para tanto, analisamos cinco provas de ensino médio elaboradas por cinco diferentes instituições que atuam na área de concursos públicos. A relevância da presente análise é evidente, já que estamos em um momento de crise em que é grande a procura pela estabilidade no emprego.

Vimos que o ato de avaliar é subjacente à sociedade humana, mas que a avaliação por meio de provas só ocorreu a partir do momento em que as escolas se tornaram comuns. Já as provas objetivas se tornaram relevantes em razão da necessidade de se avaliar um grande número de pessoas de tal forma que a opinião do professor não fosse levada em conta, ou seja, de forma objetiva. Por isso, esse tipo de prova é a mais comum na área de concursos, uma vez que critérios subjetivos na escolha de um funcionário público não podem ser concebidos.

Estruturalmente, verificamos que os enunciados das provas são basicamente elaborados na 3ª pessoa, contendo verbos principalmente nos modos indicativo e imperativo, mas, mesmo no caso do uso do indicativo, exigindo uma resposta, como se o imperativo fosse a base, usando-se, portanto, o modo enunciativo. Essa escolha estrutural faz com que as questões da prova pareçam objetivas, ou seja, o candidato não percebe as ideologias presentes em uma dada prova, não percebe a voz do elaborador, é como se tudo o que lá está fosse um fato, uma verdade absoluta. Isso mantém o contrato social vigente, já que o candidato, ao escolher uma dada resposta para uma dada questão, aceita o contrato.

Percebemos, ainda, que, ao aceitar o contrato, marcando uma dada resposta, o candidato está mantendo uma estrutura dialógica na prova, apesar de ter essa prova uma produção inicial monológica por parte do elaborador.

Porém, analisamos também o fato de que, apesar de a produção inicial de uma PCP ser monológica, o elaborador representa não a si próprio, mas uma dada instituição que, por sua vez, foi contratada por alguém para elaborar a prova. Isso faz com que, mesmo nessa produção monológica, haja discursos distintos, pois, em uma prova, o elaborador

não faz aquilo que deseja, mas aquilo para o que foi contratado, podendo, portanto, sofrer pressões para elaborar questões de acordo com o que deseja o contratante.

Diante disso, podemos perceber que cada instituição exige diferentes porcentagens de questões de gramática normativa, gramática aplicada ao texto e de interpretação textual, refletindo e ao mesmo tempo refratando ideologias presentes em nossa sociedade, o que chamamos, aqui, de discurso tradicional e de discurso atualizado. Ao realizarmos nossa análise, percebemos que, de fato, pelo menos duas ideologias podem ser encontradas nas referidas provas: uma, que ainda reflete o pensamento que vincula o estudo de língua ao estudo de gramática normativa; e outra, atrelada ao meio acadêmico que entende ser mais relevante o estudo de gramática aplicada ao texto e de análise textual. Entretanto, faz-se importante ressaltar que, como todo discurso reflete e refrata uma ideologia, não se pode afirmar que uma instituição reflita apenas um discurso tradicional ou apenas um discurso atualizado, pois, afinal, as ideologias presentes em uma prova são muitas.

Entendemos, ainda, que os contratos presentes em uma prova são múltiplos, e que os parceiros são ligados pelo contrato que é assumido no momento em que o candidato responde às questões da prova, ainda que não dê a resposta esperada por aquele que a elaborou.

Analizamos também a complexidade das questões de interpretação de texto que hoje estão presentes em provas de todas as instituições, tendo maior ou menor relevância nas instituições analisadas, mas carregando consigo múltiplas vozes, fazendo da prova um texto polifônico.

Por fim, percebemos que, por trás das escolhas feitas por uma instituição que elabora uma dada prova de concurso, há pretensões que refletem os discursos produzidos por um dado grupo e selecionam esse ou aquele candidato. Ou seja, por trás de uma questão, de uma prova, há o perfil de um determinado indivíduo. Diante das diferentes exigências linguísticas de cada instituição, podemos, enfim, afirmar que o perfil do candidato que cada instituição almeja é diferente, ou seja, cada instituição determina o que considera relevante para que cada candidato seja aprovado.

Com a presente dissertação, esperamos ter contribuído para a análise de provas de concursos públicos e também para a análise de provas objetivas de forma geral. A reflexão sobre esse assunto, que é muito amplo, ainda é incipiente. Não pudemos esgotar a complexidade do que aqui analisamos, mas esperamos que este trabalho possa nos instigar a aprender mais sobre os discursos presentes em provas.

Sabemos não haver muitos trabalhos que avaliem o processo de produção de uma prova. Não encontramos nenhuma pesquisa anterior que tivesse analisado provas de concursos públicos da perspectiva estrutural e discursiva, apesar da grande importância do concurso público na atualidade. Esperamos que esta seja apenas uma análise inicial, e que ela abra o caminho para muitas outras.

REFERÊNCIAS

- ALTHESSUR, L. *Aparelhos ideológicos do Estado*. São Paulo: Graal, 2006.
- BAKHTIN, M. *Problemas da Poética de Dostoiévsk*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2008.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral II*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Unicamp, 1988.
- BRAIT, B. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: CARNEIRO, A. D. (org.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001. p. 23-38.
- CHARAUDEAU, P. Para uma nova Análise do Discurso. In: CARNEIRO, A. (org.). *O discurso na mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996. p. 5- 43.
- COSTA VAL, Maria da Graça. *Redação e Textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- COSTA VAL, Maria da Graça. *Da frase ao discurso: pequeno panorama dos estudos lingüísticos*. Belo Horizonte: CEALE/FAE/UFMG, 1997.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- DUCROT, O. Enciclopédia Einaudi. In: *Linguagem – Enunciação*. Lisboa, 1984.
- EMEDIATO, W. A enunciação comunitária dos gêneros discursivos. In: EMEDIATO, W.; MACHADO, I. L.; MENEZES, W. (orgs.). *Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade*. Belo Horizonte: UFMG/ NAD, 2006a.
- EMEDIATO, W. Organização enunciativa e modalização no discurso didático. In: LARA, G. (org.). *Língua(gem), texto e discurso entre a reflexão e a prática*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006b.
- ESTEVES, O. P. *Testes, medidas e avaliação*. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito, 1968.
- FAVERO, L. L. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 1991.
- FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2000.
- KOCH, I. G. V. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2004.
- MAINGUENEAU, D. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2005.

- MARI, H. Percepção do sentido: entre restrições e estratégias contratuais. In: MARI, H. *et al.* (orgs.). *Ensaio em análise do discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002.
- MEDEIROS, E. B. *As provas objetivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- MELLO, R. A construção de sentidos cooperação discursiva na enunciação. In: LARA, G. M. P. (org.). *Língua(gem), texto, discurso: entre a reflexão e a prática*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p.107-115.
- MELLO, R. A relação professor/aluno e o contrato de comunicação. In: Machado, I. L. (org.). *Movimentos de um percurso em AD*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2005. p. 53-74.
- MELLO, R. *Reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004.
- MELLO, R. Os múltiplos sujeitos do discurso no texto literário. In: MELLO, R. (org.). *Análise do Discurso em perspectivas*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2003. p.33-50.
- PAULINO, G.; CURY, M. Z. *Intertextualidades: teoria e prática*. Belo Horizonte: Lê, 1995.
- PÊCHEUX. M. Por uma análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). *Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: UNICAMP, 1977.
- SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- TRASK, R. L.; *Dicionário de linguagem e lingüística*. São Paulo: Contexto, 2004.

Referências de sites

- ACHEI CONCURSOS. Disponível em: < www.acheiconcursos.com.br >. Acesso em 20 dez. 2007.
- ATRAVÉS de concursos, governo pretende contratar mais de 50 mil este ano. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2009. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/01/27/atraves-de-concursos-governo-pretende-contratar-mais-de-50-mil-este-ano-754157357.asp> > Acesso em: 27 jan. 2009.
- BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990*. Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. Disponível em: < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 05 ago. 2008.
- BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997*. Altera dispositivos das leis nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências. Disponível em: < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 05 ago. 2008.

BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 05 de outubro de 1988. Disponível em: < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 05 ago. 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Lei de Diretrizes e Bases*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: < ftp://ftp.fnde.gov.br/web/siope_web/lei_n9394_20121996.pdf.> Acesso em: 06 jun. 2008.

CENTRO DE SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Disponível em: <www.cespe.unb.br>. Acesso em: 07 set. 2008.

CENTRO DE SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Edital nº 1 - 2007/003 - BB, de 12 de julho de 2007*. Disponível em: <www.cespe.unb.br>. Acesso em: 07 set. 2008.

CENTRO DE SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Prova de Língua Portuguesa do Banco do Brasil - seleção externa regional para formação de cadastro de reserva no nível da carreira administrativa*. Disponível em: <www.cespe.unb.br>. Acesso em: 15 dez. 2007.

DOCA, G. *OIT prevê até 2,4 milhões de novos desempregados na América Latina e Caribe em 2009*. *O Globo*, 27 jan. 2009. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/01/27/oit-preve-ate-2-4-milhoes-de-novos-desempregados-em-america-latina-caribe-em-2009-754161558.asp>>. Acesso em 27 jan. 2009.

ECONOMIA mundial crescerá 0,5% e o Brasil 1,8% em 2009. Disponível em: < <http://noticias.uol.com.br/ultnot/economia/2009/01/28/ult35u66728.jhtm>>. Acesso em 28 de janeiro de 2009.

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA. Disponível em: <www.esaf.fazenda.gov.br>. Acesso em: 07 set. 2008.

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA. *Prova de Língua Portuguesa da Controladoria-Geral da União - cargo: técnico de finanças e controle*. Disponível em: <www.esaf.fazenda.gov.br>. Acesso em: 27 dez. 2008.

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA. *Edital ESAF nº 02 de 08 de janeiro de 2008 - concurso público para provimento de cargos de analista de finanças e*

controle e de técnico de finanças e controle da controladoria-geral da união – CGU.

Disponível em: <www.esaf.fazenda.gov.br>. Acesso em: 27 dez. 2008.

FMI prevê para 2009 o pior crescimento global desde a 2ª Guerra. Folha Online, 28 jan.

2009. Disponível em: <

<http://noticias.uol.com.br/ultnot/economia/2009/01/28/ult35u66728.jhtm>>. Acesso em

30 de janeiro de 2009.

FUJITA, L. *Qual foi a primeira escola?* Planeta Sustentável. Disponível em: <

www.mundoestranho.abril.com.br>. Acesso em: 15 abril 2008.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Disponível em: <www.fcc.org.br>. Acesso em: 07 set. 2008.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Edital N° 02/2006 para provimento de cargos efetivos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.* Disponível em:

<www.fcc.org.br>. Acesso em: 07 set. 2008.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Prova de Língua Portuguesa para provimento de cargo efetivo de Auxiliar de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - Caderno de Prova do cargo B02, tipo 001.* Disponível em:

<www.fcc.org.br>. Acesso em: dia dez. 2007.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA. Disponível em: <

www.fundep.br>. Acesso em: 15 dez. 2007.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA. *Edital n° 01, de 20/04/2007 para o cargo de Oficial de Justiça e Oficial Judiciário TJ/MG.* Disponível em:

< www.fundep.br >. Acesso em: 15 dez. 2007.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA. *Prova de Língua Portuguesa do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Prova n. 104 para os cargos de oficial judiciário e de oficial de justiça.* Disponível em: < www.fundep.br >.

Acesso em: 15 dez. 2007.

FUNDAÇÃO MARIANA RESENDE COSTA. Disponível em: <www.fumarc.com.br>.

Acesso em: 07 set. 2008.

FUNDAÇÃO MARIANA RESENDE COSTA. *Edital n.º 01, de 30 de maio de 2007-concurso público para provimento de cargos do quadro permanente dos serviços auxiliares do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.* Disponível em:

<www.fumarc.com.br>. Acesso em: 07 set. 2008.

FUNDAÇÃO MARIANA RESENDE COSTA. *Prova de Língua Portuguesa para o cargo 04*. Disponível em: <www.fumarc.com.br>. Acesso em: dia dez. 2007.

FUNDAÇÃO MARIANA RESENDE COSTA. Disponível em: <www.fumarc.com.br>. Acesso em: 07 set. 2008.

GIRALDI, R. Ministro sinaliza que governo poderá rever a realização de concursos públicos. *Folha Online*, Brasília, 27 jan. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u495008.shtml>> Acesso em: 27 jan. 2009.

HORTA, J. O negócio é fazer concurso. *Super Notícia*, Belo Horizonte, 3 mar. 2009. Disponível em: < <http://www.otempo.com.br/otempo/noticias/?IdNoticia=104665> >. Acesso em: 15 abril 2009.

JC CONCURSOS. Disponível em: <www.jcconcursos.com.br>. Acesso em 19 set. 2007.

LIMA, J. R. *O processo histórico da avaliação*. Artigonal. Disponível em: < www.artigonal.com/educação-online-artigos >. Acesso em: 02 jun. 2008.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Fazenda. *Lei nº 869 de 05 de julho de 1952*. Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais. Disponível em: < www.fazenda.mg.gov.br >. Acesso em: 05 ago. 2008.

PCI CONCURSOS. Disponível em: <www.pciconcursos.com.br>. Acesso em 25 set. 2007.

PRE ON LINE. Disponível em: <www.preonline.com.br>. Acesso em 25 nov. 2008.

TAKAHASHI, P. Concursos públicos vão abrir 64.540 vagas. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 26 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao_4/2009/01/26/em_noticia_interna.id_sessao=4&id_noticia=96700/em_noticia_interna.shtml> Acesso em: 26 jan. 2009.

VIEIRA M. *Desemprego avança em Minas, mas surgem novas vagas no estado*. Estado de Minas. 27 jan. 2009. Disponível em: < http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao_4/2009/01/01/em_noticia_interna.id_sessao=4&id_noticia=93952/em_noticia_interna.shtml > Acesso em: 27 jan. 2009.

Anexos

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Concurso Público para provimento de cargo efetivo de
Auxiliar de Controle Externo

Nº de Inscrição
MODELO

Caderno de Prova, Cargo B02, Tipo 001
0000000000000000

00001-001-001

PROVA
Conhecimento Gerais Conhecimento Específicos Conhecimentos Especializados

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 20 questões numeradas de 1 a 20.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala outrossim caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão objetiva que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, entregue este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Abril/2007

CONHECIMENTOS GERAIS
Português

Atenção: As questões de números 1 a 9 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Ilhas de Minas, no vôo das palavras

(...) Agora, você já viu coisa mais mineira, caligraficamente sutil e bonita como geografia, do que a ilha da Cabeça do M, junto ao cachoeirão do M, um M líquido, bordado em espuma cadente, inicial-resumo do santo nome de Minas? Do vértice do M cai a espuma, a envolver de nuvens essa maior ilha de Minas, que é a própria Minas, tida como constelação de montanhas, mas por isso mesmoilhada, alta ilha, ilha alterosa, a tamanha altura do nível do mar, ilha suspensa.

Ensandeco? Não. São as ilhas que subvertem a razão natural, interrompendo a continuidade do mundo. Elas se isolam orgulhosas ou prudentes. Mas vamos adiante. Se estamos no rio Doce, cheguemos à ilha irônica do Talaveira, do maturrango, do mau cavaleiro, do bisonho lidar com lavoura ou gado. Minas gosta de brincar com o imperfeito. E acha nomes engraçados para suas ilhas, como a da Pindaíba (ouço ainda a voz dos mais velhos: "Estou numa pindaíba danada."), tem a dos Casados e a das Marias; a do Periquito e a do Alferes, não sei se homenagem a Tiradentes ou alusiva a um dono qualquer de uniforme. Tem a dos Estados, a dos Pombos, e das Antas e das Batatas e esta outra que faço questão de inventar uma história para ela: a ilha Lucrécia, tão borgia! Onde príncipes, cardeais, assassinos e outros figurantes, entre eles, uma turma ilustríssima de poetas e artistas, se dedicam às mais diversificadas aventuras em torno dessa dama egrégia. Furo sensacionalíssimo de reportagem: Lucrécia, a magnífica, em Minas Gerais, numa ilha particular, tão particular que nela só pode ter acesso minha fantasia deste momento e você, se me der crédito e o prazer de acompanhar-me até lá...

Não, desisto de surpreender Lucrécia em sua ilha cativa. Minas é surrealista, concordo, mas sem exagero; conservo a justa medida das coisas, até no absurdo. Fiquemos por aqui, você e eu habitando em pensamento as ilhas que afloram em Minas, que enfloram Minas, essa ilha maior balançando no alto dos montes e serras...

(Carlos Drummond de Andrade. **Prosa seleta.**
Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003, p. 812.)

1. De acordo com o texto,

- (A) os diferentes nomes atribuídos a ilhas nem sempre têm relação com a natureza que elas mostram ou com fatos específicos que justifiquem a origem desses nomes.
- (B) a natureza geográfica de Minas desperta a imaginação de seus habitantes, capazes de atribuir-lhes nomes distanciados de qualquer fato da realidade.
- (C) o Estado de Minas é visto, por extensão, como uma ilha, por tratar-se de um território cercado de montanhas, portanto isolado e limitado por elas.
- (D) a idéia de haver uma ilha habitada por uma única mulher, por mais famosa que seja, ultrapassa qualquer possível lógica na ordem dos fatos da vida real.
- (E) a atribuição de características humanas às ilhas, como o sentimento de orgulho, prova que elas realmente estão além da ordem natural das coisas em todo o mundo.

2. É correto inferir do texto que

- I. orgulho e prudência podem ser características perfeitamente atribuíveis aos mineiros, a partir da comparação com as ilhas.
- II. Minas Gerais é berço de artistas ilustres do passado, que encontraram campo magnífico em suas ilhas para concretizar suas fantasias.
- III. ilhas, por caracterizarem descontinuidade, permitem aos poetas e artistas a criação de sonhos e de fantasias, mesmo contrárias à realidade.
- IV. ilhas não precisam necessariamente receber nomes, tendo em vista sua uniformidade e seu isolamento geográfico.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

3. Ensandeco? Não. (início do 2º parágrafo)

O autor retoma a mesma idéia, exposta acima, na frase:

- (A) ... ouço ainda a voz dos mais velhos...
- (B) ... não sei se homenagem a Tiradentes ou alusiva a um dono qualquer de uniforme.
- (C) ... que faço questão de inventar uma história para ela...
- (D) ... que nela só pode ter acesso minha fantasia deste momento...
- (E) ... conservo a justa medida das coisas, até no absurdo.

4. A alteração da pontuação altera também o sentido original do texto no par:

- (A) Mas vamos adiante.
Mas, vamos adiante.
- (B) Minas gosta de brincar com o imperfeito. E acha nomes engraçados para suas ilhas ...
Minas gosta de brincar com o imperfeito e acha nomes engraçados para suas ilhas ...
- (C) ... a do Periquito e a do Alferes, não sei se homenagem a Tiradentes ou alusiva a um dono qualquer de uniforme.
... a do Periquito e a do Alferes – não sei se homenagem a Tiradentes ou alusiva a um dono qualquer de uniforme.
- (D) Não, desisto de surpreender Lucrécia em sua ilha cativa.
Não desisto de surpreender Lucrécia em sua ilha cativa.
- (E) ... Minas é surrealista, concordo, mas sem exagero...
... Minas é surrealista (concordo), mas sem exagero...

5. ... as ilhas que afloram em Minas, que enfloram Minas... (último parágrafo)

Os verbos grifados acima, considerando-se seu significado, apresentam-se

- (A) como palavras de sentido diferenciado, embora sejam bastante semelhantes formalmente, fato que lhes confere valor estilístico.
- (B) como sinônimos, numa clara intenção estilística de realce do que se afirma.
- (C) como um jogo de palavras, em que a segunda retoma o sentido da primeira, de maneira intencionalmente redundante.
- (D) com valor de oposição de sentido entre eles, no contexto em que se encontram.
- (E) com gradação do sentido apontado por eles, pois o segundo amplia o sentido do primeiro.

6. *Agora, você já viu coisa mais mineira...* (início do texto)

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o do grifado acima está na frase:

- (A) Do vértice do M cai a espumarada...
- (B) ... que é a própria Minas...
- (C) ... que subvertem a razão natural...
- (D) Se estamos no rio Doce...
- (E) ... cheguemos à ilha irônica do Talaveira...

7. Fiquemos por aqui ... (último parágrafo)

O emprego da forma verbal grifada acima denota, no contexto,

- (A) fato percebido como real e imediato.
- (B) indicação de uma conjectura.
- (C) limites imprecisos da realização de um fato.
- (D) dúvida quanto à possibilidade de uma ação presente.
- (E) sugestão que envolve uma possível ação.

8. ... se me der crédito e o prazer de acompanhar-me até lá... (final do 2º parágrafo)

O segmento grifado na oração acima pode ser corretamente substituído, sem alteração do sentido original, por

- (A) ... caso me dê...
- (B) ... enquanto me der...
- (C) ... para que me dê...
- (D) ... embora me seja dado...
- (E) ... à medida que me der...

9. *E acha nomes engraçados para suas ilhas, como a da Pindaíba...* (I)

“Estou numa pindaíba danada.” (II)

Considere o que registra o Dicionário Houaiss a respeito do vocábulo grifado nas frases acima, do 2º parágrafo do texto:

1. arbusto nativo do Brasil, de ramos flexíveis, folhas lanceoladas grandes e frutos comestíveis;
2. aguardente de cana, cachaça;
3. ausência de dinheiro.

É correto afirmar que o sentido do vocábulo grifado nas frases I e II está, respectivamente, em

- (A) 1 e 1.
- (B) 2 e 3.
- (C) 1 e 3.
- (D) 3 e 2.
- (E) 3 e 1.

Atenção: As questões de números 10 a 16 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

O medo nos domina quando estamos vendo um filme de terror ou tentando pular na piscina, mas, sem ele, não seríamos nada. Na ausência do medo, não teríamos nenhuma reação em situações de perigo, como a iminência de o carro ir de encontro a um poste. Essa proteção acontece involuntariamente: a sensação de temor chega antes às partes do cérebro que regem nossas ações involuntárias do que ao córtex, a casca cerebral onde está o raciocínio.

Além desse medo primordial, existe o medo criado pela mente. Medos imaginários são tidos como a causa de várias atitudes que tomamos para ter uma vida digna, saudável e estável, como comprar uma casa ou tentar uma promoção. Sem medo, nossa vida teria poucos objetivos e preocupações.

O medo é um conceito fundamental para Freud, o pai da psicanálise. Segundo ele, é o medo da castração, de ser ridicularizado ou menos amado que faz os homens lutarem por objetivos e se submeterem a provas sexuais e sociais. Sem medo, poderíamos ficar sem motivação para competir, inovar, sermos melhores do que o vizinho. Pior: viveríamos no caos, já que o medo da culpa e do castigo é raiz para instituições e religiões. “O medo se reproduz na forma da autoridade física e espiritual”, afirma a psicanalista Cleide Monteiro. “Ele está na base de instituições que podem ser opressoras, mas fazem a sociedade andar para a frente, longe de barbáries.”

(Adaptado de Leandro Narlock. **Superinteressante**, Fevereiro de 2006, p. 46.)

10. De acordo com o texto, o medo é um sentimento

- (A) fundamental, que costuma dar origem à insegurança no convívio diário de pessoas, na vida familiar ou no trabalho.
- (B) ancestral, que possibilitou a sobrevivência da humanidade e sua organização social no decorrer dos tempos.
- (C) constante, especialmente para pessoas que se encontram expostas a perigos reais, como por exemplo, na direção de um carro.
- (D) que surge na mente das pessoas, tendo em vista a necessidade de uma organização que permita a vida em sociedade.
- (E) de certa forma destrutivo, pois impede que pessoas realizem certas atividades indispensáveis ao desenvolvimento social.

11. Identifica-se um efeito e sua causa imediata, respectivamente, no segmento:

- (A) ... não teríamos nenhuma reação em situações de perigo, como a iminência de o carro ir de encontro a um poste.
- (B) ... a sensação de temor chega antes às partes do cérebro que regem nossas ações involuntárias do que ao córtex...
- (C) Além desse medo primordial, existe o medo criado pela mente.
- (D) ... viveríamos no caos, já que o medo da culpa e do castigo é raiz para instituições e religiões.
- (E) “Ele está na base de instituições que podem ser opressoras, mas fazem a sociedade andar para a frente...”

12. ... o medo da culpa e do castigo é raiz para instituições e religiões. (3º parágrafo)

O sentido original da afirmativa acima está corretamente reproduzido, com outras palavras, da seguinte maneira:

- (A) ... instituições e religiões criam o conceito de medo, como apoio para a culpa e o castigo nelas existentes.
- (B) ... o medo das instituições e religiões tem amenizado sentimentos de culpa e castigo na história da humanidade.
- (C) ... o medo de ser castigado por erros culposos foi enterrado, no decorrer dos tempos, por instituições e religiões.
- (D) ... instituições e religiões reviram os conceitos de possível culpa e de castigo, trazidos desde o início pelo medo.
- (E) ... o medo resultante da culpa e da possibilidade de castigo é a base em que se apóiam instituições e religiões.

13. Essa proteção acontece involuntariamente ... (1º parágrafo)

A expressão grifada acima aplica-se, considerando-se o contexto,

- (A) ao córtex, sede do raciocínio.
- (B) à reação em situações de perigo.
- (C) à ausência do medo.
- (D) a uma ação voluntária.
- (E) ao medo imaginário.

14. Deve ser colocada no SINGULAR a forma do verbo apresentado entre parênteses, que preencherá corretamente a lacuna da frase:
- (A) As sensações de temor (**atingir**) o córtex sempre depois de desencadear nossas ações involuntárias.
 - (B) Sem o medo, não (**existir**) leis ou instituições jurídicas para julgar os atos de violência.
 - (C) Polícia e religião, instituições surgidas em função de sentimentos de culpa e castigo, (**controlar**) a ordem dentro da sociedade.
 - (D) A ausência dos sentimentos de culpa e de pecado (**poder**) provocar discussões, brigas e assassinatos, sem qualquer controle.
 - (E) Filmes de terror e a iminência de um perigo (**despertar**) a sensação de medo, como uma forma de proteção à existência humana.

15. A expressão **de que** preenche corretamente a lacuna da frase:
- (A) A sensação de medo surge perante o desconhecido é importante para nossa segurança física.
 - (B) A rapidez reagimos a um perigo iminente constitui uma reação involuntária de temor.
 - (C) As informações dispomos nem sempre são suficientes para impedir o sentimento de pânico no dia-a-dia.
 - (D) As noções de culpa e de castigo se referem os códigos morais não teriam sentido se não houvesse o medo.
 - (E) Leis são dispositivos deve apoiar-se a sociedade, para a garantia da ordem pública.

16. A reação sensação de medo é essencial para nossa segurança física e o temor medidas de controle social impede-nos de fazer o mal outras pessoas.

As lacunas da frase acima estarão corretamente preenchidas, respectivamente, por

- (A) à - a - a
- (B) à - à - a
- (C) à - à - à
- (D) a - a - à
- (E) a - a - a

Atenção: As questões de números 17 a 20 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Se o desafio pode ser expresso em termos matemáticos, ninguém melhor do que um computador para resolvê-lo. É por isso que, sem descargas de adrenalina nem riscos de infarto, cérebros eletrônicos estão substituindo o homem em decisões de investimentos nos principais centros financeiros do planeta. Esses robôs já administram 1,5 trilhões de dólares – o equivalente a 7% do volume mundial gerido por fundos de investimentos. Ininterruptamente, analisam o mercado e compram e vendem ações, moedas e commodities. Um estudo feito com base em setenta fundos americanos geridos por esses sistemas, chamados de quantitativos, demonstrou que os analistas virtuais por vezes apresentam melhor desempenho do que os rivais de carne e osso.

As máquinas começam a representar um contraponto estridente ao mundo analógico dos investimentos. Esses novos fundos têm outra singularidade: não são administrados por economistas, mas, normalmente por físicos, matemáticos e engenheiros. Os robôs investidores usam conceitos e técnicas computacionais baseados na teoria do caos. Tal doutrina defende a idéia de que sempre é possível encontrar ordem, mesmo em fenômenos tidos como caóticos. Um exemplo: antes de soltar um lápis no ar, não há como saber exatamente o que vai acontecer com ele ao tocar o chão. Mas, assim que é solto, as primeiras informações sobre seu movimento permitem prever o restante da trajetória de queda. Os fundos quantitativos processam as variações no mercado financeiro, que correspondem ao início da descida do lápis, e estimam o que vem depois.

(Adaptado de Ana Paula Baltazar, VEJA, 18 de outubro de 2006, p. 100-101.)

17. Está correta a afirmativa a respeito do texto:

- (A) A teoria do caos contraria as mudanças ocorridas recentemente na economia mundial, em que profissionais das áreas afins têm sido substituídos por robôs.
- (B) Economistas ainda permanecem como os mais indicados para fazer investimentos financeiros, embora os computadores sejam capazes de complexas operações matemáticas.
- (C) Robôs que tomam decisões referentes a investimentos podem ser superados por físicos e matemáticos, devido ao caos que se instala, muitas vezes, no mercado financeiro.
- (D) Cresce o número de robôs que propiciam lucros investindo no mercado financeiro, o que aponta para uma tendência cada vez mais freqüente no mundo virtual da economia.
- (E) Estudos de física, como as explicações sobre a queda de um simples lápis, tornam-se um desafio para pessoas que investem no mercado financeiro, em todo o planeta.

18. – o equivalente a 7% do volume mundial gerido por fundos de investimentos. (1º parágrafo)
- O travessão introduz, no contexto,
- (A) especificação de sentido explicativo.
 - (B) repetição enfática de uma mesma informação.
 - (C) afirmativa destinada a provocar admiração.
 - (D) retificação necessária de uma afirmativa anterior.
 - (E) transcrição fiel de informação obtida em outra fonte.
-
19. A frase inteiramente correta é:
- (A) Surgiu ultimamente em todo o mundo novos fundos de investimentos, controlados por robôs, que vem aumentando cada vez mais.
 - (B) A defesa de aplicações financeiras realizadas por robôs baseiam-se na ausência de emoções geralmente ligadas à essa atividade.
 - (C) O volume de negócios gerenciados por computadores dobraram no último ano, ultrapassando a expectativa até mesmo dos pioneiros na área.
 - (D) Um grande número de investidores prefere mais as aplicações gerenciadas por um robô, que associam dados com rapidez imprecionante.
 - (E) As críticas que se fazem ao uso de computadores em aplicações financeiras consideram o fato de não estarem eles preparados para lidar com eventos inesperados.
-
20. Está INCORRETA a afirmativa a respeito da acentuação gráfica de palavras do texto:
- (A) *caóticos, fenômenos e técnicas estão entre as palavras obrigatoriamente acentuadas, sem exceção.*
 - (B) *ambas as formas verbais resolvê-lo e têm são acentuadas devido à posição da sílaba tônica.*
 - (C) *trajetória e início recebem acento gráfico pela mesma razão gramatical, segundo a norma culta.*
 - (D) *possível e lápis são palavras que se comportam de forma idêntica quanto à presença do acento gráfico.*
 - (E) *robôs e ninguém recebem acento gráfico por apresentarem a mesma posição da sílaba tônica.*

**CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO**

Gabarito

Prova Objetiva

Concurso Público - 2008

1

Cargo: TÉCNICO DE FINANÇAS E CONTROLE - CGU

Nome: _____ N. de Inscrição _____

Instruções

- 1- Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2- Verifique se o **Número do Gabarito**, colocado na quadricula acima, é o mesmo constante do seu CARTÃO DE RESPOSTA e da etiqueta colada na carteira escolar; esses números deverão ser indênticos, sob pena de prejuízo irreperável ao seu resultado neste processo seletivo; qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de prova, cujo número do gabarito seja igual ao constante de seu CARTÃO DE RESPOSTAS.**
- 3- O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 4- Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:

“O sucesso da vida significa unicamente insistência e ação.”
- 5- DURAÇÃO DA PROVA: **5 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 6- Na prova há **25 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
- 7- No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar seus limites.
- 8- Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 9- Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 10- Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 11- Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.5 do edital regulador do concurso.
- 12- A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 13- Ao sair da sala entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

Boa prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

01) Assinale a opção **incorreta** em relação às idéias do texto.

Com a passagem da manufatura para a indústria, a produtividade do trabalho humano deu um grande salto, provocando uma larga dispensa de mão-de-obra. Legiões de trabalhadores desempregados alargavam o mar dos excluídos. Para muitos deles, a máquina passou a ser vista como a grande inimiga. E surgiram explosivas campanhas de quebra-máquinas. Até que as idéias se ajustaram na campanha internacional pela jornada de oito horas de trabalho, como uma forma de estabelecer um novo equilíbrio entre a produtividade-hora e a jornada diária de trabalho, atenuando os rigores da exploração capitalista. Com altos e baixos e à custa de sangue e mortes, a chamada “semana inglesa”, com as 48 horas semanais, terminou se impondo em todo o mundo.

Na década de 70 as centrais sindicais européias, ante os novos patamares de produtividade do trabalho, acompanhadas das ondas de demissão, levantaram a bandeira da jornada de 35 horas semanais, sob o lema de “trabalhar menos para trabalharem todos”. Na década de 80 a reivindicação foi assimilada. E no Brasil, a Constituição de 1988 acompanhou a tendência, consagrando a jornada de 44 horas semanais. Daquela época até agora, a produtividade continuou avançando com a telemática, a bioengenharia, a robótica, a informática e as novas formas de organização e gerenciamento da força de trabalho. E as demissões continuaram se alargando em todo o mundo, ampliando os contingentes do chamado exército industrial de reserva.

(Marcelo Mário de Melo, *Jornal do Comercio (PE)*, 31/01/2008.)

- a) O advento da máquina na indústria provocou uma grande onda de desemprego, pois a produtividade do trabalho aumentou exigindo menos mão-de-obra.
- b) A chamada “semana inglesa”, com jornada de 48 horas semanais, foi uma conquista dos trabalhadores alcançada com muita luta.
- c) Os ajustes para manter a semana de trabalho em torno de 44 horas garantiram o decréscimo das demissões e o pleno emprego no mundo ocidental.
- d) A Constituição brasileira de 1988, acompanhando a tendência mundial, consagrou a jornada semanal de trabalho de 44 horas.
- e) Para assegurar emprego para mais trabalhadores, as centrais sindicais européias, a partir da década de 70, defenderam a jornada semanal de 35 horas.

02) Assinale a asserção **errada** quanto aos sentidos e aos elementos lingüísticos do trecho abaixo.

- 1 Quando se achava que o Brasil já tinha visto tudo o que poderia ver em matéria de impostos, aconteceu algo jamais ocorrido antes neste país: um imposto que existia deixou de existir. Impostos, como é bem sabido, podem
- 5 mudar de nome, podem aumentar ou diminuir (em geral, aumentam), podem passar de uma esfera a outra dentro da administração pública, mas uma vez criados ficam aí para sempre. Eis que, justo às vésperas do Natal, o governo não consegue obter do Senado os votos de que
- 10 precisava para manter viva a CPMF, “contribuição” que era obrigatória e que, sob o disfarce de “provisória”, vinha tirando uma lasca de cada cheque emitido no país desde o remoto ano de 1996.

(Guzzo, J. R., “O fim de uma mentira”, *Exame*, 31/12/2007, p. 66)

- a) A extinção de um imposto no Brasil é apresentada no texto como algo surpreendente, como um fato inusitado.
- b) O emprego das aspas em “contribuição”(l.10) reforça o sentido de que a CPMF era essencial para a melhoria da saúde pública no Brasil.
- c) A oração “ficam aí para sempre”(l.7-8) é substituível por: nunca deixam de existir, sem prejuízo do sentido original do texto.
- d) O emprego da expressão “como é bem sabido”(l.4), no contexto em que está, dá a entender que a informação que vem a seguir não deve ser novidade para o leitor.
- e) O adjetivo “remoto” aplicado ao ano de 1996 favorece o entendimento de que o autor considera muito longo o tempo em que vigorou a CPMF.

03) Assinale a opção que dá continuidade ao trecho transcrito abaixo, respeitadas a coerência entre as idéias e a morfossintaxe da norma escrita padrão.

Os homens públicos brasileiros aceitam, com naturalidade, a permanência na vida brasileira de coisas injustas, como os impostos que comem quase 40% de tudo o que o Brasil produz _____

- a) de cuja parte significativa se destina a oferecer serviços à população mais necessitada.
- b) na má gestão dos recursos públicos.
- c) em favor dos quais se disponibiliza a população serviços de qualidade inferior.
- d) por via do aumento de impostos já existente ou da criação de novos.
- e) e em troca dos quais se oferecem serviços de qualidade infame.

(Com base em Guzzo, J. R. “O fim de uma mentira”, *Exame*, 31/12/2007, p. 67)

- 04) Assinale a opção que completa, com correção gramatical, o espaço do texto abaixo.

O êxodo de jogadores de futebol brasileiros para o exterior é uma tendência difícil de ser revertida a curto prazo. O que se observa é ainda mais calamitoso. Eles estão partindo para qualquer timezinho do exterior cada vez mais cedo, cada vez mais novos, sejam bons ou não. Se os clubes _____ tantos atletas para pequenos times da Europa ou de outros continentes.

- a) fossem mais bem administrados, não iriam
- b) fossem melhor administrados, não vão
- c) fossem mais bem administrados, não irão
- d) forem mais bem administrados, não iriam
- e) forem melhor administrados, não irão

- 05) Selecione a opção que completa o trecho com todas as palavras **corretamente** grafadas.

As bolsas de valores de todo o mundo foram marcadas ontem por fortes _____ (1) _____, diante da evidência de que a economia dos Estados Unidos está à beira de uma _____ (2) _____. Durante boa parte do dia operaram no vermelho, mas recuperaram o fôlego no encerramento. As _____ (3) _____ foram os pregões europeus, que fecharam no auge do nervosismo do mercado americano e amargaram baixa.

(Com base em Correio Braziliense, 10/01/2008, p. 15.)

	1	2	3
a)	oscilações	recessão	exceções
b)	ocilações	rescessão	excessões
c)	ossilações	rescessão	excessões
d)	oscilações	receção	esceções
e)	ossilações	resceção	exessões

- 06) Assinale a opção que completa as lacunas do trecho abaixo, respeitando os princípios de coerência, correção gramatical e adequação vocabular.

O servidor envolvido na prática de _____ (1) _____ disciplinares, objeto de processo administrativo, _____ (2) _____ a respeito dos depoimentos das testemunhas, _____ (3) _____ o inquérito jungir-se ao princípio do contraditório.

(<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/RevistaCGU>, acesso em 11/1/2008)

	1	2	3
a)	ilícitos	há que cientificar	em razão de
b)	transgressões	tem de contrariar-se	em caráter de
c)	inflações	deve tomar conhecimento	em virtude de
d)	infrações	há de ser notificado	em consequência de
e)	violações	tem de prevenir	em decorrência de

- 07) Assinale a opção que completa com correção gramatical e propriedade vocabular as lacunas do trecho abaixo.

O governo não se preparou para fazer frente ao corte de receitas de R\$ 40 bilhões. _____ (1) _____ buscar alternativas para compensar a morte anunciada, o Executivo contou com os recursos como se fossem permanentes. _____ (2) _____ a proposta orçamentária de 2008, _____ (3) _____ a previsão de arrecadação do tributo que, segundo a lei, estaria extinto.

(“Enterrar cadáveres”, Correio Braziliense, 15/1/2008, p. 16)

	1	2	3
a)	Ao invés	Comprova isso	onde inclui-se
b)	No lugar de	Há prova disso	na qual tem
c)	Em vez de	Prova disso é	onde tem
d)	Em vez de	Prova-o	em que consta
e)	No inverso de	É prova desse fato	que consta

- 08) Assinale a opção que preenche **corretamente** as lacunas do texto.

As perspectivas para o mercado agrícola continuam boas. Os preços internacionais estão __1__ nível alto, __2__ devem manter-se ao longo deste ano, em razão de fatores __3__ o bom desempenho das economias dos países em desenvolvimento, o uso de matérias-primas agrícolas __4__ produção de combustíveis e a redução da oferta de alguns produtos __5__ problemas climáticos.

	1	2	3	4	5
a)	num	no qual	como	para a	por causa de
b)	em	a que	seja	na	causadores de
c)	em um	em que	tais como	afim da	sob
d)	no	onde	tais	com a	sem
e)	a	por que	com	em uma	por

- 09) Leia a anedota abaixo e marque a asserção que interpreta **corretamente** seus sentidos e/ou seus componentes lingüísticos.

Um homem chega para uma senhora que estava tranqüilamente andando na rua e pergunta:

– Com licença, a senhora viu quem estava dobrando aquela esquina?

A senhora responde, prontamente:

– Não, quando eu vi, ela já estava dobrada...

- a) O advérbio “tranqüilamente” está modificando o sentido tanto do verbo “chega” quanto do verbo “andando”.
- b) Do ponto de vista gramatical e semântico, a substituição de “e pergunta” por: e inquiri-lhe manteria o primeiro parágrafo igualmente correto.
- c) O humor, a graça da anedota se deve à diferença de sentido que cada um dos personagens, em suas falas, deu ao verbo dobrar.
- d) O emprego da expressão “Com licença”, no contexto da anedota, tem a função semântica de realçar e fortalecer o sentido da pergunta.
- e) O sentido do primeiro parágrafo permanece inalterado se isolarmos com dupla vírgula o segmento: “que estava tranqüilamente andando na rua”.
- 10) São contrapostas duas “matrizes culturais” da idéia de nação: a “romântico-política”, inspirada em Herder e fundada no conceito de “Volk”, e a “iluminista-jacobina”, fundada no princípio de cidadania. Claramente, a distinção
- 5 pode ser aproximada de problemas ou dimensões salientados tempos atrás em certa literatura referente ao desenvolvimento do Estado nacional moderno: o problema da “identidade” (a nacionalidade como condicionante decisivo da identidade pessoal e objeto de
- 10 lealdade) e o da “igualdade” ou participação (a cidadania e seu enriquecimento e expansão, dos direitos civis e políticos aos sociais), aos quais se acrescenta o problema da “autoridade” (a edificação apropriada da aparelhagem burocrática e simbólica do Estado).

(Fábio Wanderley Reis, *Valor Econômico*, 14/01/2008.)

Estaria gramaticalmente correta a substituição:

- a) de “aos sociais” (l.12) por **até os sociais**.
- b) de “pode ser aproximada” (l.5) por **aproximam-se**.
- c) de “duas” (l.1) por **ambas**.
- d) de “se acrescenta” (l.12) por **acrescentam-se**.
- e) de “aos quais” (l.112) por **a quem**.

- 11) Exige-se acento circunfl exo nas terceiras pessoas do plural do presente do indicativo e do subjuntivo dos verbos **crer, dar, ler e ver** e seus derivados. Qual das opções atualmente foge da regra acima?

- a) Felizes os que creem.
- b) Não me deem conselhos.
- c) Ondas veem e vão.
- d) Os jovens de hoje leem pouco.
- e) Escritores relem seus escritos muitas vezes.

- 12) Assinale a opção em que o trecho foi transcrito com correção gramatical.

- a) Mas a grande maioria dos analistas econômicos não acredita que o Brasil possa estar entre os países mais atingidos por uma crise financeira externa.
- b) Talvez não chegue ao patamar de 2007, pela necessidade de se conterem um pouco a demanda interna para evitar que a inflação derivada dos alimentos contamine outros preços.
- c) Mesmo com toda a turbulência nos mercados financeiros internacionais, os prognósticos para a economia brasileira, em 2008 apontam para o crescimento.
- d) Há dez anos, a situação seria totalmente diferente. O que mudou? Em primeiro lugar, o próprio perfil da economia mundial. Nações classifi cadas na categoria de emergentes conseguiram, de lá para cá melhorar significativamente o quadro de seus balanços de pagamento.
- e) Aumentaram exportações, reduziram dívidas em valores absolutos ou relativos, ampliou as reservas cambiais, e se transformaram também em mercados relevantes dentro do comércio mundial.

(O Globo, 29/01/2008)

- 13) Assinale a manchete de jornal ou revista em que foi introduzido **erro** gramatical.

- a) Matérias-primas em alta e excesso de capacidade produtiva fazem do biodiesel um combustível fadado ao prejuízo em sua estréia nacional. (*Exame*, 31/12/2007)
- b) Redução nos furtos de equipamentos foi de quase 90% entre 2005 e 2007. Meta agora é coibir ocorrências referentes à veículos. (*UnB notícias ano 10, n. 81*)
- c) Decreto do Planejamento, que deve ser assinado nos próximos dias, vedará concessão de empréstimo por entidades de previdência. (*Correio Braziliense*, 15/1/2008)
- d) Se o seu cachorro é do tipo irrequieto, que não obedece a ninguém, não desanime. Especialistas garantem: todos são inteligentes e têm capacidade de aprender a cumprir comandos. (*Revista do Correio*, 1/4/2007)
- e) O balanço das contas é positivo e indica que o grau de vulnerabilidade externa do país a turbulências advindas dos mercados fi nanceiros internacionais é pequeno. (*Valor Econômico* 31/1/2008)

14) Assinale a opção em que o trecho do Editorial de O Estado de S. Paulo (14/01/2008 - com adaptações) foi transcrito com **erro** gramatical.

- a) Estudos preliminares indicam que o setor de agronegócios alcançou, no ano passado, um saldo superior a US\$ 50 bilhões em seu comércio exterior, sendo mais uma vez o grande responsável pelo bom desempenho da balança comercial do País.
- b) Os bons preços dos principais produtos agroindustriais exportados pelo Brasil em 2007 devem manter-se em 2008, embora não sejam esperadas muitas altas expressivas.
- c) Segundo a consultoria Tendências, com exportações de US\$ 61 bilhões e importações de US\$ 8,7 bilhões, o superávit do agronegócio brasileiro ficou em US\$ 52,3 bilhões, bem superior ao saldo de toda a balança comercial, que ficou em US\$ 40,04 bilhões.
- d) Entre 1994 e 2004, o agronegócio registrou continuamente saldos comerciais maiores do que o total da balança brasileira. A série foi interrompida em 2005 e 2006, quando seu superávit representou de 85% a 90% do superávit total.
- e) É muito provável que também em 2008 o agronegócio tenha papel decisivo no desempenho da balança comercial brasileira, embora as empresas de consultoria já identifiquem alguns fatores que podem afetar o crescimento de suas exportações.

15) Assinale a opção que corresponde a **erro** gramatical.

O governo, ao remover(1) obstáculos para a construção das grandes hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no rio Madeira, ao anunciar a retomada das obras da usina nuclear de Angra 3 e ao dar prioridade à(2) produção de gás natural no País, além dos programas de etanol e biodiesel, transmitiu confiança aos investidores no País. Outro bom sinal têm(3) sido a co-geração de energia pelas usinas canavieiras e as autorizações dadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para a construção de pequenas hidrelétricas, bem como(4) a disposição de empresas em investir em fontes alternativas de energia. Afastar a possibilidade de um gargalo energético até 2010, contando(5) com a colaboração da sociedade, fortaleceria, sem dúvida, o ânimo dos agentes econômicos.

(Gazeta Mercantil, 15/01/2008, Editorial.)

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

16) Assinale a opção em que o trecho do texto adaptado do Valor Econômico, 11/01/2008, apresenta **erro** gramatical.

- a) A acentuada perda de fôlego da economia americana coloca desafios consideráveis para as autoridades monetárias. A arma tradicional da redução dos juros é agora de duvidosa eficácia e não pode ser usada livremente.
- b) O resultado conjunto de estouro da bolha imobiliária e de uma bolha de crédito construída por empréstimos surpreendentemente generosos e amplos está sendo o corte da capacidade de endividamento do consumidor americano.
- c) Um dos grandes problemas é que os EUA acostumaram-se a essa via para crescer, deixando atrás de si um grande déficit no comércio e outro buraco nas contas públicas, ambos hoje cadentes.
- d) Recessão ou crescimento muito baixo — a economia americana parece condenada nos próximos trimestres a esta sina. À medida que se aprofundam a crise no mercado imobiliário residencial, seus efeitos se espalham por toda a economia.
- e) A desordem criada pelos grandes bancos no mercado de crédito teve como consequência perdas bilionárias em seus balanços. Ao que parece, há ainda muitos papéis invendáveis dentro das grandes instituições - mas fora dos balanços.

17) Assinale a opção que corresponde à única palavra ou expressão gramaticalmente **correta**.

Como nosso país constitui um Estado de Direito Democrático, é excusado(1) dizer que nenhuma lei ou ato normativo pode ser editado(2) se não estiver em consonância com a Constituição Federal. Por issomesmo, se acaso editado(3) atos que violem esses princípios, o STF atuará no sentido de declarar-lhe(4) ineficaz(5), por ofenderem a Constituição.

(Maurício Correa, "Temos o direito de sonhar", CB, 30/12/2007, p. 15, com alterações.)

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

- 18) Assinale a asserção **incorreta** a respeito da organização das idéias do texto, seus sentidos e elementos lingüísticos.

Seriam os furtos inconhos da espécie humana? Isso mesmo que deu para entender: inconhos, frutos que nascem pegados a outros. O trocadilho furtos/frutos saiu-me sem querer. Peço desculpas e repito a pergunta: nasceria o furto inconho, acoplado, pegado à espécie humana? Sim, porque as coisas que vemos aí, das mais humildes funções aos mais altos escalões, sugerem que o furto seja tão necessário quanto o oxigênio para a sobrevivência de nossa espécie.

(Eduardo Almeida Reis. "Furtos inconhos",
Correio Braziliense, 10/1/2008, p. 6)

- a) Há segmentos no texto em que o autor se dirige diretamente ao leitor.
b) Ao explicar o significado de "inconhos", o autor está acionando a função metalingüística da linguagem.
c) Ocorre também trocadilho em: Na vida tudo passa, até uva passa.
d) Iniciar texto com pergunta, como acontece nesse texto, é um recurso estilístico que desobriga o autor de responder, deixando ao leitor o processamento mental da resposta.
e) Ocorre comparação de igualdade no texto.
- 19) Assinale a opção **incorreta** quanto à presença ou ausência do acento grave indicador de crase.

- a) Modelo de publicidade da TV aberta terá que ser adaptado à era digital.
b) Compras ficarão à mão, bastando um clique no controle remoto.
c) As emissoras guardam a sete chaves seus testes de comerciais interativos, pois à que chegar mais perto do que o consumidor deseja vai obter mais ganhos com a interatividade plena da TV digital.
d) Os primeiros conversores aptos à interatividade plena (envio de dados às emissoras) devem chegar às lojas neste semestre.
e) Como as emissoras vão adaptar a forma de fazer propaganda, hoje baseada em audiência, a uma nova realidade, que vai permitir a interação?

(Com base em "Interatividade com sistema digital muda propaganda na TV", FSP, 6/1/2007, B4.)

- 20) Abaixo estão recomendações para evitar o estresse. Assinale a opção na qual os verbos estão conjugados, **corretamente**, na terceira pessoa do singular.

- a) Saboreie a vida, dai mais valor a suas experiências.
b) Aprende a dizer não. Peça ajuda sempre que necessário.
c) Pára e medite. Põe uma uva passa na boca. Note textura, cheiro e sabor.
d) Fique atenta à respiração. Inspira e expira lentamente.
e) Invista em prazeres: ouça música, leia, dê-se o direito de não fazer nada.

(Cristina Nabuco, "Para desacelerar",
Cláudia, junho 2007, p. 227.)

- 21) Analise as propostas de correção gramatical para o trecho de relatório abaixo e, a seguir, assinale a única opção que, em vez de corrigir, introduz **erro** ao trecho.

Procedemos o exame dos atos de gestão da unidade XX, ocorridos no período de 1o de janeiro a 31 de dezembro de 2005, por seleção de itens, em atendimento à legislação federal aplicável as diversas áreas e atividades examinados, com verifi cação, quanto à legitimidade dos documentos e dos atos de gestão que deu origem ao atual processo.

(<http://www.cgu.gov.br/Contas/2005/relatorio.pdf>, com alterações)

- a) Acrescentar preposição ao verbo "Procedemos", escrevendo-o assim: Procedemos ao
b) Passar para o plural o verbo "deu", reescrevendo-o assim: deram
c) Reescrever o trecho das linhas 4 e 5 com acento grave no "as". Assim: aplicável às diversas áreas
d) Flexionar o adjetivo "examinados" no feminino. Assim: examinadas
e) Acentuar grafi camente a palavra "itens", escrevendo-a assim: ítens
- 22) Assinale a opção em que o trecho retirado da Folha de S. Paulo (15/01/2008 - com adaptações) apresenta **erro** no emprego da vírgula.

- a) A inflação ofi cial, medida pelo IPCA, registrou alta de 4,46% em 2007, bastante próxima ao centro da meta, que é de 4,5%.
b) Essa alta reflete uma demanda doméstica e mundial aquecida por problemas na oferta de alguns produtos e, o uso crescente de áreas de lavouras para a produção de combustível.
c) A alimentação contribuiu com cerca de metade do índice.
d) A elevação dos preços foi puxada pelos alimentos, que ficaram 10,79% mais caros.
e) Os analistas econômicos projetam uma taxa de inflação de 4,29% para 2008, segundo o boletim "Focus". Permaneceria, assim, abaixo do centro da meta.

23) Assinale a opção em que o trecho de um relatório da CGU está transcrito com pontuação, grafi a e morfossintaxe **corretas**.

- a) Apesar das justificativas expostas pela recorrente, os argumentos foram insanáveis para extinguir a questão, em cuja razão houvermos por bem manter o posicionamento segundo o qual a parceria se trata de Contrato, e não de Convênio.
- b) Apesar das justificativas apresentadas pela recorrente, os argumentos não foram o bastante para elidir a questão, em razão da qual, mantemos o posicionamento no sentido de que a parceria de trabalho trata-se de Contrato, e não, de Convênio.
- c) Apesar das justificativas apresentadas pela recorrente, os argumentos não foram satisfatórios para ilidir a questão, em cuja razão, mantemos o posicionamento no sentido de que a parceria de trabalho se tratou de Contrato, e, não, de Convênio.
- d) Apesar das justificativas apresentadas pela recorrente, os argumentos não foram suficientes para elidir a questão, em razão do que mantemos o posicionamento segundo o qual a parceria de trabalho deu-se na forma de Contrato, e não de Convênio.
- e) Apesar das justificativas oferecidas pela recorrente, os argumentos não foram convincentes os suficientes a ponto de ilidir a questão, e, em razão disso, decidimos manter o posicionamento no sentido de que a parceria ocorreu sob a forma de Contrato, e, não, de Convênio.

(Adaptado de <http://www.cgu.gov.br/Contas/2005/relatorio.pdf>, acesso em 11/1/2008)

24) Assinale a opção inteiramente **correta** quanto à grafia, pontuação e morfossintaxe.

- a) O cerceamento de defesa, por ser um fato, não se presume; porém, deve ser demonstrado, diante do contexto do processo disciplinar.
- b) O cerceamento de defesa, por ser um fato, não se presume; porém, há de ser demonstrado, em face do contexto do processo disciplinar.
- c) O cerceamento de defesa, por ser um fato, não se presume. Porém, há que ser demonstrado, em face do contexto do processo disciplinar.
- d) O cerceamento de defesa – por ser um fato, não se presume –; porém, tem de ser demonstrado, face ao contexto do processo disciplinar.
- e) O cerceamento de defesa (por ser um fato) não se presume, porém, carece de ser demonstrado, face ao contexto do processo disciplinar.

(<http://www.cgu.gov.br/Publicações/RevistaCGU>, acesso em 11/1/2008)

25) Marque a opção **corretamente** pontuada.

- a) Febre amarela... A culpa é do macaco? Dizem, uns não: a culpa não é do macaco. Dizem, outros: e as vacinas, sempre, em quantidade insuficiente.
- b) Febre amarela: a culpa é do macaco. Dizem uns: não, a culpa não é do macaco, dizem outros. E as vacinas? Sempre em quantidade insuficiente.
- c) Febre amarela! A culpa é do macaco, dizem uns. Não a culpa, não é do macaco, dizem outros – e as vacinas, sempre em quantidade insuficiente.
- d) Febre amarela? A culpa é do macaco, dizem uns; não, a culpa não é do macaco, dizem outros; e as vacinas? Sempre em quantidade insuficiente.
- e) Febre amarela – a culpa é do macaco – dizem uns. Não a culpa não é do macaco. Dizem outros: e as vacinas... sempre em quantidade insuficiente!

BANCO DO BRASIL S.A

SELEÇÃO EXTERNA REGIONAL - 2007/003 - PARA FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO NÍVEL DA CARREIRA ADMINISTRATIVA

APLICAÇÃO: 16/09/2007

Cargo:
Escriturário

Caderno JULIET

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno - Cardeno JULIET - coincide com o que está registrado em sua folha de respostas. Em seguida, verifique se ele contém trinta e dois itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 32.
- 2** Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3** Não utilize lápis, lapiseira/grafite, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5** Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 6** A duração das provas é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação – que será feita no decorrer das provas - e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7** Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar o seu caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 8** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 9** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I.** **18/9/2007**, após as 19h (horário de Brasília) – Gabarito oficial preliminar da prova objetiva: internet – www.cespe.unb.br/concursos/bb32007.
- II.** **19 e 20/9/2007** – Recursos (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III.** **10/10/2007** – Resultado final das provas objetivas e da seleção externa: Diário Oficial da União e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 10 do Edital n.º 1 - 2007/003 - BB, de 12/7/2007.
- Informações Adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet - www.cespe.unb.br/concursos/bb32007.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 32** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**, ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Conhecimentos Básicos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

- 1 A Airbus mantém 4.463 aeronaves em operação, enquanto a Boeing tem 24 mil — incluindo 5 mil Boeing 737, o principal rival do Airbus 320, o mesmo modelo do envolvido em recente acidente aéreo. As duas empresas 5 travam um duelo à parte pelo mercado da aeronáutica. No ano passado, a Airbus recebeu 791 encomendas contra 1.044 da Boeing. No entanto, a Airbus entregou 434 aviões a jato; sua concorrente, 398.
- A disputa não se restringe aos números. As duas 10 fabricantes se acusam de manobras ilegais na busca pelo consumidor.
- A Boeing tem protestado pela ajuda dos governos à Airbus. Por sua vez, a Airbus acusa a Boeing de 15 receber subsídios ilegais por meio de contratos para o setor militar e para pesquisas, além de redução de impostos.
- Correio Braziliense*, 30/7/2007, p. 8 (com adaptações).
- Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens subseqüentes, quanto às suas estruturas lingüísticas e a aspectos marcantes da realidade mundial contemporânea.
- 1 Embora ocupe posição de destaque no agronegócio, o Brasil não dispõe de tradição na indústria aeronáutica, possivelmente devido à escassez de recursos financeiros para atividade tão onerosa.
- 2 O termo “enquanto” (l.2) pode, sem prejuízo para a correção gramatical do período, ser substituído por **ao passo que**.
- 3 As expressões “As duas empresas” (l.4) e “As duas fabricantes” (l.9-10) constituem elementos de coesão textual e referem-se a “Airbus” e “Boeing”.
- 4 Em “A disputa não se restringe aos números” (l.9), a partícula “se” pode ser colocada após a forma verbal, sem prejuízo para a correção gramatical do período, desde que se empregue o hífen.
- 5 Em “se acusam” (l.10), a partícula “se” indica voz passiva sintética.
- 6 O emprego de sinal indicativo de crase em “à Airbus” (l.13) justifica-se pela regência de “ajuda” (l.12) e pela presença de artigo definido feminino singular.
- 7 O texto aborda uma das mais expressivas características da economia globalizada dos dias atuais, qual seja, a acirrada competitividade no mercado mundial.
- 8 O foro adequado para julgar situações eventualmente taxadas de “manobras ilegais” na disputa pelo mercado global é a Organização Mundial do Comércio.
- 9 Casos de controvérsias entre competidores, como as citadas no texto, restringem-se à área industrial porque esta requer alto investimento em tecnologia, ao contrário do que ocorre na agropecuária.
- 10 Infere-se do texto que a Airbus entregou, no ano passado, mais de 55% de suas encomendas de aviões a jato, enquanto sua concorrente, a Boeing, não atingiu nem a marca de 35% de encomendas entregues.
- 11 Considere que a proporção que se verifica na Boeing entre a quantidade de Boeing 737 e a quantidade de aeronaves em operação se mantenha na Airbus entre a quantidade de Airbus 320 e a quantidade de aeronaves em operação. Nesse caso, é correto afirmar que a Airbus mantém em operação mais de 920 aviões do mesmo modelo envolvido no acidente aéreo que ocorreu em julho deste ano no aeroporto de Congonhas – SP.

Rascunho

Uma pesquisa realizada em 16 países mostrou que os jovens brasileiros são os que colecionam o maior número de amigos virtuais. A média brasileira de contatos é mais do que o dobro da mundial, que tem como base países como Estados Unidos da América (EUA) e China. O levantamento avaliou a participação da tecnologia na vida de 18 mil jovens de 8 a 24 anos, com acesso fácil à Internet, telefones celulares e pelo menos dois outros aparelhos eletrônicos.

Os brasileiros com idade entre 14 e 24 anos têm em média 46 amigos virtuais, enquanto a média global é de 20. No mundo, os jovens costumam ter cerca de 94 contatos guardados no celular, 78 na lista de programas de mensagem instantânea e 86 em sítios de relacionamento como o Orkut.

Jornal do Brasil, 27/7/2007, p. A24 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens que seguem, tanto acerca de estruturas lingüísticas desse texto quanto do impacto do desenvolvimento científico-tecnológico nos mais diversos setores da vida contemporânea.

- 12 Infere-se do texto que, no mundo, os jovens costumam ter cerca de 258 amigos virtuais.
- 13 Em “são os que” (l.2), o termo “os” pode ser substituído por **aqueles**, sem prejuízo para a correção gramatical do período.
- 14 Em “mais do que” (l.4), a eliminação de “do” prejudica a correção gramatical do período.
- 15 Na linha 10, a forma verbal “têm” está no plural para concordar com “brasileiros”.
- 16 O emprego da vírgula após “celular” (l.13) justifica-se por isolar oração de natureza explicativa.
- 17 O texto entrelaça características de dissertação; de narração e de descrição.
- 18 Amplo domínio do conhecimento é considerado vital para que um país ou uma empresa tenha sucesso em sua inserção na economia global dos tempos atuais.

19 A rapidez nas comunicações, de que o acesso à informação por meio da Internet é exemplo marcante, é peça-chave para assegurar dinamismo às transações comerciais e financeiras no atual mercado mundial.

20 A facilidade atual de circulação de capitais e mercadorias, possibilitada por modernas tecnologias, também é observada no que diz respeito à circulação de pessoas, o que garante emprego a número crescente de pessoas que migram dos seus países de origem para regiões mais ricas.

21 Apesar dos números mencionados no texto, não se pode dizer que o Brasil já tenha logrado universalizar o acesso de sua população à informática e à telefonia móvel.

22 Citados no texto, EUA e China são países que, hoje, se equivalem em poderio econômico, político e militar.

23 Considere que os 16 países onde a pesquisa foi realizada foram numerados de 1 a 16 e, que no país 1, foram entrevistados X jovens, no país 2, X^2 jovens e, assim sucessivamente, até o país 16, no qual foram entrevistados X^{16} jovens. Nessa situação, o número X é tal que $X^{17} + 18.000(X - 1) + X = 0$.

Rascunho

1 O século XX testemunhou o desenvolvimento de grandes eventos esportivos, tanto em escala mundial — como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo — quanto regional, com disputas nos vários continentes.

5 Regionalmente, é inegável que o principal são os Jogos Pan-americanos. Todos esses verdadeiros espetáculos do esporte internacional se caracterizam como espaço de solidariedade e conagração entre os povos, momento de paz e exemplo de um mundo onde

10 adversário não é inimigo e as batalhas entre os países ocorrem sem derramamento de sangue. Nas Américas, os jogos estimulam a reflexão sobre as possibilidades de um continente unido, pacífico, próspero, com a construção de uma rede de solidariedade e cooperação

15 por meio do esporte, uma das principais expressões do pan-americanismo.

Fernando Vale Castro. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 2, n.º 22, jul./2007, p. 21 (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 24 O emprego da vírgula após “esporte” (l.15) justifica-se por isolar expressão explicativa.
- 25 A substituição dos travessões das linha 3 por parênteses prejudica a correção gramatical do período.
- 26 O emprego de “tanto” (l.2) está articulado ao emprego de “quanto” (l.4) e ambos conferem ao período o efeito de sentido de comparação.
- 27 Subentende-se após “quanto” (l.4) a elipse da expressão como.
- 28 O termo “o principal” (l.5) retoma a idéia de “eventos esportivos” (l.2), de forma mais específica.
- 29 A estrutura “são os Jogos Pan-americanos” (l.5-6) exemplifica um caso em que o verbo está no plural para concordar com o predicativo.
- 30 O autor do texto é irônico ao comentar o espírito de solidariedade e conagração entre os povos nas competições esportivas internacionais.

31 Na linha 13, o emprego de vírgulas após “unido” e após “pacífico” tem justificativas diferentes.

32 O esporte adquiriu, no mundo contemporâneo, características comerciais e tornou-se alvo de elevados investimentos, razão pela qual as competições internacionais eliminaram quaisquer conotações nacionalistas ou políticas.

Rascunho

Prezado(a) candidato(a):
Assine e coloque seu número de inscrição no quadro abaixo. Preencha, com traços firmes, o espaço reservado a cada opção na folha de resposta.

Nº de Inscrição

Nome

ASSINALE A RESPOSTA CORRETA.

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA - Cargo 04

INSTRUÇÃO: As questões de **01** a **09** referem-se ao texto a seguir. Leia-o atentamente antes de responder a elas.

(_____)

Carlos Heitor Cony

Não foi há tanto tempo assim. Cheguei à praia com minhas filhas e encontrei um aglomerado de cidadãos. Eles montavam guarda num pequeno trecho da areia, caras alarmadas, pior: pungidas. Não fui eu quem viu o grupo, foi o grupo que me viu e dois de seus membros vieram em minha direção, delicadamente me afastaram das meninas e comunicaram: – "Tire depressa suas filhas daqui!". As palavras foram duras, mas o tom era ameno, cúmplice. Quis saber por quê. Em voz baixa, conspiratória, um dos cidadãos me comunicou que ali na arrebenção, boiando como uma anêmona, alga despreendida das profundezas oceânicas, havia uma camisinha – que na época atendia pelo poético nome de "camisa de Vênus".

O grupo de cidadãos – num tempo em que direitos e deveres da cidadania ainda esperavam pela epifania de Betinho – ali estava desde cedo, alertando pais incautos, como se a camisinha fosse uma pastilha de material nuclear, uma cápsula de césio com pérfidias e letais emanções.

Não me lembro da reação que tive, é possível que tenha levado as meninas para outro canto, mas tenho certeza de que nem alarmado fiquei. Hoje, a camisinha aparece na televisão, é banal e inocente como um par de patins, um aparelho de barba.

Domingo último, levando minhas setters à única praia em que são permitidos animais domésticos, encontrei um grupo de cidadãos em volta de uma coisa. Não, não era aquele monstro marinho que Fellini colocou no final de um de seus filmes. Tampouco era uma camisinha – que as praias estão cheias delas, mais numerosas que as conchas e os tatuís de antigamente. O motivo daquela expressão de cidadania era uma seringa que as águas despejaram na areia. Objeto na certa infectado, trazendo na ponta de sua agulha o vírus da Aids, que algum viciado ali deixara, para contaminar inocentes e culpados. Daqui a dois, cinco anos, espero que a Aids não mais preocupe a humanidade. Mas os cidadãos continuarão alarmados, descobrindo novas misérias na efêmera eternidade das espumas.

(Folha de São Paulo, p.1-2, 9 jan. 1994.)

QUESTÃO 01

Tendo em conta a argumentação desenvolvida pelo autor, são títulos adequados a esse texto, **EXCETO:**

- a) Ontem e hoje
- b) Domingo último
- c) Misérias humanas
- d) De susto em susto

QUESTÃO 02

- I. Assim o batalhão pungido chora tanto
Porque afinal morreu aquele que era forte como o oceano,
tendo um coração de santo... (Francisco Mangabeira)
- II. "Espírito de Minas me visita e sobre a confusão dessa cidade (...) lança
teu claro raio ordenador". Esta invocação de Drummond, pungido
pela "saudade da pátria imaginária", me veio à mente no último domingo,
quando li o editorial deste jornal "Em defesa de Minas". (Prof. Pe.
Geraldo Magela Teixeira)
- III. Permaneceu sozinho na cela, pensativo, pungido pela culpa, pela nostalgia
e pelas lembranças.

Tendo em conta o emprego do adjetivo pungido no texto e nos exemplos acima, pode-se dizer que este **NÃO** significa:

- a) aflito
- b) torturado
- c) atormentado
- d) sobressaltado

QUESTÃO 03

O grupo de cidadãos – num tempo em que direitos e deveres da cidadania ainda esperavam pela epifania de Betinho – ali estava desde cedo, alertando pais incautos, como se a camisinha fosse uma pastilha de material nuclear, uma cápsula de césio com pérfidas e letais emanações.

Assinale a alternativa em que os sinônimos para as palavras sublinhadas no trecho acima transcrito estejam **CORRETOS**.

- a) crédulos – fatídicos – mortais
- b) imprudentes – fétidas – fatais
- c) descuidados – traiçoeiras – mortais
- d) descuidados – funestas – mortíferas

QUESTÃO 04

Domingo último, levando minhas setters à única praia em **que** são permitidos animais domésticos, encontrei um grupo de cidadãos em volta de uma coisa. Não, não era aquele monstro marinho que Fellini colocou no final de um de seus filmes. Tampouco era uma camisinha – **que** as praias estão cheias delas, mais numerosas que as conchas e os tatuís de antigamente. O motivo daquela expressão de cidadania era uma seringa que as águas despejaram na areia. Objeto na certa infectado, trazendo na ponta de sua agulha o vírus da Aids, que algum viciado ali deixara, para contaminar inocentes e culpados. (4º §)

Assinale a alternativa em que as substituições para a palavra **que**, em suas respectivas ocorrências no trecho acima transcrito, estejam **CORRETAS**.

- a) na qual – pois – o qual
- b) em que – visto que – a qual
- c) à qual – posto que – a qual
- d) onde – uma vez que – o qual

QUESTÃO 05

As alterações introduzidas na pontuação de todos os trechos do texto abaixo transcritos implicam erro ou mudança de sentido, **EXCETO**:

- a) Em voz baixa, conspiratória, um dos cidadãos me comunicou que, ali, na arrebentação, boiando como uma anêmona, alga desprendida das profundezas oceânicas, havia uma camisinha, que, na época, atendia pelo poético nome de "camisa de Vênus". (1º §)
- b) O grupo de cidadãos (num tempo em que, direitos e deveres da cidadania, ainda esperavam pela epifania de Betinho) ali estava, desde cedo, alertando pais incautos como se a camisinha fosse uma pastilha de material nuclear, uma cápsula de céσιο, com pérfidias e letais emanações... (2º §)
- c) Não me lembro da reação que tive; é possível que tenha levado as meninas para outro canto mas, tenho certeza, de que nem alarmado fiquei. Hoje, a camisinha aparece na televisão, é banal e inocente, como um par de patins, um aparelho de barba. (3º §)
- d) Domingo último, levando minhas setters, à única praia em que são permitidos animais domésticos, encontrei um grupo de cidadãos, em volta de uma coisa. Não, não, era aquele monstro marinho, que Fellini colocou no final de um de seus filmes. (4º §)

QUESTÃO 06

Não me lembro da reação que tive, é possível que tenha levado as meninas para outro canto, mas tenho certeza de que nem alarmado fiquei.

Assinale a alternativa em que a palavra *nem* tenha sido utilizada com o mesmo valor que apresenta no texto, na frase acima transcrita.

- a) Ninguém na comitiva falava francês *nem* alemão.
- b) Ninguém sabe o dia de amanhã *nem* pode adivinhar.
- c) Abri a geladeira e *nem* uma garrafa d'água encontrei.
- d) Não faria nada diferente do que fiz, *nem* que fosse necessário.

QUESTÃO 07

O mesmo recurso lingüístico presente em *efêmera eternidade* (4º §) foi usado em todas as alternativas, **EXCETO**:

- a) Aquele beijo durou um instante eterno.
- b) Amor é fogo que arde sem se ver. (Camões)
- c) Ficaram parados, ouvindo o silêncio eloqüente.
- d) Mentiras sinceras me interessam. (Cazuza)

QUESTÃO 08

Assinale a alternativa em que a reformulação proposta para o trecho que se encontra transcrito nos parênteses **NÃO** implique erro ou mudança de sentido.

- a) Não faz tanto tempo assim. Cheguei à praia com minhas filhas e localizei um aglomerado de cidadãos. Eles vigiavam uma pequena área da praia, caras preocupadas, pior: pungidas. (Não foi há tanto tempo assim. Cheguei à praia com minhas filhas e encontrei um aglomerado de cidadãos. Eles montavam guarda num pequeno trecho da areia, caras alarmadas, pior: pungidas. – 1º §)
- b) Não fui eu que vi o grupo; foi o grupo quem viu-me, e dois de seus membros caminharam em minha direção, delicadamente afastaram-me das minhas filhas e ordenaram: – "Tire suas filhas daqui depressa!". (Não fui eu quem viu o grupo, foi o grupo que me viu e dois de seus membros vieram em minha direção, delicadamente me afastaram das meninas e comunicaram: – "Tire depressa suas filhas daqui!". – 1º §)
- c) Em voz suave, temerária, um deles comunicou-me que ali na arrebentação, flutuando feito uma anêmona, alga desgarrada das profundas águas do mar, encontrava-se uma camisinha – que naquele tempo respondia pelo poético nome de "camisa de Vênus". (Em voz baixa, conspiratória, um dos cidadãos me comunicou que ali na arrebentação, boiando como uma anêmona, alga despreendida das profundezas oceânicas, havia uma camisinha – que na época atendia pelo poético nome de "camisa de Vênus". – 1º §)
- d) Não me recordo da reação que tive. Pode ser que tenha conduzido minhas filhas para outro canto, contudo estou certo de que nem alarmado fiquei. (Não me lembro da reação que tive, é possível que tenha levado as meninas para outro canto, mas tenho certeza de que nem alarmado fiquei. – 3º §)

QUESTÃO 09

A alternativa que contém afirmação **CORRETA** é:

- a) Para o cronista, conchas e tatuís são coisas de antigamente.
- b) No primeiro dos episódios narrados, o autor chegara cedo à praia.
- c) Os fatos narrados nessa crônica ocorreram no final da última década.
- d) A preocupação com a Aids é característica do tempo em que a crônica foi escrita.

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa que **NÃO** esteja em consonância com o texto a seguir:

"[...] quando o "erro" já se tornou uma regra na língua falada pelos cidadãos mais letrados, ele passa despercebido e já não provoca arrepios nem dores de ouvido – muito embora contrarie as regras da gramática normativa, aquelas que, teoricamente, deveriam ser seguidas pelas pessoas "cultas", sobretudo quando escrevem textos que exigem mais "cuidado". Assim, há erros mais "errados" (ou mais "crassos") do que outros – a escala de "crassidade" é inversamente proporcional à escala do prestígio social: quanto menos prestigiado socialmente é um indivíduo, quanto mais baixo estiver na pirâmide das classes sociais, mais erros (e erros mais "crassos") os membros das classes privilegiadas encontram na língua dele."

(BAGNO, Marcos. **A língua oculta**: língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola, 2003.)

- a) Os falantes de menor poder aquisitivo têm mais dificuldade em dominar a gramática normativa em razão de seu menor acesso à escolarização e à cultura letrada.
- b) A noção de erro lingüístico pode ser vista como uma avaliação que os grupos de prestígio fazem sobre as práticas lingüísticas dos grupos desprestigiados.
- c) O autor aspeia expressões como erro, crassos ou cultas a fim de evidenciar que não comunga com essas avaliações.
- d) As regras da gramática normativa não são integralmente observadas pelas pessoas ditas cultas, mesmo ao produzirem textos escritos mais elaborados.

QUESTÃO 11

Assinale a alternativa em que, **obrigatoriamente**, devam ser inseridos dois acentos de indicação de crase.

- a) Em reação a suas manifestações, a moça caiu a chorar.
- b) Retornarei a Paris antes que meu curso a distância termine.
- c) As vésperas do casamento, o noivo retratou-se perante a noiva.
- d) A paciente respondeu a médica que não obedeceria as prescrições.

QUESTÃO 12

Leia, abaixo, texto retirado do site do Ministério Público de Minas Gerais e responda, em seguida, à pergunta sobre os itens destacados com negrito.

Aviso da Corregedoria-Geral do Ministério Público Estadual
A Corregedoria-Geral do Ministério Público, nos termos do artigo 1º, § 1º, do Ato CGMP no 03/2005, reitera aos senhores Promotores de Justiça a importância do encaminhamento dos relatórios mensais de atividade até o décimo dia do mês subsequente ao de referência, a fim de viabilizar a escoreita compilação de dados estatísticos pelo órgão correccional.

(Retirado de: <http://www.mp.mg.gov.br>. Acesso em 4 ago. 2007.)

Todos os termos destacados no aviso estão **ADEQUADAMENTE** substituídos em:

- a) repete, seguinte, correta.
- b) comunica, posterior, rápida.
- c) insiste, próximo, necessária.
- d) enfatiza, anterior, adequada.

QUESTÃO 13

Tendo em conta o emprego dos pronomes relativos, assinale a alternativa em que tenha sido observado o padrão culto escrito.

- a) O homem que conheço hoje não mais conhece aquela que o criou.
- b) O professor deve conhecer a realidade que vive, a comunidade que faz parte.
- c) Esse professor é autor de um livro muito interessante, que eu recomendo a leitura a todos vocês.
- d) É preciso verificar, na portaria do edifício, qual é o andar que a referida gerente trabalha, pois parece que o escritório ocupa mais de um andar.

QUESTÃO 14

Suponha que, no exercício de suas funções profissionais em um dado setor de um órgão público do Estado, você seja chamado a redigir correspondência em que se solicite determinado serviço a outro setor do mesmo órgão. Imagine que a primeira versão desse texto tenha sido assim redigida por um colega:

Prezado senhor,
Solicitamos, a este setor, a compra de dois cartuchos de tinta preta para impressora HP Deskjet 950 C, adquirida recentemente, para o departamento de fiscalização desta seção. Informamos que nosso estoque acabou de acabar, mas ainda há um cartucho de sobra, o que indica a necessidade de que a entrega do produto solicitado não exceda o tempo de uma semana.

Considerados os dados contextuais expostos bem como o funcionamento previsto para a correspondência, assinale a alternativa que propõe para o texto redigido pelo colega apenas reformulações **ADEQUADAS**.

a) Prezados senhores,

Solicitamos, a compra de dois cartuchos de tinta pretos para impressora do departamento de fiscalização desta seção, adquirida recentemente. Salientamos que não dispomos de grande estoque (na verdade, apenas um único cartucho), pelo que indica-se a necessidade de entrega do produto solicitado com urgência, não excedendo 7 (sete) dias.

b) Ilustríssimos Senhores,

Em cordial visita, rogamos a este setor, a gentileza da compra de dois cartuchos de tinta pretos para impressora (HP Deskjet 950 C), adquirida, recentemente, para o departamento de fiscalização desta seção. Reiteramos ter acabado nosso estoque do referido produto, sendo que este se limita a um único cartucho. Por essa razão, e tendo em vista a relevância desse material para o adequado funcionamento de nosso setor, solicitamos sua colaboração na abreviação dos prazos para entrega do mesmo.

c) Prezado Senhor,

Solicitamos a esse setor a compra de dois cartuchos de tinta preta para impressora HP Deskjet 950 C, adquirida recentemente para o departamento de fiscalização desta seção. Informamos que nosso estoque do referido produto se reduz a um único cartucho. Assim, dada a relevância desse material para o adequado funcionamentodesse setor, contamos com sua colaboração na otimização dos prazos para entrega do mesmo.

d) Excelentíssimo senhor,

A este setor, com a devida urgência que nos compete, pedimos a compra de dois cartuchos de tinta preta para impressora HP Deskjet 950 C (adquirida para o nosso departamento de fiscalização). Nosso estoque acabou, mas ainda apenas há um cartucho de sobra, indicando a necessidade de que a entrega do produto solicitado não exceda o tempo máximo de uma semana, impreterivelmente.

QUESTÃO 15

Todas as alternativas remetem a problemas apresentados no texto supostamente produzido pelo colega de seção a que se refere a questão anterior, **EXCETO**:

- a) Concordância verbal.
- b) Emprego de demonstrativos.
- c) Emprego de sinais de pontuação.
- d) Seleção e organização das informações.

QUESTÃO 16

Comunicaram que viajarão ontem.

A frase acima é potencialmente paradoxal. Assinale a alternativa em que tenha sido reescrita, sem alteração de seu conteúdo, de modo a eliminar esse aspecto.

- a) Comunicação que viajarão ontem.
- b) Ontem comunicaram que viajarão.
- c) Comunicaram que viajaram ontem.
- d) Comunicaram, ontem, que viajaram.

QUESTÃO 17

Tendo em conta a adequação das formas de tratamento ao destinatário, na correspondência oficial, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Para delegados de polícia: V. Sa.
- b) Para juízes e desembargadores: V. MM.
- c) Para deputados e prefeitos: Vossa Excelência
- d) Para o Presidente da República: Vossa Excelência

QUESTÃO 18

Leia a seguir informações contidas no art. 99 da Constituição do Estado de Minas Gerais, integrante de capítulo que trata da organização dos Poderes.

- I. *20% dos lugares dos tribunais de segundo grau serão compostos de membros do Ministério Público e de advogados.*
- II. *Tanto os membros do Ministério Público quanto os advogados, para ocuparem lugar nos tribunais de segundo grau, deverão contar, pelo menos, dez anos de efetiva atuação em suas respectivas profissões.*
- III. *Dos advogados que pretendam ocupar lugar nos tribunais de segundo grau exigem-se notório saber jurídico e reputação ilibada.*
- IV. *Para ocupar um lugar nos tribunais de segundo grau, advogados e representantes do Ministério Público devem ser indicados, em lista contendo seis nomes, formulada pelos órgãos de representação de suas respectivas classes.*

Assinale a alternativa em que todas essas informações tenham sido **CORRETAMENTE** reunidas num único período.

- a) Dois em cada dez dos lugares dos tribunais de segunda instância serão ocupados por advogados e membros do Ministério Público com dez ou mais anos de carreira, de notório saber jurídico e de reputação ilibada, indicados, em lista hexanomial fornecida pelos órgãos de representação de cada uma dessas classes.
- b) Vinte por cento dos tribunais de segundo grau serão constituídos de membros do Ministério Público com mais de dez anos de carreira e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, indicados pelos seus órgãos de representação em lista sêxtupla.
- c) Um quinto dos lugares dos tribunais de segundo grau será composto de membros do Ministério Público com mais de dez anos de carreira e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados pelos órgãos de representação das respectivas classes em lista sêxtupla.
- d) Nos tribunais de segundo grau, um quinto dos lugares será de membros do Ministério Público, advogados de saber jurídico notório e de reputação ilibada, indicados, pelos órgãos que representam sua classe, em lista sêxtupla, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.

QUESTÃO 19

Nem eu, nem tu, nem qualquer outra pessoa desta história poderia responder mais, tão certo é que o destino, como todos os dramaturgos, não anuncia as peripécias nem o desfecho. Eles chegam a seu tempo, até que o pano cai, apagam-se as luzes, e os espectadores vão dormir.

(Machado de Assis, Dom Casmurro.)

A palavra eles, destacada no trecho acima transcrito, refere-se a:

- a) todos os dramaturgos.
- b) peripécias e desfecho.
- c) tu ou qualquer outra pessoa.
- d) o destino e todos os dramaturgos.

INSTRUÇÃO: As questões de números **20** a **26** referem-se aos dois textos a seguir. Leia-os antes de responder a elas.

Texto I

Seqüência

Cora Coralina

Eu era pequena. A cozinheira Lizarda
tinha nos levado ao mercado, minha irmã, eu.
Passava um homem com um abacate na mão
e eu inconsciente:
"Ome, me dá esse abacate..."
O homem me entregou a fruta madura.
Minha irmã, de pronto: "vou contar pra mãe que ocê
pediu abacate na rua."
Eu voltava trocando as pernas bambas.
Meus medos, crescidos, enormes...
A denúncia confirmada, o auto, a comprovação do delito.
O impulso materno... conseqüência obscura da
escravidão passada,
o ranço dos castigos corporais.
Eu, aos gritos, esperneando.
O abacate esmagado, pisado, me sujando toda.
Durante muitos anos minha repugnância por esta fruta
trazendo a recordação permanente do castigo cruel.
Sentia, sem definir, a recreação dos que ficaram de fora,
assistentes, acusadores.
Nada mais aprazível no tempo, do que presenciar a
criança indefesa
espernear numa coça de chineladas.
"é pra seu bem," diziam, "doutra vez não pedi fruita na rua."

(**Vintém de cobre:** meias confissões de Aninha. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1984, p. 131-132.)

Texto II

Suave mari magno*

Machado de Assis

Lembra-me que, em certo dia,
Na rua, ao sol de verão,
Envenenado morria
Um pobre cão.

Arfava, espumava e ria,
De um riso espúrio e bufão,
Ventre e pernas sacudia
Na convulsão.

Nenhum, nenhum curioso
Passava, sem se deter,
Silencioso,

Junto ao cão que ia morrer,
Como se lhe desse gozo
Ver padecer.

(**Obra Completa.** Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, v. 3, p. 161.)

* Expressão extraída de um texto de Lucrécio, poeta latino, a qual se refere à agradável sensação experimentada por alguns que, estando em terra firme, assistem a tempestades e naufrágios.

QUESTÃO 20

O adjetivo *inconsciente*, no quarto verso do texto I, **NÃO** pode ser adequadamente substituído por:

- a) ingênua.
- b) Inocente.
- c) Incoerente.
- d) Inconseqüente.

QUESTÃO 21

- I. *contrair, em geral de modo súbito, os músculos faciais, em conseqüência de uma impressão alegre ou cômica; achar graça em.*
- II. *assumir expressão alegre, feliz, geralmente esboçando um sorriso de alegria, manifestar fisionomicamente satisfação, prazer; sorrir.*

Tendo em conta as acepções de rir, acima, transcritas do dicionário Houaiss, e o emprego desse verbo na segunda estrofe do texto II, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Apenas a acepção I é compatível com o significado que o verbo assume no poema, dado que o riso, ainda que admissível para animais, não coaduna com a cena que se descreve.
- b) Apenas II é compatível com o significado que o verbo assume no poema, visto que a ação de rir é tipicamente humana.
- c) Ambas as acepções são perfeitamente aplicáveis, considerando-se que, conforme o próprio autor observa, trata-se de um riso "espúrio e bufão", manifestado durante uma convulsão.
- d) Nenhuma das duas explica o verbo rir no poema.

QUESTÃO 22

A estrofe que justifica o título atribuído ao soneto é:

- a) a primeira.
- b) a segunda.
- c) a terceira.
- d) a quarta.

QUESTÃO 23

espúrio [Do lat. tard. *spuriu.*] Adj. 1. Não genuíno; suposto, hipotético. 2. Que não é do autor ao qual se atribui: romance espúrio. 3. Que não é castiço; não vernáculo: expressão espúria. 4. Adulterado, modificado, falsificado: contrato espúrio. 5. Ilegítimo, ilegal: "assim aquele comércio espúrio trata de se desfazer da mercadoria que açambarcara, de afogadilho e por qualquer preço." (João da Silva Correia, *Os Outros*, p. 247). 6. Med. Diz-se de enfermidade falsa, não genuína, a que faltam os sintomas característicos: pleuropneumonia espúria; febre espúria. ~ V. edição --a e filho --.

Tendo em conta o verbete "espúrio", cf. transcrição do dicionário *Aurélio*, acima, assinale a acepção que **MAIS** se aproxima do sentido que essa palavra apresenta no soneto de Machado de Assis.

- a) 1
- b) 2
- c) 4
- d) 6

QUESTÃO 24

Todas as sentenças harmonizam-se com o que dizem os dois poemas, **EXCETO**:

- a) O mal alheio pesa como um cabelo. (Barão de Itararé)
- b) Pimenta nos olhos dos outros não arde. (Ditado popular)
- c) Quando a cabeça não pensa, o corpo padece. (Ditado popular)
- d) Suporta-se com paciência a cólica do próximo. (Machado de Assis)

QUESTÃO 25

Quanto ao texto de Cora Coralina, é **INCORRETO** afirmar:

- a) O poema apresenta várias vozes.
- b) Passava, no terceiro verso, pode ser substituído por passou.
- c) As aspas empregadas pela autora apresentam diversas funções.
- d) O termo recreação corresponde ao que Machado de Assis chama de gozo em seu soneto.

QUESTÃO 26

Assinale a alternativa em que a concordância verbal esteja **CORRETA**.

- a) Para mim, o texto é tendencioso ao deixar de evidenciar que o fracasso nas negociações empreendidas com os professores da rede municipal de ensino nos levaram a essa posição.
- b) Antes de mais nada, não se pode perder de vista que o que a reportagem procura mostrar é que o uso de e-mails e mensagens instantâneas estão afetando a forma como o brasileiro escreve.
- c) Este ensaio procurará discutir a validade desse conceito jurídico, em relação a outros conceitos-chaves para a análise das decisões que se pretendem efetuar a partir desse escopo teórico.
- d) Os procuradores requereram ainda que os ex-parlamentares sejam condenados a indenizar o dano moral coletivo causado à sociedade capixaba e, no caso de Souza, a perda da função pública que atualmente ocupa.

QUESTÃO 27

- I. Trabalhou só, no quarto do hotel, e depois foi fazer uma caminhada.
- II. O representante do MP, atento e zeloso, notou que havia algo de errado.

A supressão das vírgulas nas sentenças acima provoca alteração de sentido:

- a) em ambas.
- b) apenas em I.
- c) apenas em II.
- d) em nenhuma delas.

QUESTÃO 28

Alguém atirou na empregada da atriz que estava na varanda.

- I. *Alguém atirou na empregada da atriz, a qual estava na varanda.*
- II. *Alguém atirou na empregada da atriz, que estava na varanda.*

Tendo em conta a frase acima, que não deixa claro quem se encontrava na varanda, e suas duas reformulações, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Apenas I deixa claro quem se encontrava na varanda.
- b) Apenas II deixa claro quem se encontrava na varanda.
- c) Nem I nem II deixam claro quem se encontrava na varanda.
- d) Ambas as reformulações esclarecem quem se encontrava na varanda.

QUESTÃO 29

A flexão do verbo sublinhado está **CORRETA** em:

- a) O Senhor Presidente acrescentou que, caso sobrevisse a Ordem do Dia da Câmara dos Deputados, a reunião teria de ser encerrada.
- b) Nesse caso, o sindicato que houvesse intervindo no processo responderia solidariamente pelo pagamento das custas devidas.
- c) A lei em epígrafe não provém da ditadura, mas, pelo que nela se contém, seria sensato admitir que tivesse provido.
- d) Se o Planalto rever sua posição, os Estados se verão compelidos a adotar a mesma atitude.

QUESTÃO 30

A multa foi suspensa. O motorista tinha sido condenado ao pagamento da multa.

Assinale a alternativa em que as duas orações acima tenham sido **CORRETAMENTE** reunidas em um único período.

- a) A multa cujo o pagamento o motorista fora condenado, foi suspensa.
- b) A multa cujo pagamento tinha sido condenado ao motorista foi suspensa.
- c) A multa, a cujo pagamento o motorista tinha sido condenado, foi suspensa.
- d) A multa a cujo o pagamento tinha sido condenado o motorista, foi suspensa.

QUESTÃO 31

O uso do acento indicador de crase pode mudar o sentido dos enunciados em todas as alternativas, **EXCETO**:

- a) Ao ouvir a campainha, ele abriu a porta a Berta.
- b) Sem que pudesse evitar, caiu a tarde.
- c) A noite chegou, e, com ela, maus presságios.
- d) Eliminada essa proibição, mataram a vontade.

QUESTÃO 32

Tendo em conta a concordância nominal, pode-se dizer que há ambigüidade em todas as alternativas abaixo, **EXCETO**:

- a) garrafa de licor verde
- b) garrafa de licor azulada
- c) garrafa de licor marrom
- d) garrafa de licor transparente

QUESTÃO 33

Em todas as alternativas, a palavra depois pode indicar tempo, **EXCETO**:

- a) Depois de comer, o que mais me agrada é dormir.
- b) Depois de Pelé, creio que Ronaldinho foi nosso maior jogador.
- c) O capitão mandava e, depois, quem dava as ordens era o sargento.
- d) Considero a primeira alternativa perigosa e, depois, contrária à moral.

QUESTÃO 34

- I. *No dia seguinte, o acusado compareceu ao tribunal, apesar de haver declarado que não o faria.*
- II. *Se tivesse decidido continuar no futebol de alto nível, não o faria nem no Flamengo nem no Fluminense.*
- III. *O fato de estar trabalhando como professor não o faria mais feliz.*

Assinale a alternativa em que o elemento sublinhado nas frases acima tenha sido **CORRETAMENTE** identificado.

- a) comparecer ao tribunal – continuar – ele, como professor
- b) comparecer ao tribunal – continuar no futebol de alto nível – ele
- c) comparecer, no dia seguinte – decidir continuar – estar trabalhando como professor
- d) comparecer ao tribunal no dia seguinte – continuar no futebol – ele estar trabalhando

QUESTÃO 35

Em todas as sentenças, proferidas pelo Barão de Itararé (**Máximas do Barão de Itararé**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1986.), utiliza-se o mesmo recurso para provocar o humor, **EXCETO**:

- a) O feio da eleição é se perder.
- b) O Estado Novo é o estado a que chegamos.
- c) Além dos aviões de carreira, há qualquer coisa no ar.
- d) Negociata é todo bom negócio para o qual não fomos convidados.

QUESTÃO 36

A direção do hospital não deixou que o promotor conversasse com os pacientes atendidos por enfermeiras inexperientes que acusavam o hospital de maus tratos.

Assinale a alternativa em que o período acima tenha sido reescrito de forma **CLARA** e **CORRETA**.

- a) A diretoria do hospital não autorizou a que o promotor conversasse com os pacientes atendidos por enfermeiras inexperientes as quais acusavam o hospital de maus-tratos.
- b) A Diretoria do Hospital não permitiu que o Promotor conversasse com os pacientes, atendidos por enfermeiras inexperientes, que acusavam o hospital de maus tratos.
- c) A direção do hospital não deixou que o promotor conversasse com os pacientes atendidos por enfermeiras inexperientes, os quais acusavam o hospital de maus-tratos.
- d) A direção do hospital não deixou que o promotor conversasse com os pacientes atendidos por enfermeiras, inexperientes, que denunciaram o hospital por mal-tratos.

QUESTÃO 37

trocadilho *s.m.* (1789 cf. MS1) 1 jogo de palavras que apresentam sons semelhantes ou iguais, mas que possuem significados diferentes, de que resultam equívocos por vezes engraçados; calembur, calemburgo 2 uso de expressão que dá margem a diversas interpretações ETIM trocado + *-ilho*; cp. esp. a *la trocaddilla* 'às avessas'; ver *troc-* HOM trocadilho (fl. trocadilhar)

Tendo em conta o verbete acima, transcrito do dicionário Houaiss, assinale a alternativa em que **NÃO** haja trocadilho.

- a) Para este mundo ficar bom, é preciso fazer outro.
- b) Os passageiros de ônibus levam sustos passageiros.
- c) Este mundo é redondo, mas está ficando muito chato.
- d) O pecado original é o menos original de todos os pecados.

INSTRUÇÃO: As questões de **38** a **40** referem-se aos trechos a seguir. Leia-os atentamente antes de responder a elas.

- I. *DEU NO RÁDIO* – Depois de dar a notícia da morte de um garoto que tinha sido atacado por abelhas, numa cidade próxima, um repórter concluiu assim: "Realmente, tem aparecido muitos cardumes de abelhas ultimamente..." (*Sem comentários*)
- II. *Trata-se, sem dúvida alguma, de um show excepcional, sem comentários, que agradará especialmente os amantes da música italiana.*

QUESTÃO 38

Com relação à expressão *sem comentários*, é **INCORRETO** afirmar:

- a) Pode ser empregada com valor tanto positivo quanto negativo.
- b) É usada quando o tópico a que se refere é tão trivial que não merece comentários.
- c) Sem comentários é um comentário que desqualifica.
- d) Pode ser usada como uma locução adjetiva.

QUESTÃO 39

No trecho I, a expressão *sem comentários* foi utilizada porque:

- a) a conclusão do repórter contém um erro crasso.
- b) não é necessário comentar, tal a gravidade do acidente.
- c) cardume não é o coletivo preferencial quando se trata de abelhas selvagens.
- d) o jornalista cometeu um grave erro de flexão verbal, utilizando-se da forma plural em lugar da forma singular.

QUESTÃO 40

Em todas as alternativas, a expressão *sem comentários* foi utilizada com o mesmo valor que apresenta no trecho I, **EXCETO**:

- a) A professora então se explicou: "É que houveram alguns contratemplos de última hora..." (Sem comentários).
- b) Uma imagem não significa rigorosamente nada sem comentários, e podemos imaginar qualquer coisa, dependendo da nossa fantasia, quando a vemos.
- c) Sem comentários: Segundo a International Press Service (IPS), a sede do sindicato dos jornalistas iraquianos, no centro de Bagdá, foi assaltada por soldados americanos.
- d) Sem comentários: em Fumin, na China, pintaram uma montanha de verde. A agência oficial chinesa estima que o custo da pintura ficou em 470.000 iuanes, dinheiro mais que suficiente para pagar o reflorestamento da área.

Concurso Público
EDITAL n. 1/2007

OFICIAL JUDICIÁRIO
OFICIAL DE JUSTIÇA
Código: 104

➤ **Língua Portuguesa**

INSTRUÇÃO: As questões de 01 a 18 devem ser respondidas com base no texto abaixo.

SOBRE A VERDADE

1 O que é a verdade? O dicionário (Aurélio) nos diz que verdade é "conformidade com o real". Complicado isso, já que determinar o que é ou não "real" não é trivial. O que é real para uns, por exemplo, anjos, fadas e duendes, pode não ser para outros. Segundo essa definição, para determinar o que é verdadeiro, temos que conhecer bem a realidade.

5 E como fazer isso? Como distinguir, além da subjetividade humana, o que é real ou não? Esse é o problema, separar fato de opinião, o que é real "de verdade" do que é apenas fruto de uma visão pessoal ou de crenças de um grupo de pessoas.

Se tudo o que fazemos está ligado de um modo ou outro a quem somos, como, então, definir o que é verdade?

10 Uma possibilidade é estabelecer categorias de verdade. No topo, ficam as verdades absolutas, que transcendem o elemento humano.

Elas independem de opinião, de afiliação partidária, de religião, de contexto histórico ou de geografia. São as verdades matemáticas, as que podem ser afirmadas categoricamente como, por exemplo: $2 + 2 = 4$. Essa afirmação, uma vez compreendidos os símbolos, é tida
15 como verdadeira.

Ela é verdadeira para nós, para os monges de um monastério no Tibet, para sacerdotes egípcios que viveram há quatro mil anos, ou para supostas inteligências alienígenas que existam pelo cosmo afora. Como esta, existem muitas outras, baseadas em asserções matemáticas que dependem da percepção de objetos no mundo.

20 Se vemos uma pedra podemos associar uma unidade a ela ("uma" pedra). Se vemos uma podemos ver mais de uma e, com isso, construir uma aritmética. São muito úteis essas verdades matemáticas, mas menos interessantes. Não que a matemática pura seja pouco interessante, pelo contrário.

Existem complicações mesmo nela, inclusive ao nível mais elementar. [...] Mas, por serem
25 verdades absolutas e, portanto, longe da confusa realidade humana, não dão muito espaço para a polêmica.

A coisa fica complicada quando se discute, por exemplo, a realidade física. O Universo, ou melhor, nossa concepção dele, mudou muito nos últimos 500 anos. Para uma pessoa da Renascença, antes de Nicolau Copérnico (1473-1543), o cosmo era finito, com a Terra imóvel no
30 centro. O céu, a morada de Deus, ficava além da esfera das estrelas fixas. Era ela que marcava o fim do espaço.

Após Copérnico e, principalmente, após Johannes Kepler (1571-1630) e Galileu Galilei (1564-1642) nas primeiras décadas do século 17, o Sol passou a ser o centro do cosmo e a Terra um mero planeta. O que era "verdade" para alguém de 1520 não era para alguém de 1650.

35 E o universo em que vivemos hoje, gigantesco, com centenas de bilhões de galáxias se afastando uma das outras, é completamente diferente do de uma pessoa de 1650. Qual dessas várias cosmologias é verdadeira?

Todas e nenhuma delas. Se definimos como verdade o que construímos com o conhecimento científico que detemos num determinado momento, todas essas versões são verdadeiras. Mas
40 nenhuma delas é a verdade.

Dado que jamais poderemos medir com absoluta precisão todas as facetas do cosmo e da Natureza, é essencialmente impossível obter uma versão absoluta do que seja a realidade física. Conseqüentemente, a ciência jamais poderá encontrar a verdade.

O que podemos fazer — e o fazemos maravilhosamente bem — é usar nossa razão e nossos
45 instrumentos para nos aproximar cada vez mais dessa verdade intangível. É essa limitação que enobrece a ciência, dando-lhe sua dimensão humana.

GLEISER, Marcelo. *Folha de S.Paulo*. 15 abr. 2007. (Texto adaptado)

Questão 01

A leitura do texto permite afirmar que, nele, são considerados, **principalmente**, os conhecimentos obtidos por meio

- A) da intuição.
- B) da razão.
- C) das emoções.
- D) das práticas.

Questão 02

"[...] determinar o que é [...] 'real' não é **trivial**." (linha 2)

É **CORRETO** afirmar que, nessa frase, a palavra destacada significa

- A) ambíguo.
- B) estranho.
- C) incomum.
- D) simples.

Questão 03

"São as verdades matemáticas, as que podem ser afirmadas **categoricamente** [...]" (linha 13)

É **CORRETO** afirmar que, nessa frase, a palavra destacada significa

- A) evasivamente.
- B) infusivamente.
- C) irrefutavelmente.
- D) ordenadamente.

Questão 04

"Como esta [afirmação], existem outras, baseadas em **asserções** matemáticas..." (linha 18)

É **CORRETO** afirmar que, no texto, a palavra destacada tem o sentido de

- A) argumentações.
- B) correlações.
- C) enumerações.
- D) proposições.

Questão 05

“Uma possibilidade é **estabelecer categorias de verdade.**” (linha 10)

É **CORRETO** afirmar que “estabelecer categorias de verdade” é uma atividade mental cujo resultado é uma

- A) classificação.
- B) harmonização.
- C) modificação.
- D) simbolização.

Questão 06

“O que é real para uns [...] pode não ser para outros.” (linhas 2-3)

É **CORRETO** afirmar que, nessa frase, a noção de realidade acha-se

- A) definida.
- B) otimizada.
- C) relativizada.
- D) resumida.

Questão 07

“Esse é o problema, separar fato de opinião, [...]” (linha 6)

Considerando-se as idéias explicitadas no texto, é **CORRETO** afirmar que, nessa frase, está expresso o difícil relacionamento entre

- A) individualidade e coletividade.
- B) perenidade e transitoriedade.
- C) subjetividade e objetividade.
- D) unidade e pluralidade.

Questão 08

“Elas independem de opinião, de afiliação partidária, de religião, de contexto histórico ou de geografia.” (linhas 12-13)

É **CORRETO** afirmar que, no texto, a frase transcrita refere-se às verdades

- A) absolutas.
- B) físicas.
- C) particulares.
- D) provisórias.

Questão 09

“[...] existem muitas outras [afirmações] baseadas em asserções matemáticas que dependem da percepção de objetos no mundo.” (linhas 18-19)

Considerando as idéias expressas nessa frase, assinale a alternativa que apresentam elemento fundamental para se chegar a verdades matemáticas.

- A) A consciência de si
- B) A estrutura do ser
- C) A imaginação criadora
- D) A realidade física

Questão 10

Assinale a alternativa que apresenta uma frase cujo sentido **NÃO** pode ser comprovado pelo que está expresso no texto.

- A) A verdade independe das cosmologias que existiram.
- B) As conquistas científicas ultrapassam a mera dimensão humana.
- C) As várias cosmologias são verdadeiras em seu tempo.
- D) O conhecimento total ainda está vedado à ciência.

Questão 11

“O que é real para **uns** [...] pode não ser para **outros**.” (linhas 2-3)

Assinale a alternativa em que o sentido das palavras destacadas nessa frase está **CORRETAMENTE** identificado.

- A) Definição
- B) Indeterminação
- C) Qualificação
- D) Quantificação

Questão 12

“Essa afirmação, **uma vez** compreendidos os símbolos, é tida como verdadeira.” (linhas 16-17)

Assinale a alternativa em que a palavra apresentada **NÃO** substitui adequadamente a expressão assinalada nessa frase.

- A) Como
- B) Mas
- C) Quando
- D) Se

Questão 13

Assinale a alternativa em que o pronome assinalado **NÃO** preenche, na frase em que se encontra, a mesma função sintática exercida pelos que estão destacados nas demais frases.

- A) “E o universo em **que** vivemos hoje [...] é [...] diferente do de uma pessoa de 1650.”
- B) “Ela é verdadeira [...] para sacerdotes egípcios **que** viveram há quatro mil anos.”
- C) “No topo, ficam as verdades absolutas, **que** transcendem o elemento humano.”
- D) “São as verdades matemáticas, as **que** podem ser afirmadas categoricamente.”

Questão 14

- “Como esta [afirmação], existem muitas outras [...]” (linha 18)
- “Ela é verdadeira [...] para supostas inteligências alienígenas que existam pelo cosmo afora.” (linhas 16-18)

É **CORRETO** afirmar que as formas verbais destacadas nessa frase **NÃO** pertencem

- A) à mesma pessoa.
- B) ao mesmo modo.
- C) ao mesmo número.
- D) ao mesmo tempo.

Questão 15

- “Existem **complicações** mesmo nela [...]” (linha 24)
- “No topo, ficam **as verdades absolutas** [...]” (linhas 10-11)
- “São muito úteis **essas verdades matemáticas** [...]” (linha 21-22)

É **CORRETO** afirmar que a palavra e as expressões destacadas exercem, nessas frases, a função sintática de

- A) agentes da passiva.
- B) objetos diretos.
- C) predicativos.
- D) sujeitos.

Questão 16

“Mas, **por serem verdades absolutas** [...] não dão muito espaço para a polêmica.” (linhas 24-26)

É **CORRETO** afirmar que a oração destacada nesse período tem o sentido de uma

- A) causal.
- B) comparativa.
- C) condicional.
- D) consecutiva.

Questão 17

“O céu, **a morada de Deus**, ficava além da esfera das estrelas fixas.” (linhas 30)

Assinale a alternativa em que a expressão destacada nessa frase está **CORRETAMENTE** analisada.

- A) Adjunto adnominal
- B) Adjunto adverbial
- C) Aposto
- D) Complemento nominal

Questão 18

“[...] é essencialmente impossível obter uma versão absoluta do que seja a realidade física.” (42)

É **CORRETO** afirmar que, nessa frase, o número de palavras polissílabas é de

- A) apenas uma palavra.
- B) duas palavras.
- C) três palavras.
- D) quatro palavras.

INSTRUÇÃO: As questões de 19 a 30 devem ser respondidas com base no texto abaixo.

NORMAS DE CONVIVÊNCIA EM CONDOMÍNIO

1 Seu vizinho está há meses sem pagar o condomínio e, para custear as despesas do prédio, o valor da taxa será aumentado. A moradora do apartamento de baixo incomoda a todos com o volume do som. O cachorro da porta ao lado late a noite inteira e ninguém consegue dormir. Quem nunca viveu — ou ainda vive — situações semelhantes no edifício onde mora? O ideal seria
5 que elas não acontecessem, ou que as soluções viessem de forma amigável. Mas nem sempre, ou quase nunca, isso é possível.

Para evitar normas diferenciadas e trazer soluções uniformes, são várias as leis em vigor hoje no Brasil, além do Código Civil que, reformulado em 2002, trouxe novas regras para a convivência entre aqueles que são obrigados a dividir o mesmo espaço. A maior e mais criticada
10 inovação diz respeito à cobrança de multa dos inadimplentes. Se antes o encargo chegava a até 20%, hoje não pode passar de 2%, além de juros mensais de 1%. [...]

Certo é que não há, pelo menos de imediato, como forçar o vizinho a pagar a taxa. A lei não permite sanções como, por exemplo, impedi-lo de utilizar o elevador ou desligar a luz de seu andar. E é bom tomar cuidado com a divulgação dos nomes dos inadimplentes dentro do
15 condomínio. [...]

O problema da inadimplência então não tem solução? Tem. Mas demora um pouco: a via judicial. A alternativa é ajuizar uma ação de cobrança, que tem levado em média de dois a três anos para seu julgamento. Por isso, o ideal seria, antes, negociar diretamente com o devedor. Sem acordo, recorre-se ao Judiciário, que poderá determinar a penhora de seus bens até o montante
20 da dívida, corrigida monetariamente.

CONVENÇÃO Para evitar problemas futuros, todas as regras de convivência no condomínio devem estar presentes na convenção (aprovada com pelos menos dois terços dos moradores). Demais assuntos que surgirem serão pauta das assembleias ordinárias ou extraordinárias
25 (aprovados por maioria simples). Vale lembrar que o Código Civil retirou o poder de voto dos inadimplentes.

É também na convenção que poderá ser estabelecido o que é o “vizinho anti-social”, quando os moradores poderão definir quais atitudes praticadas pelos moradores poderão ser alvo de multas. [...]

30 O Código Civil também trouxe duas regras referentes à área usada pelo morador. Em primeiro lugar, a taxa de condomínio deverá ser proporcional à fração ideal de cada unidade — o que significa que os proprietários de coberturas ou apartamentos que tenham mais vagas de garagem poderão pagar valor superior. Há ainda a possibilidade de venda das vagas de garagem, que passaram a ser tratadas como unidades autônomas.

SOUTO, Isabela. *Estado de Minas*. 23 abril 2007.

Questão 19

Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação que **NÃO** pode ser comprovada pelo texto.

- A) As convenções de condomínio devem oferecer aos moradores os parâmetros para uma convivência tranquila.
- B) No Código Civil, estão princípios que asseguram a equidade das normas de convivência nos diversos condomínios.
- C) No Código Civil, são omitidas as regras referentes a problemas específicos do funcionamento de condomínios.
- D) O poder judiciário possibilita solucionar problemas de convivência entre os moradores de condomínios.

Questão 20

“Quem nunca viveu — ou ainda vive — situações semelhantes no edifício onde mora?” (linha 4)

É **CORRETO** afirmar que, no texto, as situações a que se refere a frase transcrita são

- A) ambíguas.
- B) constrangedoras.
- C) inconcebíveis.
- D) irreais.

Questão 21

“E é bom tomar cuidado com a divulgação dos nomes dos inadimplentes dentro do condomínio.”
(linhas 14-15)

Nessa frase, explicita-se que, antes de agir contra quem, de certo modo, prejudica a vida dos condôminos, é preciso ter

- A) audácia.
- B) cautela.
- C) energia.
- D) malícia.

Questão 22

“Mas demora um pouco: a via judicial.” (linhas 16-17)

Considerando o que está expresso no texto, é **CORRETO** afirmar que a via judicial, para a resolução de problemas de condomínio, é

- A) desconfiável.
- B) desconfortável.
- C) ilegítima.
- D) inadequada.

Questão 23

Assinale a alternativa em que a forma verbal destacada está conjugada na voz passiva.

- A) “A alternativa é ajuizar uma ação de cobrança, que **tem levado** em média de dois a três anos para julgamento.”
- B) “Há a possibilidade de venda das vagas de garagem, que passaram a **ser tratadas** como unidades autônomas.”
- C) “Sem acordo, recorre-se ao Judiciário, que **poderá determinar** a penhora de seus bens.”
- D) “[...] todas as regras de convivência no condomínio **devem estar** presentes na convenção [...]”

Questão 24

“O artigo definido feminino quando vem precedido da preposição **a** funde-se com ela [...]”

(CUNHA, Celso; CINTRA Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo.*)

Assinale a alternativa em que **NÃO** se encontra a ocorrência da regra acima mencionada.

- A) A maior [...] inovação diz respeito à cobrança de multa dos inadimplentes.”
- B) “[...] a taxa de condomínio deverá ser proporcional à fração ideal de cada unidade.”
- C) “Certo é que não há [...] como forçar o vizinho a pagar a taxa.”
- D) “O Código Civil [...] trouxe duas regras referentes à área usada pelo morador.”

Questão 25

“Seu vizinho está há meses **sem pagar o condomínio** [...]” (linha 1)

É **CORRETO** afirmar que a oração destacada nesse período tem um sentido

- A) concessivo.
- B) explicativo.
- C) modal.
- D) temporal.

Questão 26

“A lei não permite sanções como, por exemplo, impedi-lo de utilizar o elevador [...]” (linhas 12-13)

É **CORRETO** afirmar que as vírgulas presentes nessa frase foram utilizadas para isolar

- A) um adjunto adverbial.
- B) um elemento de valor explicativo.
- C) um elemento repetido.
- D) um vocativo.

Questão 27

“Mas demora um pouco: a via judicial.” (linhas 16-17)

É **CORRETO** afirmar que, **no texto**, a concordância da forma verbal destacada nessa frase faz-se com

- A) inadimplência.
- B) problema.
- C) solução.
- D) via judicial.

Questão 28

“Sem acordo, recorre-se ao Judiciário [...]” (linha 17-18)

É **CORRETO** afirmar que a partícula pronominal destacada indica que o sujeito dessa frase é

- A) indeterminado.
- B) inexistente.
- C) oculto.
- D) posposto.

Questão 29

“Demais assuntos que **surgirem** serão pauta das assembleias ordinárias ou extraordinárias [...]” (linhas 24)

É **CORRETO** afirmar que a palavra destacada nessa frase é uma forma verbal do

- A) imperativo.
- B) indicativo.
- C) infinitivo.
- D) subjuntivo.

Questão 30

“O Código Civil também trouxe duas regras referentes à área usada pelo morador.” (linha 30)

Segundo gramáticas da língua portuguesa, o substantivo pode ser funcionalmente definido como o **núcleo** do sujeito, do objeto direto, do objeto indireto, do complemento nominal e do agente da passiva.

Considerando essa definição, assinale a alternativa que indica o número de palavras que, na frase transcrita do texto, podem ser analisadas como substantivo.

- A) Apenas uma palavra
- B) Duas palavras
- C) Três palavras
- D) Mais de três palavras